

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA - MESTRADO**

**SOBRE A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE PESSOA:
UMA ANÁLISE CONCEITUAL**

BEATRIZ SORRENTINO MARQUES

ORIENTADOR: PROF. DR. OSMYR FARIA GABBI JR.

Junho/2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH - UNICAMP**

M348s **Marques, Beatriz Sorrentino**
 Sobre a Aplicação do Conceito de Pessoa: Uma Análise
 Conceitual / Beatriz Sorrentino Marques. -- Campinas, SP : [s.
 n.], 2009.

Orientador: Gabbi Junior, Osmyr Faria.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Ato (Filosofia). 2. Identidade (Conceito filosofico).
3. Linguagem - Filosofia. I. Gabbi Junior, Osmyr Faria.. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.

(sfm\ifch)

Título em inglês: On the Appliance of the Concept of Person: A Conceptual Analysis

Palavras chaves em inglês (keywords) :

Act (Philosophy).
Identity (Philosophical concept)
Language - Philosophy

Área de Concentração: Filosofia

Titulação: Mestre em Filosofia

Banca examinadora: Osmyr Faria Gabbi Junior, Tristan Torriani, André
Leclerc

Data da defesa: 15-06-2009

Programa de Pós-Graduação: Filosofia

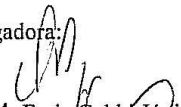
BEATRIZ SORRENTINO MARQUES

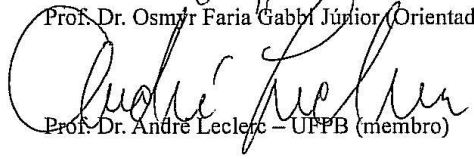
SOBRE A APLICAÇÃO DO CONCEITO DE PESSOA: UMA ANÁLISE CONCEITUAL

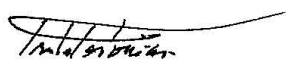
Dissertação de Mestrado apresentada ao
*Departamento de Filosofia do Instituto de
Filosofia e Ciências Humanas da Universidade
Estadual de Campinas (Unicamp)* sob a
orientação do Prof. Dr. Osmyr Faria Gabbi Jr.

Este exemplar corresponde à redação
final de Dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora
em 15/06/2009

Comissão Julgadora:


Prof. Dr. Osmyr Faria Gabbi Júnior (Orientador)


Prof. Dr. André Leclerc – UFPB (membro)


Prof. Dr. Tristan Torriani – Unicamp (membro)

Prof. Dr. Enéias Forlin (suplente)

Prof. Dr. Suzi Sperber (suplente)

Junho/2009

para Alberto e Gianna

AGRADECIMENTOS

Ao CNPq que financiou esta pesquisa por 24 meses.

Ao prof. Dr. Osmyr Faria Gabbi Jr., pela orientação, e pela atenção dedicada a este trabalho. E pela liberdade de pesquisa que deu a mim.

Ao prof Dr. José Oscar e prof Dr. Enéias Forlin, pelas sugestões durante o exame de qualificação que contribuíram para a melhoria deste trabalho.

A meus pais, *Alberto e Gianna* que me apoiaram durante todo o processo deste trabalho das mais variadas formas.

A meus amigos, de longe e de perto, pelo acolhimento, pelo encorajamento diário, e pelo auxílio na resolução de grandes e pequenos problemas.

ABSTRACT

For P. F. Strawson, in his book *Individuals*, the distinction between *persons* and material things guides the argument over what *persons* are and how we identify and refer to them. However, trying to point out the distinction calls attention to the need of the self's reflectivity, capable of identifying oneself and another as *persons*. Paul Ricoeur elucidates in his book *Soi-même Comme un Autre* how self ascription develops our understanding of the self. The reference to basic particulars that should help distinguishing things happens through language, though, when we consider speech acts, which refer to the self designation capacity in interlocution, we realise the need to consider action as the key aspect which distinguishes persons from things, as Strawson points out in his theory. Action exposes the distinction between the agent's spontaneous interference in the world, through his body, and the occurrence of events in accordance with laws of nature. By way of his power to act, action brings to the agent an ethical dimension. Narrative helps ascribing an action to its agent, since the action is a part of the plot the agent constructs, and to tell something is to tell who did what in a narrative where the character presents constancy. Based on these considerations, the present essay studies two literary cases to decide if the non-human beings present on these narratives are persons or not.

Key Words: Basic Particulars, Oneself, Intentional Action, Self-ascription, Own Body.

RESUMO

A distinção entre *pessoas* e coisas materiais, para P. F. Strawson em seu livro *Individuals*, guia a discussão sobre o que são *pessoas* e como as identificamos e nos referimos a elas. No entanto, a tentativa de fazer esta distinção chama a atenção para a necessidade da reflexibilidade do *si mesmo*, capaz de identificar si mesmo e outros como sendo pessoas. Paul Ricoeur explicita em seu livro *Soi-même comme un autre* como a designação de si desenvolve a compreensão da noção de *si mesmo*. A referência aos particulares de base que auxiliaria em sua distinção de coisas ocorre na linguagem, entretanto, ao levar em consideração atos de fala, que remetem à capacidade de designar a si na interlocução, surge a necessidade de considerar a ação como o principal aspecto que diferencia *pessoas* de coisas, como Strawson aponta em sua teoria. A ação expõe a distinção entre a espontaneidade com a qual o agente interfere no mundo, por meio de seu corpo, e a ocorrência de eventos de acordo com leis da natureza. Assim, a ação traz a dimensão da ética para o agente ao apontar o seu poder de agir. Por fim, a narrativa ajuda a designar uma ação ao seu agente, pois a ação faz parte da trama que o agente constrói, e contar algo é contar quem fez o que numa história em que o personagem apresenta uma constância. Dadas estas considerações, o presente estudo avalia dois casos de narrativas literárias para constatar se os seres não humanos que as compõem são *pessoas* ou não.

Palavras-chave: Particular de Base, Si Mesmo, Ação Intencional, Designação de Si, Próprio Corpo.

SUMÁRIO

RESUMO	09
ABSTRACT	09
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: A identificação de particulares na linguagem	19
1.1. Particulares de base no referencial espaço-temporal.....	19
1.2. Pessoa, e a diferença entre estados de si mesmo e outros particulares.....	28
1.3. A identificação do si mesmo como um particular dentre outros.....	38
CAPÍTULO II: A caracterização do si mesmo por meio da agência	55
2.1. O que é uma ação, e como é possível que ela destaque o particular pessoa.....	55
2.2. A ligação da ação ao agente e a designação de si na ação.....	69
CAPÍTULO III: A dimensão temporal	87
3.1. A permanência de si mesmo.....	87
3.2. Discussão sobre a distinção entre si mesmo e outro nos casos de estudo.....	102
APÊNDICE	115
CONCLUSÃO	117
REFERÊNCIAS	121

Introdução

O self, ou *si mesmo*¹, tem sido discutido por muitos filósofos há séculos, incluindo Locke, Hume, e mesmo Kant. No entanto, a discussão continua até hoje na filosofia atual no estudo do *si mesmo* e seus aspectos. Segundo Jerrold Seigel, diferentes concepções giram em torno do termo como, sujeito, identidade, e pessoa; estas apresentam aspectos do *si mesmo* que englobam sua permanência e discrepâncias. Os termos fazem parte do vocabulário comumente relacionado ao *si mesmo* e empregamo-los dependendo do contexto em que o abordamos, embora seja difícil separar completamente um do outro. Este conceito importa para todos individualmente e socialmente, visto que além de dizer respeito à existência pessoal de cada um faz parte também da formação das relações de uns com os outros.

Paul Ricoeur mostra interesse pelo aspecto ético que surge no desenvolvimento do estudo sobre o *si mesmo*, entretanto, para fazer surgir esse aspecto é necessário antes passar pelo estudo da linguagem, da ação, e da narrativa, pois, para Ricoeur, estes apresentam o melhor caminho de abrangência dos aspectos do *si mesmo* que não se resumem à identidade pessoal. Neste contexto, ele usa como auxílio a teoria de P. F. Strawson sobre a identificação de particulares na interlocução que se baseia na agência das pessoas, e percorre este trajeto acrescentando o aspecto reflexivo do *si mesmo* na linguagem e na agência. Este estudo torna possível a contextualização dos atos do agente que constroem o *si mesmo* em sua narrativa. Assim, Ricoeur enriquece a resposta para a questão da possibilidade de diferenciar o *si mesmo* de outras coisas, que encontramos na teoria de Strawson.

Em seu livro *Individuals*, Strawson oferece uma concepção do termo 'pessoa' que empiricamente a destaca de outras coisas. Essa investigação está relacionada ao problema da possibilidade da experiência e a possibilidade de atribuir experiências a um sujeito, que lhe permite ter consciência de si, explicado em seu livro *The Bounds of Sense*. Devemos ser capazes de distinguir experiências subjetivas de objetos que fornecem a experiência. Strawson tenta dar uma abordagem empírica à experiência e à consciência de si em sua interpretação da teoria de Kant. Assim, a condição de possibilidade da aplicação de conceitos gerais a casos particulares é condição da possibilidade de uma consciência de si, sem conceitos gerais e sua aplicação não seria possível experiência no tempo ou consciência de si, visto que a experiência fornece casos particulares aos quais aplicamos os conceitos gerais.

¹ Termo usado por Paul Ricoeur.

Espaço e tempo dão o modo pelo qual percebemos particulares e sua ordenação em relação uns aos outros. Quando aplicamos um conceito geral a um particular encontrado na experiência o particular existe em algum lugar e em algum momento. Experiências, ou estados de consciência, aparecem ordenadas no tempo para o sujeito, por causa de sua forma de sensibilidade, assim, o objeto que afeta o sujeito é si próprio. Pois, a própria constituição do sujeito ordena a sua experiência tornando-a uma aparência de si. O tempo é o modo em que ordenamos particulares, e a experiência ou estado de consciência resulta de uma afecção própria de como nós mesmos somos constituídos, neste sentido, temos consciência de nossos estados de consciência ordenados pelo tempo. A aparência de nós mesmos no tempo, isto é, as experiências ordenadas no tempo, confere uma consciência de si empírica ao sujeito a quem essas experiências pertencem. Por conseguinte, temos conhecimento de como aparentamos ser.

A experiência requer objetividade para promover a distinção que Strawson propõe entre experiências e objetos, pois ela deve estar relacionada à percepção de objetos separados da experiência, isto é, os objetos percebidos devem ser independentes da sua experiência. Segundo Strawson, para ser possível a consciência de si é necessário haver uma distinção entre a organização das experiências do sujeito no tempo e a organização dos objetos da experiência no seu próprio sistema em que eles coexistem e se relacionam e fornecem nossas experiências.

Neste contexto, Strawson questiona como é possível a consciência de si. Isto é, como é possível atribuir estados de consciência a si de modo que gere conhecimento empírico de si e da própria identidade? A determinação de nossos estados na percepção interior é empírica e mutável, assim, são apenas percepções de estados de nós mesmos que geram consciência empírica. A multiplicidade de representações da mente não permite que ela forme uma identidade, apenas a identidade do ato de subordinar uma síntese das apreensões a uma consciência o permite. As intuições pertencem a si porque são unificadas em uma consciência de si, assim, o *eu* é a consciência da própria capacidade de unificar sínteses da apreensão. A única consciência de si é a consciência das aparências de si, a consciência da identidade a qual experiências diferentes pertencem. Assim, ela não fornece nenhum conhecimento de si além da consciência empírica.

Strawson argumenta que a possibilidade da experiência está ligada a possibilidade do sujeito atribuir a experiência a *si mesmo*, visto que a experiência é subjetiva. Por conseguinte, o sujeito da experiência deve ser identificável, e deve haver meios de identificá-lo como sendo um objeto dentre outros. A identificação requer uma intuição correspondente ao conceito de sujeito da experiência que se forma a partir da unificação das experiências em uma consciência. O

critério de identidade (mesma consciência a qual pertencem experiências) para um sujeito da experiência deve ser empiricamente aplicável. “Na prática esta condição é satisfeita pelo fato de cada um de nós sermos um objeto corporal dentre objetos corporais, sermos realmente um homem dentre homens. Nossos pronomes pessoais, incluindo o pronome “eu”, têm uma referência empírica; e de alguma forma esta referência deve ser assegurada se a noção geral de atribuição de experiências a um sujeito delas faz sentido”. Segundo Strawson, sem admitir o homem como sendo um objeto dentre outros fica difícil atribuir experiências a um sujeito. Assim, a identidade do sujeito depende da identidade do homem. Devemos pensar as experiências do sujeito como sendo uma rota subjetiva distinta do mundo objetivo, a história do sujeito é a corporificação de um ponto de vista sobre o mundo estendido no tempo, e não podemos argumentar a identidade de um sujeito da experiência sem levar isso em consideração. Atribuir experiências a um sujeito depende dele também ser um objeto da intuição, ele deve perceptivelmente pertencer ao mundo e ter sua própria experiência do mundo.

Assim, podemos distinguir entre as coisas como elas são no mundo objetivo e como o sujeito tem experiência delas. A atribuição da experiência e reconhecimento de uma rota subjetiva do ponto de vista do sujeito faz aparecer a objetividade, pois distingue experiências de como as coisas objetivamente são, e distingue a consciência de si do mundo objetivo. Para fazer a diferença entre como as coisas são e como temos experiência delas é preciso algo que a torne reconhecível como sendo uma experiência. No livro *Individuals*, Strawson desenvolve essa idéia e mostra como identificamos empiricamente uma pessoa a qual atribuímos experiências, que é um objeto dentre outros, passando pelas questões colocadas sobre a possibilidade da atribuição de experiências, a objetividade do mundo, e a separação entre estados de consciência (experiências) e particulares que fornecem a experiência. Assim, ele sugere um modo para conhecermos empiricamente o *si mesmo*.

Mas tentar apontar empiricamente a noção de pessoa não responde completamente à questão da distinção do *si mesmo*, e pode tornar mais obscura a diferença. Podemos tentar aprofundar a resposta com a ajuda da investigação de Paul Ricoeur em seu livro *Soi-même Comme un Autre* em que ele aborda a identificação de pessoas que Strawson propôs tratando-a como um aspecto do *si mesmo* na linguagem, visto que Ricoeur tem uma preocupação gramatical com a refletividade que o termo *si mesmo* traz. Como a teoria da identificação trata da identificação de pessoas, ao abordá-la Ricoeur confere um significado simples ao termo identificar: “Identificar algo é ser capaz de fazê-lo aparente para outros, dentre uma gama de

coisas particulares do mesmo tipo, do qual nós pretendemos falar”. Assim, a identificação de particulares aparece como parte da filosofia da linguagem ligada à referência de particulares e merece atenção na investigação sobre o *si mesmo*, pois o identificamos e nos referimos a ele.

Para Ricoeur, a identificação traz à tona o aspecto gramatical da refletividade do termo *si mesmo*, ligado à linguagem, pois não basta identificar um corpo material para conhecer o *si mesmo* e atribuir-lhe experiências. A identificação de um particular não é suficiente para considerá-lo um *si mesmo* e falar a seu respeito, precisamos tratar também de seu aspecto reflexivo. A ação, que caracteriza para Strawson a identificação de uma pessoa, também tem um aspecto reflexivo importante. O estudo dela contribui para a distinção entre igualdade e *si mesmo* em relação à identidade pessoal e a identidade narrativa. Primeiro Ricoeur aborda os esforços para saber o que é uma ação e podermos identificá-la em vista disso, também aborda as dificuldades para aproximá-la de um agente; depois, trata da refletividade contida na ação, neste sentido promove a ligação com seu agente. A refletividade da ação de um agente que designa a si na ação remete a uma escolha do agente pela ação, logo, remete a uma iniciativa do agente. Para Ricoeur, a iniciativa parte do que Kant chamou de começo de algo no mundo em relação à causalidade do agente, e como a iniciativa é uma escolha do agente ela também é sua responsabilidade.

Assim, começa a distinção entre igualdade e *si mesmo*, a igualdade requer que a coisa que conhecemos se mantenha a mesma, enquanto que o *si mesmo* se compõe da concordância e discordância de suas ações em uma configuração narrativa, e nesta a aproximação das ações com a prática é pré-narrativa. O aspecto ético das escolhas do agente para cada ação que compõe a narrativa transparece na refletividade das ações, assim como na prática. Por conseguinte, além da refletividade da identificação e da ação Ricoeur acrescenta a necessidade desse aspecto para compor o *si mesmo*, portanto, não basta identificar o corpo como sendo uma intuição da consciência de si, pois conhecer uma pessoa abrange seu agir que revela as escolhas em cada iniciativa. E as escolhas do agente regem a iniciativa e mostram o aspecto ético que rege suas ações e sua narrativa, enquanto que a refletividade da ação e a sua designação de si apontam a responsabilidade do agente sobre a mesma.

Assim, Ricoeur completa a discussão sobre a distinção de particulares trazendo para o seu interior os aspectos reflexivos da identificação e da ação do *si mesmo*, e a última acaba por revelar - seguindo a idéia de Kant – que o agente é o começo da ação que ele escolhe e tem poder de empreender. Neste sentido, a investigação aponta a dimensão ética do *si mesmo* segundo a

responsabilidade que ele tem ao designar-se em sua ação por meio da qual ele desenvolve a própria narrativa. A discussão requer mais do que a abordagem empírica, e não basta tratar a pessoa e sua ação como particulares identificáveis que funcionam de acordo com leis naturais. Ricoeur argumenta que Kant já defendia que a causalidade do agente é diferente e se baseia em seu poder de agir, neste sentido, abre para o agente uma responsabilidade sobre sua ação. Por conseguinte, a ação e o auxílio da dimensão ética descoberta permitem a separação de *si mesmo* de outros particulares.

Por fim, tentamos seguir a indicação da contextualização das ações na narrativa e apresentamos dois casos em que podemos avaliar se pessoas se distinguem de coisas particulares por serem *si mesmos*, ou não. Nos casos de *Blade Runner* e *Solaris* veremos se, de acordo com a teoria estudada e as respostas encontradas dentro de uma contextualização de ações, chegamos a conclusões a respeito dos particulares tratados. Se a abordagem empírica permite uma conclusão suficientemente clara. E, se o acréscimo da discussão sobre a causalidade do agente, que implica em uma escolha e poder de agir do agente que abre o caminho para a sua responsabilidade sobre sua ação na narrativa (e prática que ela pressupõe), realmente ajuda na distinção entre o *si mesmo* e outros particulares.

Capítulo 1: A identificação de particulares na linguagem

Sem dúvida a identificação de particulares é necessária, pois sem identificá-los é impossível referi-se a eles em pensamento ou na linguagem. Esta requer a capacidade de identificar particulares para lhes atribuir predicados, classificá-los, individualizá-los, e construir proposições e juízos sobre eles. Assim, é possível saber o que são particulares, o que são particulares de base, o que são pessoas, e o que os qualifica como objetos materiais ou pessoas. Por meio da capacidade de identificar particulares e de se referir a eles na interlocução, de modo que o outro os identifique, aplicamos a distinção entre particulares ao mundo. No entanto, identificamos por referência apenas uma terceira pessoa, assim, essa teoria parece não ser suficiente para mostrar se podemos designar a si como sendo aquele que fala sobre outro na interlocução. Esta limitação da teoria mostra que apesar da necessidade de identificar particulares para a interlocução e para que possamos referir a qualquer coisa, ela não é suficiente para se referir ao *si mesmo* como sendo aquele que fala e que faz as identificações. Neste sentido, o *si mesmo* fica escondido atrás de suas colocações e não se revela por meio da teoria da identificação.

O que Ricoeur trata como um dos aspectos do *si mesmo*, Strawson trata como a sua principal identificação. Em *Individuals*, Strawson procura mostrar que em nosso referencial aqueles particulares que identificamos independentemente de outros são particulares de base nesse referencial, sejam corpos materiais ou pessoas. Precisamos admitir com isso que pessoas são particulares diferentes de corpos materiais, pois carregam em si uma dupla atribuição de predicados (de dois tipos distintos), e essa dupla atribuição caracteriza as pessoas. Paul Ricoeur aceita esta distinção, mas não como definição do que é uma pessoa. A identificação de si e a identificação de outros como sendo pessoas faz parte da descoberta do *si mesmo*, as pessoas têm corpos materiais e podem identificar a si mesmas e a outros bem como re-identificá-los posteriormente. Mas isso não encerra a investigação do *si mesmo*.

1.1. Particulares de base no referencial espaço-temporal:

A teoria da identificação por referência de P. F. Strawson distingue os particulares de base daqueles que precisam fazer referência a outro particular para ser identificados. E, desse modo, tenta descobrir onde se encaixam as pessoas dentre esses dois grupos e como elas distinguem a *si*

*mesmas*² de outras coisas, outros particulares, na identificação. Pois tendo em vista a questão colocada por Strawson sobre a possibilidade de identificar particulares distinguindo os particulares de base de outros interessa saber se seria possível também distinguir o *si mesmo* de outros particulares. Strawson procura deixar espaço para a investigação sobre a distinção entre pessoas e outros particulares de base, porém, estudaremos como essa distinção depende da capacidade de distinguir o *si mesmo* de outros particulares de base.

A distinção almejada entre o *si mesmo* e outro particular é fundamental para saber quem é o *si mesmo*, pois a distinção permite focar nessa questão e buscar uma resposta. Para tanto, é necessário compreender o que é um particular e que distinção Strawson acredita existir entre uma *pessoa* e os outros particulares, e se a atribuição de um predicado ao corpo de uma pessoa o distinguiria de outros corpos. Pois, parece que a designação de *si mesmo* na qual a pessoa se reconhece como um *si mesmo* deva partir de sua própria designação como tal e abarcar a designação de quem ela é e de tudo que lhe pertence sendo um *si mesmo*, a saber, o próprio corpo e as ações pelas quais ela se responsabiliza designando-as como suas. Portanto o *si mesmo* necessita da dimensão ética quando se designa no que lhe pertence e se responsabiliza por aquilo que designa a si. Assim, a busca pelo *si mesmo* deve começar pela sua separação de outros particulares.

A princípio, os particulares são definidos por Strawson da seguinte forma: “acontecimentos históricos, objetos materiais, pessoas e suas sombras são todos particulares, enquanto que qualidade e propriedades, números e espécies não o são”³. Assim, concorda com o uso filosófico comum do termo, que refere a uma coisa independente de nós mesmos. O critério de identificação de um particular para Strawson é relevante para mostrar quais são os particulares de base em relação ao nosso referencial, eles são qualquer particular que possa ser identificado sem nenhuma referência a nenhum outro particular, enquanto que outros particulares precisam de uma referência, isto é, dependem de uma referência a outro particular para sua identificação.

A identificação dos particulares acontece no diálogo entre uma pessoa que fala e um ouvinte, isto é, na interlocução. Quando o locutor (aquele que fala) se refere a um particular o ouvinte o identifica como sendo aquele que ele conhece, ou melhor, sendo exatamente o mesmo que ele conhece. Dessa forma dizemos que o ouvinte identificou o particular, e o locutor já o identifica na referência que faz a ele. Strawson pressupõe a identificação dos particulares para

² Tradução do termo *self* segundo o termo usado por Paul Ricoeur, *soi-même*.

³ STRAWSON, P. F. *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*. London: University Paperback, 1959. p. 15. Todas as traduções deste trabalho são traduções livres baseadas no texto original.

que sejam aceitos na sua ontologia, pois não faria sentido aceitá-los sem que eles pudessem ser identificados.

O comprometimento ontológico de Strawson com particulares manifesta-se na linguagem e na interlocução, pois as funções lógicas de referência e predicação se aplicam aos particulares e sobre eles formamos julgamentos. Um julgamento aplica um conceito geral quando o predica a um caso particular especificado pelo nome, uma descrição, ou um dêitico, visto que o caso particular é um caso específico de um conceito geral da experiência.

É possível “encontrar casos particulares diferentes na experiência e distingui-los como diferentes, como também se reconhece como semelhantes todos os casos aptos à aplicação do mesmo conceito”⁴. Um caso particular é um caso separado de outros, pois, por mais que possamos predicar um mesmo conceito a dois casos particulares na experiência, eles são distintos. Assim, o conceito é geral dado que pode ser aplicado a vários casos na experiência. Strawson procura ligar esses casos particulares às noções de espaço e de tempo para distingui-los entre si, e para tanto entende a noção de mundo como a relação entre coisas separadas no espaço e no tempo no qual ocorrem também eventos e processos.

Para Strawson, o critério de identificação de um particular no mundo deve ser cuidadoso para garantir a identificação exata do particular, “uma condição suficiente, mas não necessária de todo o requerimento ser satisfeito é – para dizer com liberdade a princípio – que o ouvinte possa discernir por meio da vista, ou audição, ou toque, ou possa de outra forma discriminar sensivelmente, o particular sendo referido a, sabendo que é aquele particular”⁵. A identificação acontece de acordo com o que o ouvinte pode ver, sentir, ou perceber, ou seja, é a identificação feita por meio de demonstrativos, quando alguém diz “esta coisa”, ou mesmo quando o particular a ser identificado já não pode mais ser percebido, mas pôde ser há alguns instantes; a identificação ainda pode ser feita com o uso de demonstrativos como “aquela” ou “aquele”. Dado que o ouvinte e o locutor conhecem o cenário percebido por ambos (mesmo que um perceba uma parte maior que o outro), eles estão de acordo quanto ao que se encontra no cenário ou se encontrava há pouco tempo.

Neste contexto surge o problema da identificação de um particular que não está em contato direto com o locutor ou com o ouvinte, pois se o particular não puder ser referido por meio de um demonstrativo pode ser que não seja possível identificá-lo, visto que sem a

⁴ STRAWSON, P. F. *Analysis and Metaphysics: An Introduction to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1992. p. 54.

⁵ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 18.

identificação pelo demonstrativo torna-se improvável saber se o particular ao qual o locutor se refere foi de fato identificado.

Se a identificação por um demonstrativo não for possível em certos casos, Strawson considera que ela precisaria ser feita por uma descrição⁶ que aponte suas características ou um nome que individualize o particular. No caso do uso de um nome é preciso que o ouvinte saiba previamente ao que o nome se refere, mesmo uma descrição pode não individualizar o particular, pois é possível que muitos particulares sejam similares e que o próprio espaço onde se encontram seja similar a outro.

Assim, segundo Strawson, não basta uma identificação vaga ou apenas provável do particular. A identificação que não pode usar demonstrativos ainda pode ser feita se referindo ao referencial⁷ (sistema de referência) espaço-temporal do particular, pois sempre podemos relacioná-lo aos próprios interlocutores. Se não pudermos identificar particulares por meio de demonstrativos, podemos fazer uma relação do particular com o locutor ou o ouvinte no referencial espaço-temporal; um exemplo é o uso do calendário ou de mapas. Isso não quer dizer que para identificar um particular seja necessário saber a sua localização exata no espaço-tempo, pois geralmente os interlocutores têm um conhecimento do contexto um do outro.

O essencial é compreender que a distinção entre um particular e outro acontece, para Strawson, por meio do espaço e do tempo, muitas vezes um mesmo conceito geral é aplicado a vários casos particulares coincidentemente e não pode distinguir os casos uns dos outros. Não é possível distinguir dois balões infláveis pelo conceito de balão, e talvez pudéssemos dizer que a distinção se faz pela cor ou tamanho, porém estas não são distinções definitivas já que pode haver dois balões verdes com a mesma quantidade de hélio dentro deles. Sendo assim, a única forma de distinguir os balões é pela sua posição no espaço, pois esta jamais pode ser a mesma para dois casos particulares. “É impossível que existam duas folhas que difiram entre si em algum outro aspecto, mas que sejam indistinguíveis espaço-temporalmente”⁸, visto que as noções de espaço e tempo são básicas em nosso plano conceptual.

⁶ Uma descrição definida sem a referência ao espaço-tempo, mesmo que identificasse o particular seria trivial. Pois se para identificar uma visita dizemos “quem veio visitar foi uma mulher de cabelos pretos”, pode-se dizer que não há referência ao nosso referencial, porém a identificação se torna vaga. E se tentamos estreitá-la acrescentando detalhes à sua descrição para torná-la única e individualizar o particular, pode ser que esta descrição não caiba a ninguém por ser muito restrita, como ao dizer que “foi uma jovem mulher de cabelos pretos que assistiu a um experimento em que raios X eram jogados no mar”. Além disso, sem fazer nenhuma referência ao referencial espaço-temporal não é possível aplicar a descrição, nem mesmo saber se a sua aplicação é real, e esse é um problema bem mais grave.

⁷ Tradução para *framework*.

⁸ STRAWSON, *Analysis and Metaphysics: An Introduction to Philosophy* p. 56.

Na interlocução, é sobre particulares que os interlocutores falam, qualquer que seja a predicação ou julgamento em relação a um caso particular identificado na experiência, pois a experiência é sempre espaço-temporal e são os casos particulares que se encontram no espaço e no tempo. Por isso, os julgamentos aplicáveis à experiência são aplicáveis a particulares, já que a aplicabilidade à experiência pressupõe as dimensões espaço-temporal e, como não há experiência que não seja espaço-temporal, os julgamentos sobre ela só poderiam ser a respeito de casos particulares encontrados no espaço e no tempo.

Por isso, em qualquer discurso, os particulares são os objetos de referência na interlocução, e são também os sujeitos das predicções. Portanto, Strawson privilegia os particulares ontologicamente e assinala que qualquer julgamento os toma como objetos de referência. Todos os particulares que percebemos se encontram no espaço e no tempo, ou pelo menos estão relacionados a particulares que estão no espaço e no tempo. Neste contexto, aparece a distinção entre os dois tipos de particulares. Já sabemos que todo particular pode ser identificado por meio do referencial espaço-temporal, e relacionam-se com os interlocutores que também se encontram no mesmo plano.

Strawson não quer dizer com isso que para toda referência é necessário fazer a localização exata do particular no tempo e no espaço, ou que isso seja necessário para que o ouvinte o identifique. Strawson quer mostrar que os particulares de base fazem parte do nosso referencial espaço-temporal e podem ser identificados pela percepção ou por referência a esse plano. E se distingue, assim, de outro tipo de particular; visto que sendo o espaço e o tempo a estrutura de percepção de todos os seres humanos, os particulares que compõem esse plano podem ser identificados sem nenhuma referência a outro particular, apenas ao referencial espaço-temporal, sendo, por conseguinte os particulares de base.

Para que o plano espaço-temporal proposto por Strawson seja aceito, ele precisa também ser unificado de forma que sempre seja possível identificar um particular no tempo e no espaço. Há sempre uma relação dos particulares com tempos distintos e espaços distintos, de modo que estes são unificados e, por isso, podemos identificar um mesmo particular em tempos e espaços diferentes ou no mesmo espaço em tempos diferentes tendo em vista que o espaço é contínuo. Pois, a identificação de particulares não acontece apenas no sentido apresentado acima, há também a identificação de um particular já conhecido quando ele é reencontrado; neste caso, Strawson a chama de re-identificação de um particular. Assim, não basta ser possível identificar um particular como sendo *o mesmo* ao qual um interlocutor se refere, é preciso também re-

identificar o particular conhecido como sendo *o mesmo* já conhecido.

A re-identificação de particulares é importante exatamente porque é na re-identificação que o referencial espaço-temporal se mostra unificado, a sua unidade fica evidente levando em consideração a re-identificação de particulares. “A essência da questão é que usamos o mesmo referencial em ocasiões diferentes. Nós devemos não apenas identificar alguns elementos de uma forma não relativa, nós devemos identificá-los como exatamente os elementos que eles são de um único sistema de elementos continuamente utilizável”⁹. Ao identificar uma coisa e reencontrá-la, ela é re-identificada como sendo a mesma, porque há uma continuidade do espaço que não se pode perceber (pois não temos uma percepção contínua das coisas, nem as observamos todo tempo), mas que existe e garante a unidade do referencial espaço-temporal. Strawson explica que a percepção do espaço não é contínua para os seres humanos porque dormimos, mudamos de posição, e simplesmente não somos capazes de perceber a totalidade do espaço.

Contudo, Strawson não argumenta que por causa destas limitações não somos jamais capazes de re-identificar um particular, pois para que isso seja possível não é necessária uma observação contínua do espaço. Esse tipo de ceticismo surge de uma confusão entre a identidade numérica dos particulares e a sua identidade qualitativa. Logo, é necessário distinguir os tipos de identidade: quando se diz que o computador na minha frente é o mesmo no qual estou escrevendo trata-se de uma identidade numérica; a identidade qualitativa aparece quando se diz que este computador na minha frente é o mesmo que está à venda na loja da esquina. No entanto, é difícil saber pela descontinuidade da observação quando se trata de cada uma das duas identidades. Neste sentido, Strawson acredita que ao tratar de uma observação descontínua do espaço, alguns casos podem trazer dúvidas, mas é preciso aceitar a re-identificação de particulares para adotar a existência do referencial.

Pois, ao aceitar o referencial espaço-temporal, é preciso aceitar as suas condições, como a de que o espaço seja considerado contínuo apesar de não ser continuamente observado, e é apenas no plano contínuo que faz sentido questionar a identidade de particulares. Strawson acredita que caso aceitemos a possibilidade de identidade num espaço continuamente observável, então se trataria de outro plano no qual a observação contínua do espaço seria possível, o que não ocorre para a nossa capacidade de apreensão. Um referencial assim, para os humanos, só poderia ser separado (e não unificado), e em cada referencial continuamente observado seria possível ter certeza de que um particular é re-identificável. Logo, se não for aceita a continuidade do espaço

⁹ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 32.

embora ele não seja observado trata-se de outro plano conceptual.

Como a observação do espaço é descontínua, é pressuposta uma diferença entre uma identificação e a re-identificação pela situação da observação quando esta parecer ou não a mesma. Pois, sendo o espaço unificado, todos os objetos materiais estão em constante relação uns com os outros no espaço, e isso facilita o reconhecimento das situações observadas por causa da constância desses objetos materiais e suas relações. Afinal, a identificação de lugares acontece por meio da identificação dos particulares que ocupam o espaço e pela sua relação, então o espaço se define pela sua relação com objetos materiais (formando o que foi chamado acima de mundo), assim como a identificação de um objeto material acontece pela sua continuidade no espaço e no tempo.

Então, para re-identificar um particular é preciso também re-identificar as suas relações espaciais, pois, “suponhamos que eu encontro uma coisa x num tempo t e re-identifico x mais tarde em um tempo t' . Por conseguinte, aparentemente o fato de eu conhecer as relações espaciais em que um objeto y se encontra quanto a um objeto x no tempo t , e as relações espaciais em que um objeto z se encontra quanto a um objeto x no tempo t' não significa que eu sei qualquer coisa sobre as relações espaciais entre y e z ”¹⁰. Como os particulares estão intrinsecamente relacionados ao espaço, então re-identificar um particular é re-identificar o local onde o particular estava e onde se encontra no momento. E re-identificar um local é re-identificar os particulares que estão relacionados a este local, sendo que definimos um local pela sua relação com os particulares que nele se encontram. Tanto o referencial espaço-temporal proposto por Strawson, como a sua continuidade, devem ser aceitos para possibilitar a identificação e a re-identificação de particulares no mesmo, e também a continuidade desses particulares.

A identificação de particulares é possível porque eles fazem parte do nosso referencial de quatro dimensões espaço-temporais, neste sentido é possível identificá-los. O referencial espaço-temporal é a base e o ponto de acordo de qualquer identificação. Strawson procura saber se, dentre os particulares que podem ser identificados, existiria algum particular de base em relação ao qual outros particulares dependeriam para ser identificados. Caso haja, temos de supor uma distinção entre os tipos de particulares.

Um particular de base deve fazer parte do plano conceptual admitido por Strawson e ter quatro dimensões, três espaciais e uma temporal. Os únicos particulares que se encaixam nessa descrição são os particulares que têm ou possuem corpos materiais, Strawson os define como

¹⁰ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 36.

“nós talvez consideremos como uma condição necessária de algo ser um corpo material que ele deveria tender a exibir alguma resistência oferecida ao toque; ou talvez que ele deveria possuir alguma qualidade do campo tátil. Caso nós o consideremos, este seria um requisito mais rigoroso do que qualquer um que Descartes pretendeu por meio de 'extensão' ou Locke por meio de 'solidez'; ou seja, é um requisito mais rigoroso do que aquele da ocupação tri-dimensional do espaço”¹¹. Assim, particulares apenas visíveis não constituem corpos materiais. É preciso mais do que isso para ser um corpo material.

Na identificação de um particular que ocorre na interlocução entre um locutor e um ouvinte há casos em que a identificação de um particular depende da identificação de outro ao qual o primeiro faz referência para ser identificado. Nem sempre esta dependência acontece de forma direta, pois distingue entre os particulares *dependentes de outro* para ser identificados e particulares *que não dependem de outro* para sua identificação.

Particulares privados não são observáveis como, experiências, percepções, sensações, etc. e dependem da outra classe de particulares, as *pessoas*, para serem identificados. Este é um exemplo de particulares dependentes, pois a identificação de um particular privado depende da identificação do particular (pessoa) a quem este pertence. Uma dor é sempre a dor de alguém, assim, no caso da dependência direta na identificação quando um locutor diz “a dor de C” a identificação da dor depende da identificação de C. Mesmo quando não há uma referência direta à pessoa, permanece uma referência indireta, mesmo ao dizer “esta dor” há referência indireta ao particular que tem dor. Não é necessário fazer uma referência explícita a ele. No caso da identificação de qualquer particular há uma referência às pessoas que fazem a identificação, o locutor e o ouvinte, entretanto, o caso dos particulares privados como “a dor de C” ou “essa dor” há uma referência a um particular C que não é nem o locutor nem o ouvinte.

A dependência dos particulares privados é a dependência mais direta entre particulares, segundo Strawson. No entanto, há outros particulares que para ser identificados dependem de corpos materiais, por exemplo, algumas partículas físicas não-observáveis por ser demasiadamente pequenas. Apesar de existirem, a sua constatação é observada apenas em relação a particulares maiores, os corpos materiais. Por conseguinte, Strawson assinala que para um particular ser de base ele deve ser publicamente observável, pois qualquer particular possível de ser diretamente localizado pelos interlocutores pode ser identificado sem referência a nenhum outro.

¹¹ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 40.

No entanto, não basta ser diretamente localizável para ser um particular de base. Existem particulares publicamente observáveis que apresentam dependência de outros particulares e por isso não são de base, “o campo dos itens particulares de fato localizáveis diretamente em qualquer ocasião de discurso particular é severamente restringido”¹². Neste contexto, estados, processos, e eventos são particulares que, apesar de publicamente observáveis, dependem de particulares de base para a sua identificação. Alguns eventos e processos são obviamente dependentes, pois são processos ou eventos de algum corpo material, enquanto outros não fazem parte dessa classe.

Há casos em que essa dependência não aparece; por exemplo, quando é possível identificar um processo ou evento pelo uso de um demonstrativo, quando pode ser diretamente localizado, ou quando acabou de acontecer. Também é possível identificar um evento ou processo dentro de uma série de eventos ou processos, assim, depois de uma série de raios é possível identificar o penúltimo raio ou o segundo raio levando em consideração o tempo. No entanto, os eventos precisariam ter acontecido momentos antes e, tanto o locutor como o ouvinte têm de conhecer o limite (começo e fim) da seqüência. Strawson acredita que seja possível identificar um processo ou evento que é processo ou evento de alguma coisa sem falar na coisa A da qual ele é evento. Porém, no geral, só é possível identificar o evento se a coisa A da qual ele é evento for identificada¹³. Assim, Strawson considera que eventos e processos não podem ser identificados com referência apenas a si ou ao seu tipo (um evento ou processo) em relação com o referencial espaço-temporal, pois esses eventos não podem ser identificados diretamente no referencial, eles dependem de particulares que se encaixam nele, ou seja, corpos materiais, como objetos, pessoas ou lugares.

As coisas materiais mantêm relações espaciais com outras, ocupam o espaço, e duram no tempo. Somente elas fornecem um referencial espaço-temporal compreensivo e contínuo, “corpos materiais, num sentido amplo da palavra, nos asseguram um único esquema de referência comum

¹² STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 45

¹³ Este caso exemplificado pelo nascimento de um animal, “pode-se razoavelmente manter que para poder falar em animais com o sentido que esta palavra de fato tem para nós, nós devemos encontrar um lugar em nosso discurso para o conceito de *nascer*; mas não há nenhuma razão para concluir do fato de que falamos em animais com sentido que essa palavra tem para nós, que nós devemos *também* encontrar um lugar no nosso discurso para a idéia de certo campo de particulares, a saber, nascimentos. Quer nós *também* façamos isso ou não é *irrelevante* para nós termos o conceito de animal que nós de fato temos. (...) Em outras palavras, a admissão dentro do nosso discurso do campo de particulares, *nascimentos*, concebido como nós os concebemos, requer a admissão dentro do nosso discurso do campo de particulares, *animais*; mas a admissão dentro do nosso discurso do campo de particulares, *animais*, concebido como nós os concebemos, não requer a admissão dentro do nosso discurso do campo de particulares, *nascimentos*” (*Individuals*, 51-52), pois é possível dizer *este nascimento* sem nos referirmos ao animal do qual é o nascimento, e não é necessário que um nascimento seja o nascimento deste animal. Mas para identificarmos um nascimento como um particular é preciso identificar o particular *animal*.

e continuamente extensivo, qualquer constituinte ao qual pode ser referido identificadamente sem referência a qualquer particular de qualquer outro tipo. Este é o plano para a localização espacial no geral. A constituição detalhada desse plano muda; mas sem detrimento de sua unidade”¹⁴. Corpos materiais são particulares de base por constituir o referencial.

Além disso, outro critério para um particular ser de base é a possibilidade da sua re-identificação independentemente de outro tipo de particular. Para Strawson, deve ser possível re-identificar um corpo material justamente por meio desse corpo. Isso acontece pela re-identificação de pelo menos alguns particulares dispostos no espaço depois de uma descontinuidade da observação levando em consideração a continuidade do espaço. Os particulares que não são de base são re-identificados pela sua relação com particulares de base. Segundo Strawson “essa conclusão não deve ser de forma alguma surpreendente ou inesperada, se nós nos lembrarmos que o nosso referencial geral de referência a particulares é um sistema unificado espaço-temporal de uma dimensão temporal e três espaciais, e refletirmos mais uma vez que, das grandes categorias disponíveis, aquela dos corpos materiais é a única competente para constituir tal referencial”¹⁵.

Porém, na interlocução não é necessário fazer uma referência direta aos particulares de base sempre para identificar um particular que depende de outro quanto a sua identificação, e nem sempre um demonstrativo é usado para fazer referência direta aos particulares em volta, visto que muitas dessas referências são substituídas pelos nomes próprios. Não coincidentemente os nomes são aplicados a pessoas e lugares.

1.2. - Pessoas, e a diferença entre estados de si mesmo e outros particulares

Estudamos acima como Strawson conclui que os corpos materiais são particulares de base e como estes ocupam um lugar de preferência no nosso referencial. Neste sentido, Strawson procura saber se seria possível outro plano conceptual (diferente do plano espaço-temporal) em que os corpos materiais não sejam particulares de base. Para isso, a identificação não precisaria ser como a apresentada anteriormente no caso da interlocução. Tratando-se da identificação de corpos materiais um particular pode ser identificado apenas em pensamento, e esta identificação poderia ser válida também para outros particulares de base que seriam possíveis identificar por meio da distinção de outros particulares no pensamento.

¹⁴ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 54.

¹⁵ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 56.

Quando a identificação abrange casos além da interlocução ela fica livre da referência ao locutor e ouvinte. No entanto, a possibilidade de outros particulares, que não sejam corpos materiais, servir de base em outro referencial é limitada. Strawson leva em conta os particulares que ele chama de objetivos que se distinguem dos particulares que ele considera privados como, estados, experiências ou processos de “mim mesmo”, e *si mesmo*, aos quais outras pessoas não podem ter acesso. Pois, para existir a possibilidade de identificar um particular como sendo de base em outro referencial, é necessário que ele possa ser identificado publicamente. Strawson argumenta que “o limite que quero impor à minha questão geral é o seguinte: eu pretendo que ela seja uma pergunta sobre as condições de possibilidade de um pensamento identificador sobre particulares distinguidos por aquele que pensa de si mesmo (*himself*) e das suas próprias experiências e estados mentais, e considerados como *objetos* de fato ou possíveis dessas experiências”¹⁶. Ao investigar a possibilidade de outros particulares serem considerados de base pressupõe-se que estes sejam particulares objetivos.

Neste sentido, Strawson propõe a existência de particulares de base identificados em um referencial não-espacial e a existência de um referencial não-espacial. Neste referencial, os corpos materiais não podem ser considerados particulares de base, pois não preenchem mais os pré-requisitos necessários para a sua identificação independente e, neste contexto, surge a possibilidade de separar no referencial o que Strawson chama de “*si mesmo*” e “os estados de si mesmo” de particulares que não fazem parte de nenhum dos dois tipos (mas que são particulares objetivos e não-materiais).

Strawson investiga qual dos cinco sentidos que os humanos possuem que não é espacial para construir um plano não-espacial a partir dele. O tato e a visão são logo descartados por serem sentidos que obviamente contribuem para a nossa concepção do mundo espaço-temporal, assim como o paladar e o olfato, que não parecem contribuir para a formação de nenhum plano conceptual. Resta a audição que não pode por si só contribuir para a formação de noções espaciais. Com a ajuda da visão, do tato, e do sentido sinestésico é possível saber que um som veio da direita ou da esquerda, de longe ou de perto, de cima ou de baixo; no entanto, sem a visão, nem o tato, nem o sentido sinestésico, não formamos noções espaciais unicamente por meio da audição. Não é possível o conceito de espaço puramente auditivo, pois o som faz distinções espaciais apenas na relação da audição com elementos não-auditivos. Por meio desse caminho, a questão é saber se num mundo auditivo e não-espacial seria possível a identificação

¹⁶ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 61

de particulares objetivos. Neste sentido, Strawson procura mostrar o que seriam os particulares objetivos nesse mundo¹⁷.

Primeiro, é importante conhecer a possibilidade da identificação de particulares num mundo auditivo. Segundo Strawson, os particulares nesse mundo seriam os sons, podemos identificar, por exemplo, numa música, diversas notas distintas. Um som distingue-se de outro até mesmo pela sua continuidade ou descontinuidade, assim, se ouvirmos dois sons qualitativamente idênticos (do mesmo tom, volume e timbre) em ocasiões diferentes, e em uma das ocasiões ele pára e depois continua, então, identificamos dois sons particulares distintos. No entanto, se ouvirmos o som continuamente por um período de tempo antes de parar, então, identificamos apenas um particular. Entretanto, para que um som seja um objeto público ele deve poder ser ouvido por mais de um ouvinte. Strawson acredita que os ouvintes devam ouvir aproximadamente o mesmo som “e talvez se deva acrescentar que, para preencher em qualquer ocasião o requisito que eles estão ouvindo o mesmo som, a fonte causal da experiência auditiva relevante deveria ser a mesma para todos eles”¹⁸.

A re-identificação destes particulares apresenta um problema mais complexo, pois, re-identificar uma mesma música ou uma mesma nota como sendo qualitativamente a mesma é simples, o problema aparece com a re-identificação de um particular que deixa de ser ouvido por um período de tempo e em seguida é novamente ouvido. Como é possível re-identificar o som sem fazer referência a qualquer coisa além de sons? Pois, num mundo auditivo o único cenário seria composto de sons. Neste sentido, Strawson preocupa-se com a necessidade de um critério para a re-identificação de uma seqüência M, por exemplo, de sons A, B, C, e D que é interrompida depois de A até que D volte a ser ouvido. Mesmo que o ouvinte tenha deixado de ouvir os sons B e C por causa da interrupção, deve ser possível re-identificar a seqüência. A seqüência M foi interrompida por um som mais alto, por isso, é preciso haver lugar no plano não-auditivo para os particulares que não são ouvidos no momento e que, entretanto, existem e podem ser re-identificados posteriormente, mesmo não sendo observados em todos os momentos.

¹⁷ No entanto, no caso dos sons isto não basta, é preciso ficar claro que um som, para ser um particular objetivo, precisa ser ouvido por diferentes pessoas num momento aproximadamente simultâneo. E o som ouvido deve ser aproximadamente o mesmo para todos. Para isso não basta que diferentes pessoas ouçam a mesma nota da mesma música; por exemplo, é preciso que o som seja numericamente idêntico para todos, isto é, que elas ouçam a mesma nota da mesma música tocada pelo mesmo instrumento ao mesmo tempo em um mesmo lugar. Sendo esta condição a mais óbvia para ele. Foi pressuposto que sons são públicos, mas é preciso garantir nos termos do mundo auditivo a existência de outras pessoas e a identidade dos sons. E indagar se haveria particulares objetivos neste mundo auditivo é indagar se seria possível distinguir a “mim mesmo” e “os estados de mim mesmo” de todos os outros particulares em um mundo apenas auditivo.

¹⁸ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 67

Os critérios para a re-identificação têm que ser apenas auditivos, o referencial auditivo deve permitir que estes particulares existam independentemente da sua observação para que possam continuar existindo mesmo quando não estão sendo observados. Desse modo, eles podem ser re-identificados posteriormente, visto que é possível que os particulares continuem existindo no espaço mesmo quando não são observados. A re-identificação de particulares auditivos e a existência de tais particulares enquanto não observados torna necessária uma distinção no mundo auditivo entre *si mesmo* e “estados de si mesmo” e aqueles que não fazem parte dessa categoria. Essa distinção permite que existam coisas observadas e não-observadas em um dado momento, e Strawson procura verificar se ela existe de fato no mundo auditivo.

Para testá-la, ele nega a distinção acima mencionada. Primeiro, distingue os particulares observados dos não-observados sem usar o pronome da primeira pessoa. Ao relatar qualquer acontecimento no mundo auditivo sem referência a qualquer coisa fora desse mundo não é preciso usar o verbo ouvir, visto que se o acontecimento pertence ao mundo auditivo esse verbo fica redundante. Assim, também não é necessário o uso do pronome pessoal, basta dizer que “o particular x foi observado”. Podemos aplicar o mesmo tipo de expressão aos casos que mostram a distinção entre algo que ocorre no mundo e algo que é introduzido no mundo, assim, há uma distinção entre agência e o que acontece ao agente sem precisar usar um pronome pessoal. Então, no mundo auditivo o agente pode ser movido em uma sequência de sons ou pode provocar o movimento. O conhecimento antecipado de se ele será movido ou se ele provocará o movimento pode apontar a distinção entre o que é *si mesmo* e o que não o é no mundo auditivo. Mesmo nesse caso não é necessário destacar o agente, pois é possível dizer “a ocorrência de x foi observada e x foi executado”, sem dar ênfase ao pronome da primeira pessoa em nenhum dos casos, como em artigos científicos.

Logo, resta conhecer o critério para garantir a diferença entre *si mesmo* e outros particulares. Strawson acredita que o problema apareça na atribuição a si de percepções e corpos físicos, e na atribuição de tais características a outras pessoas, pois é assim que distinguimos nós mesmos de outras coisas. No entanto, ele considera difícil saber qual característica reproduzir no mundo auditivo para garantir por meio dela a diferença entre o que é *si mesmo* e o que não o é, “evidentemente, em fazer tais suposições, se estaria tentando produzir uma analogia o mais próxima possível da condição humana de fato. Mas a fantasia, além de ser tediosa, seria difícil, de elaborar”¹⁹. Assim, Strawson procura abordar essa diferença no referencial espaço-temporal,

¹⁹ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 85

pois o mundo auditivo foi elaborado apenas como uma tentativa de verificar a possibilidade de outros particulares serem de base, que não sejam corpos materiais.

O mundo auditivo não pode apresentar propriamente a diferença entre *si mesmo* e o que não é *si mesmo*, visto que não é possível conhecer os critérios que propiciam a diferença. Antes é necessário saber como alguém poderia ter uma idéia de *si mesmo*, “pois para ter de alguma forma a idéia, parece que esta teria que ser uma idéia de alguma coisa em particular da qual ela [o agente] tem experiência, mas que não é o agente [ele mesmo]. Mas se essa idéia for apenas um item dentre a sua experiência, como pode ser a idéia daquilo que tem todas as suas experiências”²⁰. Neste contexto, Strawson abandona a possibilidade da existência de outros particulares de base em um plano conceptual alternativo e passa a buscar a diferença no plano espaço-temporal.

A identificação não faz diferença entre uma pessoa e outros corpos materiais, ela precisaria mostrar um modo por meio do qual uma pessoa pode se distinguir de outros corpos a partir dela. Quando o locutor identifica um particular de base, a identificação acontece da mesma forma para qualquer particular de base, inclusive para seu próprio corpo ou para qualquer pessoa. Mesmo sabendo que aquele que fala tem uma relação especial com o próprio corpo, a identificação por referência desse corpo não é diferente de qualquer outra identificação. Então, interessa saber qual a diferença entre o próprio corpo e outros corpos na identificação, e como diferenciar o *si mesmo* de outros particulares na identificação.

Strawson propõe uma reflexão baseada em nós mesmos e nas características que atribuímos a nós mesmo: ações, intenções, sensações, pensamentos, percepções, localização, etc. e também características permanentes como, peso, altura, forma, etc. Uma parte destas características é atribuída a nós e também ao nosso corpo material, como também poderia ser atribuída a qualquer corpo material. Outras destas características não podem ser atribuídas a um corpo de forma alguma. As características atribuídas a um corpo, altura, peso, etc. não necessitam que sua atribuição seja explicada. Entretanto, Strawson enfatiza a estranheza de atribuir características de consciência a algo, e atribuí-las à mesma coisa a qual atribuímos predicados físicos, pois como saberemos a quem pertencem? Neste sentido, ele questiona a possibilidade da atribuição de predicados de consciência.

As duas questões estão ligadas para Strawson pela relação que cada pessoa mantém com seu próprio corpo, há uma relação peculiar entre *eu* e o *meu* corpo, isto é, uma relação diferente

²⁰ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 89

da que uma pessoa tem com qualquer outro corpo que não seja o seu próprio. A relação com o próprio corpo não parece com nenhuma relação de posse que temos, nem o corpo é algo à parte de si que cada um controla. Existe uma relação entre *eu* e o que acontece ao corpo chamado *meu* que o torna diferente de outros corpos. No entanto, é preciso mais do que isso para saber o que o diferencia de outros corpos.

A relação especial não esclarece a atribuição de estado de consciência à mesma coisa a qual atribuímos predicados corporais, nem mesmo esclarece a atribuição desses estados a algo. Strawson considera que a questão sobre o motivo de atribuir predicados de consciência a algo, e o motivo de atribuí-los à mesma coisa a qual conferimos características corporais surge devido a sua teoria requerer o desenvolvimento do conceito de pessoa.

O problema da atribuição não é novo para a filosofia, há diversos pontos de vista conhecidos sobre o tema. Segundo Strawson, alguns filósofos defenderam que empregar o pronome *eu* tanto para a atribuição de predicados de consciência quanto para a atribuição de características corporais é um erro, ou mau uso da palavra devido a uma confusão quanto ao seu uso. Strawson acredita que Descartes corrobora com este ponto de vista, pois ele chama duas substâncias distintas de pessoa, e atribui características corporais a uma delas e predicados de consciência a outra. Neste contexto, os predicados não se misturam.

Outros consideraram a explicação para a dificuldade na atribuição de predicados uma confusão quanto ao uso da palavra *eu*. Porém, Strawson acredita que atribuímos estados de consciência a algo, que somos nós mesmos, e a atribuição não é contingente, visto que não é possível atribuir um estado de consciência a um A que pertence a um S. Essa dependência não é incomum, pois ela foi vista na dependência das experiências privadas de outro particular, isto é, na dependência de uma experiência em relação a uma pessoa para a sua identificação. Para identificarmos uma experiência particular como sendo um estado de consciência, devemos atribuir-la à pessoa a qual ela pertence. Esta dependência não permite que um estado de consciência seja logicamente contingente e possa pertencer a outra pessoa. Se a dependência não fosse possível, então não seria possível fazer referência a estados de consciência, e sabemos que este não é o caso. A própria identificação de estados de consciência e de experiências na interlocução demonstra a posse desses estados por uma pessoa, ou a dependência que esses estados mantêm com ela, pois para identificar um estado de consciência (particular privado) é necessária uma referência a pessoa (particular de base) que possui o estado.

Resta saber qual o critério para a atribuição de predicados de consciência a algo, para que

possam ser reconhecidos como sendo estados de si mesmo e permitam uma distinção entre particulares. Strawson defende que a chave da atribuição esteja na dupla atribuição de estados de consciência. Pois podemos atribuir estados de consciência tanto a *si mesmo*, o sujeito da experiência, como a *outros*, quando os atribuímos a outra pessoa. “Isso quer dizer, por exemplo, que as frases atributivas são usadas no mesmo sentido justamente quando o sujeito é outro como quando o sujeito é o si mesmo”²¹. Atribuímos estados de consciência em geral tanto em primeira como em terceira pessoa, porém, o fato de o estado de consciência manter o mesmo significado na dupla atribuição apresenta um problema. Visto que a minha dor tem o mesmo significado de dor que a dor de João é preciso saber como o predicado pode manter o mesmo sentido se verificamos de formas diferentes que João e eu sentimos dor. No caso da primeira pessoa não é necessário atribuir a dor a mim, entretanto, é possível fazê-lo para informar a outros sobre a minha dor.

Não podemos aceitar a atribuição de estados de consciência a algo ao qual atribuímos apenas esses estados, como um ego. Se este fosse o caso, não seria possível atribuir um estado de consciência a outra pessoa, visto que um estado de consciência é privado, e outras pessoas não podem ter acesso a um ego. Assim, não poderíamos atribuir um estado de consciência a outro, neste sentido também não poderíamos atribuí-lo a si mesmo. Pois, é preciso a atribuição a outros para distinguir a atribuição a si.

Não basta identificar as experiências de S como sendo aquelas que têm uma relação causal especial com o corpo N, é importante saber como um estado de consciência pode ser *meu*. Segundo Strawson, a separação entre corpo e experiências (predicados de consciência) obstrui a fluidez da compreensão, e para compreender a atribuição de estados de consciência a si e a outros é preciso aceitar o conceito de pessoa como sendo primitivo. Strawson argumenta que a pessoa seria “um tipo de entidade que tanto predicados atribuindo estados de consciência e predicados atribuindo estados corporais, uma situação física etc. são igualmente aplicáveis a um único indivíduo desse tipo singular”²².

Assim, só podemos atribuir estados de consciência a algo porque os atribuímos a pessoas, e temos que atribuir os predicados a mesma coisa a qual atribuímos predicados físicos. Se a pessoa for considerada um composto de um ego inacessível e um corpo, sendo ambos conceitos primitivos, não haveria como atribuir estados de consciência a outros, por conseguinte também não haveria como atribuí-los a si mesmo.

²¹ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 99

²² STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 102.

Para atribuir predicados de consciência a outros, toda pessoa deve ser o mesmo tipo de entidade a qual atribuímos dois tipos de predicados. Strawson divide os predicados em: predicados-M, aqueles atribuídos ao corpo material ao qual não são atribuídos estados de consciência; e predicados-P que englobam predicados de consciência e não fazem parte do primeiro grupo, pois são atribuídos a pessoas. Os últimos atribuem consciência (em sua maioria) ao sujeito ao qual são atribuídos.

Pessoa é um conceito logicamente primitivo ao qual atribuímos predicados-M. Resta saber como é possível (ou seja, qual o critério para) atribuímos predicados-P a mesma. Strawson assinala que a atribuição deve coincidir com um critério lógico de atribuição para predicados-P, “nós teríamos que pensar em maneiras de distinguir como *sinais* da presença, no indivíduo ao qual diz respeito, dessa coisa diferente, a saber, os estados de consciência. Mas então nós poderíamos apenas saber que a maneira de distinguir seria um sinal da presença da coisa diferente atribuída por meio dos predicados-P pela observação de correlações entre as duas. Mas nós só poderíamos fazer esta observação em apenas um caso, a saber, o nosso próprio”²³. Se existissem apenas *sinais* para saber se uma pessoa possui predicados-P, então, só poderíamos relacionar o sinal com a presença destes predicados-P caso o sinal acontecesse em nós mesmos. Assim, não seria possível a atribuições de predicados-P a outros, por conseguinte, nem a si.

Strawson acredita que apenas a observação do comportamento explique a atribuição de predicados-P a alguma coisa no nosso esquema conceptual, e permita que se atribuam os predicados a outros. No entanto, a atribuição por meio de um critério lógico pelo qual atribuímos predicados-P a outra pessoa não acontece do mesmo modo quando atribuímos esses predicados a nós mesmos. Apesar de atribuímos alguns predicados da mesma forma isso não acontece em todos os casos. A maioria dos predicados-P tem uma base distinta para a atribuição a *si mesmo*. Strawson considera que a atribuição de predicados-P a outras pessoas seja feita por meio do critério lógico do comportamento, mas ele aceita que a atribuição a nós mesmos não precise do comportamento como critério. As duas formas de atribuição mantêm o mesmo significado do predicado e nenhuma das duas formas é secundária em relação à outra. Atribuímos os predicados a primeira pessoa sem observação e a terceira pessoa por meio da observação. Neste contexto, a compreensão da dupla atribuição é a compreensão do uso dos predicados.

Assim, faz parte do predicado-P ter uma dupla atribuição. Strawson argumenta que podemos *observar* a depressão em outro e *senti-la* em *si mesmo*, e ela é depressão no mesmo

²³ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 106.

sentido. X é o deprimido e a depressão é sentida por X, mas ele não a observa, enquanto que outros (que não X) observam a depressão, mas não a sentem. A dupla atribuição faz parte do conceito de depressão na nossa estrutura de linguagem.

Tratar a atribuição a si ou a atribuição ao outro em sentido primitivo em detrimento do outro sentido de atribuição torna impossível atribuir um predicado-P, tanto a si como a outros. Se a atribuição da depressão a *si mesmo* for tomada como primária surge uma dificuldade em relação à distância entre a forma de verificação da depressão em *si mesmo* e a forma de verificação em outros. Assim, o comportamento deprimido em outros seria apenas um sinal de depressão, mas sem ser possível correlacioná-lo com a depressão verificada apenas em *si mesmo* (a *minha* depressão). E se a observação da depressão for tomada como atribuição primária do predicado surge um problema em relação à observação do comportamento deprimido em *si mesmo*, e não seria possível verificar a própria depressão nem atribuir o predicado-P neste sentido. Logo, a dupla atribuição do predicado-P é sua característica especial, e ao negligenciá-la retiramos o predicado de sua estrutura de linguagem.

É preciso saber como é possível atribuir um mesmo predicado no sentido da primeira pessoa e no sentido da terceira pessoa quando os seus métodos de verificação são tão diferentes. Assim, precisamos saber como são possíveis predicados-P. Neste sentido, é necessário aceitar o conceito de pessoa como primitivo, e aceitar os predicados-P e a sua característica especial. Strawson distingue os predicados-P relacionados a “fazer algo”, no sentido de empreender uma ação. Movimentos corporais se diferenciam dos demais predicados-P, visto que são facilmente identificáveis e implicam em uma intenção que origina o movimento, assim, atribuímos ações como atribuímos predicados a alguém.

Strawson destaca esse tipo de predicados-P para mostrar mais claramente a possibilidade de aceitar sua atribuição, “eles são predicados que, aproximadamente, envolvem fazer algo, os quais claramente sugerem intenções ou estados de consciência ou ao menos consciência em geral, e que indicam um padrão característico, ou uma variedade de padrões, de movimento corporal, embora não indiquem de forma alguma qualquer sensação ou experiência muito definida”²⁴. Esses predicados-P indicam consciência, intenção, e movimento corporal que seguem um padrão, como passear, jogar bola, cortar a grama, etc. Ao mesmo tempo em que não atribuímos estes predicados a nós mesmos por meio da observação é possível atribuí-los a outros por meio dela, e é simples admitir que se trate do mesmo predicado (mesma ação) no mesmo sentido em ambos os

²⁴ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 111.

casos de atribuição, mesmo sendo verificado de formas diferentes porque eles geram o mesmo movimento.

Strawson justifica a atribuição de ações argumentando que “isto é por causa da dominância marcada de um padrão suficientemente definido de movimentos corporais no que eles imputam, e a ausência marcada de qualquer experiência distintiva”²⁵. Assim, a ação é atribuída em um padrão de movimentos corporais observáveis publicamente e, neste contexto, é mais fácil perceber e reconhecer sem observação predicados-P não-privados, visto que não conhecemos apenas as experiências privadas *sem* observação, também conhecemos os movimentos corporais que interpretamos como sendo nossas próprias ações. Também reconhecemos movimentos corporais em outros por meio da observação, e eles se mostram similares aos que conhecemos sem observação (em *si mesmo*)²⁶.

Reconhecemos padrões de movimentos no mesmo esquema de ações em que os conhecemos sem observação, pois os reconhecemos como ações de indivíduos do mesmo tipo que nós mesmos. Por meio das ações, é fácil reconhecer outros como sendo pessoas que também atribuem ações (e predicados-P) a si, que cada qual atribui a si. Segundo Strawson, compreendemos movimentos como sendo ações, porque os interpretamos de acordo com intenções que atribuímos ao indivíduo que age, da mesma forma como atribuímos intenções a nós mesmos.

As ações não são os únicos predicados de consciência que podemos verificar em outros, entretanto, por meio delas podemos atribuir predicados a outras pessoas por meio da observação de seu comportamento. Ao apresentar um comportamento alegre, triste ou algo similar, a pessoa transparece esses estados em seu comportamento, isto é, em suas ações. Assim, atribuímos predicados-P a outros observando os padrões definidos das ações, interpretando-os em termos de intenções, e relacionando-as às nossas próprias ações. E, as ações não estão segregadas de outros predicados-P, elas pressupõem uma ligação com outros predicados desse tipo.

A relação com o próprio corpo, considerado um particular de base, contribui para que reconheçamos outros como pessoas. É evidente que o corpo ser um particular de base é o que permite a identificação de uma pessoa sem referência a outro particular, no entanto, não é pela

²⁵ STRAWSON, *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics* p. 111.

²⁶ “É bastante claro que isso é o que se dizia em termos gerais sobre a noção de pessoa, por meio disso as ações passam a ser um exemplo central na ilustração deste conceito. Na filosofia de Strawson isto traz a noção de agente ao centro da rede conceptual da ação, o *quem* da ação, que outros autores da tradição analítica, influenciados pela rejeição completa da consciência cartesiana e do idealismo fenomenológico, abandonaram geralmente em proveito do *que*”. (NAISHTAT, Francisco. *Identidad y Reconocimiento en el Legado de Giro Lingüístico. Las Miradas de Paul Ricour y de P. F. Strawson*. Rev. Natureza Humana, vol. 10, número especial, out. 2008. p. 14)

simples identificação do corpo que reconhecemos seu estatuto de pessoas, simplesmente por ela possuir um corpo. Reconhecemos o outro como sendo uma pessoa por causa da dupla atribuição de predicados-M e Predicados-P, visto que a pessoa tem a mesma relação especial com o próprio corpo que nós temos com o nosso.

Strawson concede ser mais simples compreender outros como sendo pessoas que também atribuem predicados-P a *si mesmo* por meio da observação de suas ações, e compreender a si mesmo como sendo um agente também com o auxílio das ações, visto que as pessoas agem. Neste sentido, o conceito de pessoa é um conceito primitivo que permite compreender a atribuição de predicados-M e predicados-P a uma mesma entidade, e facilita a identificação de particulares no nosso referencial. Ocorre na pessoa uma junção de predicados-P da ação com predicados-M. Devemos ressaltar que a ação traz à tona a relação com o próprio corpo por ser um movimento corporal, relação esta que aparece na atribuição de uma ação ao agente.

1.3. A identificação de si mesmo como um particular dentre outros:

Por sua vez, Ricoeur trata do *si mesmo* sob vários aspectos, e a linguagem que usamos para falar desta noção parece fornecer as primeiras noções sobre ele²⁷. David Kaplan em seu livro *Ricoeur's Critical Theory* expõe a importância de começar pela linguagem na análise de Ricoeur, “para entender o si mesmo, ele argumenta, nós deveríamos compreender a linguagem que usamos para refletir e falar sobre ele. Ele começa com uma teoria semântica da linguagem que oferece a mais estreita noção do que é uma pessoa para mostrar que é ela necessária para compreender uma concepção mais enriquecida do si mesmo”²⁸.

Na linguagem, existem formas diferentes de identificar um particular por referência em uma situação de interlocução, porém, mesmo admitindo as funções da identificação, Paul Ricoeur não deixa de considerar que a identificação por referência seja capaz de identificar apenas o outro, isto é, uma terceira pessoa fora da interlocução é o particular identificado. Este particular identificado é sempre tido como o outro ao qual o falante se refere na conversa por meio de uma referência, ele apenas faz parte do assunto. Assim, o *si mesmo* buscado por Ricoeur fica excluído da identificação, pois não identifica a si.

Na identificação de um particular, que não o distingue de outros corpos materiais, a

²⁷ Ricoeur, em *O Discurso da Ação*, explica que a filosofia da linguagem ordinária não traz muito acréscimo ao conhecimento empírico, ela somente reflete sobre a coerência do discurso que se procura conhecer (p 30). Assim, ao tratar de pessoas, esse discurso se preocupa com a análise de como nos referimos a pessoas.

²⁸ KAPLAN, David. *Ricoeur's Critical Theory*. Albany: State University of New York Press, 2003. p 84

pessoa está junto de qualquer outra coisa também identificada. Apesar de tal identificação individualizar a pessoa dentre os particulares, não permite que o *si mesmo* apareça, assim, é preciso haver um modo para distinguir o *si mesmo* dos outros corpos. Quando um falante identifica um particular de base, essa identificação acontece da mesma forma para qualquer particular de base inclusive para o seu corpo ou para qualquer outra pessoa. Mesmo sabendo que ele tem uma relação especial com o seu corpo, a identificação dele não é diferente de qualquer outra identificação. Interessa saber qual a diferença nessa relação e como o falante pode diferenciar a *si mesmo* dos outros particulares.

A individualização ou identificação para Ricoeur é fundamental para a noção de *si mesmo*²⁹, pois este precisa ser destacado dos *outros* de seu grupo, e precisa ser distinguido do seu grupo como sendo outro ao grupo, ou destacando-o dos outros particulares. “A individualização pode ser caracterizada, grosso modo, como o processo inverso da classificação, o qual elimina o singular sob o nome do conceito”³⁰. A individualização é feita por nomes próprios, descrições definidas, e indicadores dêiticos como os pronomes pessoais, demonstrativos, e advérbios de tempo e de lugar, dessa forma individualizamos particulares na interlocução.

Na individualização, o problema da distinção entre o *si mesmo* e o outro aparece e com ela identificamos o particular como sendo aquele do qual falamos. “Nós devemos nos perguntar se nós podemos ir muito longe na determinação do conceito de pessoa sem introduzir, em um momento ou outro, o poder da designação de si que faz da pessoa não apenas um tipo de coisa único, mas um si mesmo”³¹. A pessoa não é vista como alguém que fala e não é sequer esse falante que fala das coisas; ao contrário disso, a pessoa está do outro lado, do lado das coisas. Assim, o *si mesmo* não é visto como agente nem no ato da fala, já que não é visto como falante. Por isso ocupa o mesmo papel que os corpos materiais e não se distingue deles.

O falante refere-se ao particular identificado na terceira pessoa e, assim, os corpos materiais são indistintos sem qualquer identificação especial para o *meu corpo* dentre outros corpos. Entretanto, é importante que a terceira pessoa possa ser identificada também como uma pessoa, e não apenas a primeira e segunda, pois aquele do qual se fala também pode ser uma pessoa.

²⁹ Em seu artigo *Can There be a Science of Action?* Paul Ricoeur, John van den Hengel explica que para Ricoeur uma ontologia sem a mediação de uma epistemologia não é aceitável, assim, o estudo do *si mesmo* deve passar por procedimentos de explicação. Pois a hermenêutica é uma filosofia de desvios, e a compreensão da ação pode ser auxiliada pela análise para desdobrar a pergunta “quem” e suas respostas. Ricoeur passa pelos estudos constituintes da teoria da ação, filosofia da ação, da linguagem, teoria narrativa, etc. (p 236)

³⁰ RICOEUR, Paul. *Soi-même Comme un Autre*. Coleção Points Essais. Paris: Éditions du Seuil, 1990. p 40.

³¹ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 45.

A possibilidade de atribuir predicados de consciência a si só aparece como uma distinção da atribuição ao outro. Nessa distinção surge o *si mesmo* dentre os outros. Entretanto, não parece que a identificação de um particular ao qual atribuímos predicados de consciência possa ser a mesma que a identificação de outro particular, pois ao identificar-se a pessoa não diz “esta pessoa que fala”, ou o próprio nome, como se falasse de um terceiro. Deve haver nessa identificação e atribuição a si uma consciência de *si mesmo* que ainda não está presente na identificação por referência ao espaço e tempo, esta convergência no momento parece estranha, pois, “o que coloca um problema para nós é compreender como o si mesmo pode ser ao mesmo tempo uma pessoa de quem nós falamos e um sujeito que designa a si mesmo na primeira pessoa, enquanto endereça uma segunda pessoa”³².

Para Paul Ricoeur, a atribuição de predicados a uma pessoa teria que se mostrar diferente da atribuição a uma coisa, ao passo que Strawson não faz qualquer distinção desse tipo e trata apenas como a atribuição de um predicado a um sujeito lógico. Além disso, “se uma pessoa for apenas um particular de base com predicados atribuíveis a ela, então não há diferenças significativas entre tu e eu”³³. O conceito de pessoa baseia-se na dupla atribuição a uma mesma coisa, dando prioridade a essa igualdade em oposição ao *si mesmo*. A atribuição de predicados-P a si traz a assimetria no que era a atribuição dos mesmos predicados a uma coisa, porém, Strawson não a explora. A atribuição a si de predicados-P já parecia ter que ser diferente da atribuição aos outros, pois, como dito acima, a atribuição de predicados a si traz consigo algo que a atribuição a outra pessoa não traz, isto é, aponta uma reflexibilidade da pessoa que declara algo sobre *si mesma* (a pessoa que fala e identifica os particulares).

É importante mostrar que a igualdade presente no mesmo sentido de um predicado-P, ao ser atribuído a *si mesmo* e a outro, revela uma assimetria na verificação desse predicado-P – nos outros pela observação e em *si mesmo* sem observação. Outros predicados podem manter o mesmo sentido, mas também mantêm a mesma verificação. Porém, na análise de Strawson, não há ênfase nessa assimetria da verificação em que o *si mesmo* aparece na atribuição a si, ao contrário disso, a ênfase está na conservação do mesmo sentido do predicado na atribuição. Nesse contexto, a questão precisa ser levada adiante, passando da mesma entidade e do mesmo sentido do predicado para a questão do *si mesmo* posta na atribuição a si, pois a assimetria dessa atribuição aponta o *si mesmo*, e como foi dito pressupõe uma designação de *si mesmo*. Nesse sentido da verificação de um predicado, somos levados pela própria atribuição a uma

³² RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 48.

³³ KAPLAN, David. *Ricoeur's Critical Theory*. p 85

reflexibilidade na designação de si que opõe o *si mesmo* ao outro.

Na atribuição a si, o *si mesmo* aparece, já que para atribuir um predicado a si é pressuposta a designação de si como um sujeito que possui o predicado. Assim, se o outro também deve ser visto como uma pessoa que atribui a *si mesmo* predicados, como defende Strawson, ele precisa também ser considerado como alguém que designa a *si mesmo* na fala, porém é difícil verificar essa designação pela observação (modo de verificar a atribuição de predicados aos outros). Portanto, além da atribuição de predicados a cada um é preciso uma atribuição ao *eu* e ao *tu* como designadores de si (como é pressuposto na atribuição).

Paul Ricoeur explora a possibilidade da pessoa que fala designar a *si mesma* e não apenas identificar uma coisa da qual está falando. Os usos da semântica e da pragmática da linguagem levam a um encontro dessas duas na designação de si e na capacidade de designar a si da terceira pessoa da qual se fala, o reconhecimento da terceira pessoa como um designador de si é importante ao permitir reunir as duas análises da linguagem.

Uma questão não resolvida, para Ricoeur nesse conceito de pessoa, seria a relação com o próprio corpo. A entidade à qual atribuímos os dois tipos de predicados (predicados-P e M) tem uma relação especial com o corpo que chamo de *meu*. Mas esse corpo não é um predicado como são os predicados-M, e a posse dele é intransferível de um sujeito para outro, diferente de um predicado atribuído a diferentes sujeitos. É necessário saber como uma pessoa faz parte do referencial espaço-temporal, isto é, como é a relação com o próprio corpo que faz parte desse referencial. “A posse de um corpo para alguém ou para cada um coloca o enigma de uma propriedade intransferível, que contradiz a noção habitual de propriedade”³⁴. Parece que a relação da pessoa com o próprio corpo de fato não pode ser reduzida à atribuição de predicados físicos, até mesmo porque a posse do corpo é intransferível.

A relação com o próprio corpo (particular de base) contribui para que outros sejam vistos como pessoas. É evidente que o corpo como particular de base permite a identificação da pessoa sem referência a outro particular, no entanto, a pessoa não é identificada como pessoa simplesmente por possuir um corpo. Reconhecemos o outro como pessoa no nosso referencial pela atribuição de predicados, visto que o outro é uma pessoa porque tem a mesma relação especial com o próprio corpo que cada um de nós tem. Ao tomar a ação como um predicado-P, que torna mais acessível reconhecer o outro como pessoa, e que revela intenções e consciência, Strawson exhibe a pessoa como algo ao qual são atribuídos predicados-P e M. Mas também

³⁴ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 51

pressupõe que ela possua um corpo (que talvez não possa ser reduzido a predicados físicos), pois empreender uma ação é descrito por ele como um “padrão de movimentos corporais”, e na pessoa se dá justamente nessa junção de predicados-P da ação com predicados-M. É preciso ressaltar que a ação, sendo um movimento corporal, trata também da relação com o próprio corpo, que já aparece na atribuição de uma ação ao agente.

Neste contexto, Ricoeur dá um passo que o leva além de Strawson, pois este mantém sua análise no plano do publicamente observável. Já Paul Ricoeur procura aprofundar a busca pelo *si mesmo* e entra em círculos mais abrangentes, pois na identificação por referência o *si mesmo* foi ofuscado pela igualdade, pelo *mesmo* dos predicados, e da *mesma* entidade da atribuição, e precisa da designação de si para ressurgir. Enquanto que Strawson considera as experiências privadas dependentes de particulares de base na sua identificação e inacessíveis à observação pública, o que torna difícil a análise de tais experiências.

Por sua vez, Ricoeur acredita que o estudo da pragmática possa expandir essa investigação e enriquecê-la. “Por pragmática eu quero dizer o estudo da linguagem em situações de discurso em que o significado de uma proposição depende do contexto da interlocução”³⁵. Nos atos de fala há uma diferença marcante em relação à identificação por referência, pois enquanto a última ofusca o *si mesmo* como sendo a mesma coisa a qual atribuímos dois tipos de predicados, ou o aborda sem diferenciá-lo de qualquer outro particular, nos atos de fala o *si mesmo* é colocado em destaque.

Ricoeur se dedica ao estudo da expressão, isto é, ao próprio ato da fala e como este interfere, ou modifica o sentido da afirmação expressa. A expressão reflete no que é dito por ela e com isso modifica o seu sentido, podendo tornar o sentido opaco, mas revela aquele que fala. Em um ato ilocucionário, quando aquele que fala diz “eu prometo”, e ao dizer isso já empreende a ação de prometer, o *eu* é colocado em evidência e a primeira pessoa se destaca. O ato de prometer só é empreendido se dito em primeira pessoa, o que não é o caso quando dizemos “ele promete”, visto que, neste último, a ação é o ato de declarar (não a promessa) e é menos evidente; apesar de poder ser feito evidente se dito de outra forma, como “eu afirmo que ele promete”, no qual o ato de afirmar é evidenciado, ele reflete no sentido da afirmação e ofusca a promessa, enquanto que na primeira forma aparece apenas a intenção da referência.

Por conseguinte, fica claro que é o falante quem refere a algo, não a expressão, ou seja, o sujeito da fala é refletido no termo *eu*. Porém, quando feito explícito o ato de referir daquele que

³⁵ RICOEUR, Paul. *Approaching the Human Person*. Ethical Perspectives, 1, 1999. p 49.

fala, a reflexão da expressão no que é dito muda o sentido do que é expresso, pois não aparece apenas a intenção da referência, mas também torna-se evidente o ato da expressão.

A expressão como parte da interlocução, e que remete a uma interlocução, deixa para trás a terceira pessoa que se destacava na identificação por referência e expõe o *eu*, mesmo nos atos locucionários, e ao expor o *eu* remete à interlocução e ao *tu* que ouve a expressão³⁶. Neste sentido, Ricoeur argumenta que o destaque do *si mesmo*, do *eu*, traz consigo o destaque de outro como ouvinte, pois destacamos o *tu* que ouve ao nos expressarmos usando o termo *eu*³⁷.

Neste contexto, o *eu*, sendo um pronome dêitico no sentido de variar a aplicação dependendo da expressão, assume um papel relevante na relação entre a pessoa que fala e a expressão. Isso ocorre tanto nos atos de fala - sendo uma âncora entre a expressão e o sujeito que fala -, como na identificação, ganhando um destaque que não tinha na teoria de Strawson e tornando-se o “indicador” principal que mostra aquele que designa a si (e o diferencia das descrições e nomes próprios). No entanto, o *eu* não pode ser descrito, ele é apenas mostrado, assim, o *eu* não refere a si no sentido de um objeto do qual ele fala.

Maximilian de Gaynesford defende que o termo *eu* tem a forma lógica de um pronome dêitico, “se *Ele/Ela* são *Termos Dêiticos* porque eles têm usos dêiticos, então *eu* é um tipo de super *Termo Dêitico*; ele não tem nenhum uso não-dêitico. Este é o fato chave sobre o caráter do termo”³⁸. A forma dêitica é o uso de um termo anafórico na expressão para referir a alguma coisa ou alguém, de que se fala no momento, isto é, demonstra algo. Neste sentido, o dêitico ganha a sua condição de verdade não por meio da sentença em que aparece, mas de fora dela. O termo *eu* é um dêitico que não pode jamais ser um termo anafórico, isto é, não ganha jamais a sua condição

³⁶ Kathleen Blamey em seu artigo *From the Ego to the Self: A Philosophical Itinerary*, publicado no livro *The Philosophy of Paul Ricoeur*, argumenta que a escolha por não tratar o *si mesmo* como um ego ou sujeito, mas como um *eu* é uma escolha que leva em consideração a linguagem na investigação filosófica, pois o termo *eu* ressalta o contexto da linguagem visto que imediatamente implica em um interlocutor, um tu. O termo carrega em si um contexto de intersubjetividade, e de uma estrutura que envolve tu, ele, eles, etc. (*The Philosophy of Paul Ricoeur*, p 597)

³⁷ É na oposição ao outro na interlocução que o *si mesmo* aparece na linguagem, porém apenas na linguagem. Segundo Robert Sokolowski em seu livro *Phenomenology of the Human Person*, o agente se mostra como aquele que empreende a ação expressa ao usar o termo *eu* na declaração de si em uma expressão. Mesmo assim, no uso declarativo do termo, *eu* o foco da expressão é o objeto do qual ela trata e não o agente da expressão, assim, ao expressar “eu acredito que o sapato seja marrom” a atenção dos interlocutores está no sapato marrom por mais destacado que esteja o agente da expressão por meio do *eu* que faz a afirmação. Porém, a menção a *si mesmo* na interlocução por meio do termo *eu* faz aparecer o outro que se diferencia dele, pois quando o falante faz referência a si na declaração usando esse pronome o ouvinte sabe que não é ele quem fala e que ele está na posição de ouvinte, assim, “a *alteridade* e a individualidade da pessoa são colocadas à mostra, cada uma com sua própria veracidade” (p. 91). Na interlocução cada um dos interlocutores expressa os seus pensamentos e nesse sentido mostram que são duas pessoas que pensam e se expressam.

³⁸ GAYNESFORD, Maximilian de. *I: The Meaning of the First Person Term*. Oxford: Clarendon Press, 2006. pp 92.

de verdade mediante a sentença na qual é expresso, ele tem sempre a função dêitica, visto que ganha seu significado na expressão com referência a algo fora da expressão.

Segundo Gaynesford, o dêítico *eu* faz com que qualquer referência que se segue a ele seja dêitica, como na sentença “eu amava a mãe dela”³⁹, na qual o termo *dela* não refere ao *eu*, refere a alguém fora da sentença no momento da expressão. Mesmo usando um termo de referência como *meu*, ele não faz referência a uma fonte que o precede na sentença, ele sempre refere a algo fora da sentença como em “eu amo a minha mãe”⁴⁰, em que as duas ocorrências dos dêíticos são independentes e a segunda não ganha o seu significado por meio da primeira. Neste sentido, *eu* e *tu* são termos dêíticos puros que jamais têm referência livre.

Gaynesford concede que as demonstrações tenham função de referência em alguns usos de termos dêíticos, visto que ajudam a tornar um indivíduo saliente em relação ao seu uso. No entanto, existem diversas outras formas para garantir a saliência de um indivíduo referido e não é sempre necessário usar demonstrativos para tanto. A saliência do indivíduo referido responde à questão sobre “qual?” indivíduo fazemos referência e, para usarmos termos dêíticos para comunicar pensamentos é preciso que o ouvinte seja capaz de responder sobre “qual” indivíduo o seu interlocutor está falando.

Gaynesford argumenta ser fundamental para a comunicação que o ouvinte identifique o objeto da interlocução e neste sentido seja capaz de responder a *qual* indivíduo o falante se refere. Em alguns casos as demonstrações ajudam na identificação. Mesmo no uso do dêítico *eu* uma demonstração pode ajudar na identificação, “ela levantou a mão precisamente para evitar a possibilidade que alguma outra pessoa fosse (erroneamente) identificada como sendo a pessoa que disse eu”⁴¹. Com efeito, a terceira pessoa nesta análise fica excluída da interlocução, pois, tomada pelo aspecto da expressão, a interlocução leva em consideração apenas a primeira e segunda pessoa.

Neste contexto é possível compreender o argumento de Robert Sokolowski sobre a designação de si. Para ele, o poder de raciocinar faz de nós pessoas cuja dignidade vem de sua racionalidade. Sokolowski examina por meio da forma pela qual as pessoas designam a si usando o termo *eu*, visto que na designação de si a racionalidade manifesta-se. Usamos o *eu* tanto de forma informativa como de forma declarativa. No primeiro sentido, “no qual nós simplesmente nomeamos a nós mesmos como nós nomearíamos qualquer outro objeto do qual nós queremos

³⁹ GAYNESFORD, Maximilian de. *I: The Meaning of the First Person Term* p 92.

⁴⁰ GAYNESFORD, *I: The Meaning of the First Person Term* p 93.

⁴¹ GAYNESFORD, *I: The Meaning of the First Person Term* p 151.

dizer alguma coisa sobre”⁴². Usamos o termo *eu* para dar uma informação “eu estou sentada”, a frase também poderia ser dita na terceira pessoa tratando-a como um particular dentre outros e manter a mesma informação, “ela está sentada”. Já no uso declarativo do pronome, o termo declara a si na sua agência racional e se compromete com a sua declaração e a veracidade dela. No uso do *eu* o agente se expressa agindo racionalmente, pois a expressão é uma ação e ao dizer “eu suspeito que você esteja trapaceando”⁴³ o agente se compromete com a ação de suspeitar, e assim, declara a sua agência racional mostrando-a sem precisar se predicar um agente racional.

Para melhor diferenciar o uso declarativo do termo *eu* do seu uso informativo, Sokolowski argumenta que o uso é declarativo quando expressa um agente da verdade declarando um ato da razão alcançado naquele momento. O uso informativo do termo pode ser aplicado a atividades da razão, entretanto, apenas quando já passaram e perderam a sua função declarativa e não quando estão sendo empreendidas ou declaradas, como “eu esperava, essa manhã, que o trânsito estivesse muito pesado; isso é o que eu estava pensando naquele tempo”⁴⁴. Ela não declara algo que o agente pensa, ela é apenas um relato. Uma declaração enfatiza aquilo que ela mostra sobre o mundo e não o agente da ação, já numa frase informativa a primeira pessoa é enfatizada, de modo que, no relato acima sobre o trânsito a ênfase está no “eu esperava”. Neste sentido, a afirmação é informativa, porque introduz na frase a informação sobre o que *eu* esperava pela manhã.

No entanto, o uso declarativo do termo *eu* não é consciência de si nem percepção de si separada da sua declaração, este uso é mais do que consciência de si. A afirmação não é elevada a um estagio cognitivo por meio da declaração, ela já está ligada a essa consciência e introduz uma nova dimensão à percepção do sujeito, sem acrescentar informações ao que está sendo dito. Neste sentido, acrescentar “eu acredito” a uma declaração sobre o mundo, como “eu acredito que o tapete esteja na sala” acrescenta a margem da expressão algo a mais sobre o mundo, isto é, acrescenta o agente que afirma algo. Assim, o agente mostra como ele está registrando o que ele diz sobre o mundo, no caso ele *acredita*. A declaração de si na frase mostra uma dimensão a mais da declaração.

Assim, a importância da designação de si na fala fica clara. Ela aponta para a dimensão de consciência que já está pressuposta na declaração em que a designação aparece, visto que a declaração em que o falante designa a si é um ato de fala no qual ele empreende a designação de si no ato de afirmar refletido na declaração e expresso na ação. Além disso, ele se compromete

⁴² SOKOLOWSKI, Robert. *Phenomenology of the Human Person*. New York: Cambridge University Press, 2008. p. 10.

⁴³ SOKOLOWSKI, *Phenomenology of the Human Person* p. 11.

⁴⁴ SOKOLOWSKI, *Phenomenology of the Human Person* p. 16.

com a declaração e a veracidade do que ele declara nela de forma similar ao ato de prometer que pressupõe uma constância de si para manter a palavra empenhada frente às mudanças de circunstâncias ao longo do tempo.

Segundo Ricoeur, a relação entre a expressão e o sujeito da expressão complica-se quando aparenta que o ato da expressão está sendo tratado, ainda que não trate o sujeito como agente que se expressa. A reflexão na expressão é reflexão da própria expressão, isto é, a reflexão que ocorre na expressão e modifica o significado da declaração é uma reflexão no sentido da declaração do fato de a expressão ocorrer no mundo. Assim, o reflexo do ato da expressão ofusca o seu significado (da declaração), e fica claro que a reflexão da expressão não é uma reflexão de consciência do *si mesmo*, ela é apenas uma expressão tomada como um fato e refletida em si mesma⁴⁵. Portanto, a expressão é tratada como uma coisa que representa outra, mas apenas uma coisa e não um ato.

Quando o sujeito exprime uma declaração, ela passa a fazer parte do mundo e torna-se um dos fatos do mundo, ou seja, um evento. Assim, a expressão pode ser um particular, visto que eventos e fatos são considerados particulares na teoria da identificação por referência, entretanto, a expressão não é um particular de base. A expressão não pode ser identificada independentemente de particulares de outro tipo, pois uma expressão é sempre expressão de alguém, pois ela não possui um corpo material com dimensões espaço-temporais. Do mesmo modo que as experiências, a expressão é identificada por referência a uma pessoa, porém, a expressão é pública e pode ser observada por outros.

Como a expressão é um ato de fala, ela não se afasta do que já foi dito sobre a relação das ações com a pessoa, visto que a ação é um predicado-P. Portanto, caso a expressão faça referência à pessoa que a exprime e seja identificada por referência a mesma, deve ser possível não apenas relacionar a expressão a essa pessoa, mas também mostrar a sua dependência dela de modo a dar o foco apropriado ao sujeito da expressão.

Quando igualamos a expressão a um fato no mundo, desconsideramos a noção de que o sujeito da fala é quem refere. No entanto, para Ricoeur, resgatamos esse sentido ao perguntarmos pela relação do sujeito com a expressão, a saber, ao perguntarmos por *quem* fala para saber quem empreende a ação, e relacionar esta ação ao sujeito a fim de trazê-lo de volta ao foco. Sem isso, a

⁴⁵ Jerrold Seigel, em seu livro *The Idea Of The Self*, trata dessa diferença entre o que ele chama de reflexivity e reflectivity, e afirma que a reflexibilidade (tradução que usamos para reflectivity) se opõe a um reflexo (reflexivity), pois na última o reflexo é involuntário e apenas uma resposta a algo como uma repetição de sua origem bem exemplificada pelo espelho; enquanto que a reflexibilidade é um elemento de consciência de si mesmo ativa que influi na relação com si mesmo e com o mundo. E essas noções são distintas apesar de se misturar na linguagem.

reflexão da expressão não passa de uma reflexão do fato da expressão, e o *si mesmo* não aparece nela. Seria preciso que o sujeito da fala fosse aí refletido para que o *si mesmo* aparecesse e designasse a si pela expressão.

Retomamos o termo *eu* como sendo uma das respostas de Ricoeur para a questão sobre quem fala, porém há um paradoxo entre os dois aspectos desse termo assinalados acima; o termo considerado como um ato de fala ou considerado como um dêitico que varia sua referência dependendo da expressão. Esses dois aspectos se opõem, visto que o *eu* é um dêitico que muda a referência de acordo com quem fala no momento e indica aquele que designa a si ao falar, enquanto que o outro aspecto do *eu* o ancora fixando-o pela expressão, pois no momento da fala o *eu* designa apenas aquele que fala e nenhum outro. Esse paradoxo se aprofunda porque a expressão pode ser tomada como um fato no mundo que é único. Pois, o fato só existe no momento da fala, e ao mesmo tempo o *eu* pode ter diferentes ocorrências sendo o mesmo signo expresso em momentos diferentes. Essa última abordagem do paradoxo trata da expressão do *eu* e nunca do sujeito da expressão indicado por ele.

Além disso, ao abordar o sujeito da expressão, fica claro que um único termo *eu*, na posição daquele que fala, tem várias formas distintas de expressar-se (ocorrências). Portanto, é preciso saber como se dá o *ancoragem* (fixação) desse *eu* como perspectiva do mundo que se expressa (em vários atos de fala diferentes) sobre esse mundo. Ricoeur recorda que Wittgenstein já havia apontado o *eu* como aquele que tem uma perspectiva sobre o mundo e é o seu limite. A pessoa expressa um julgamento sobre o mundo ao usar o termo *eu* que expressa “não só alguma coisa no mundo, mas alguém que tem o mundo e está à sua margem, como o olho que vê está na beira do campo de visão e “possui” aquela visão”⁴⁶. Ao considerar o sujeito da expressão, e não a própria expressão, vemos que ele faz parte do mundo. Neste sentido, possui um nome próprio para identificá-lo nesse mundo. Isso já era evidente tendo em vista que a pessoa é um particular de base, apesar de não ter ficado claro na teoria da identificação como se dá a relação do *si mesmo* com o próprio corpo pertencente ao mundo.

Porém, dizer “*eu*” numa expressão, como “eu saí”, não é o mesmo que dizer o próprio nome na mesma sentença. Gaynesford defende que o pronome tenha um papel de inferência e deva levar do conhecimento de uma premissa ao conhecimento de sua conclusão pela referência do termo da conclusão ao da premissa. Mas a inferência envolvendo o termo *eu* numa sentença não funciona sempre assim, quando os termos são *eu* e meu nome próprio, por exemplo, “eu sou

⁴⁶ SOKOLOWSKI, *Phenomenology of the Human Person* p. 28.

F; NN é G, logo eu sou F e G”⁴⁷. A inferência precisaria pressupor um juízo de identidade que afirmasse “eu sou NN”. O termo *eu*, que refere a algo que ganha seu significado fora da sentença, precisa de um elemento que o ligue ao termo que faz referência na sentença para poder promover uma inferência⁴⁸.

A princípio é preciso considerar que o referente do termo *eu* seja um corpo material, de modo que sabemos que ele tem dimensões espaciais e uma temporal, possui relações causais, e está relacionado a outros corpos materiais. O referente *eu* ou qualquer outro dêitico é perceptível porque é um corpo material. Aquele que fala torna o referente saliente simplesmente pelo ato de exprimir o termo dêitico e no caso do termo *eu* aquele que fala também é a quem ele se refere. A facilidade na atenção no caso da referência por meio do termo *eu* explica-se pela consciência (*awereness*) que temos de *nós mesmos* como sendo corpos materiais que empreendem uma ação e por sermos sujeitos a essa consciência de si⁴⁹.

Porém, teríamos que reconhecer que o *eu* tomado como perspectiva do mundo leva a uma área que Strawson considera inacessível, visto que a perspectiva do mundo é uma experiência privada, e se for tomada como um particular ela não pode ser identificada sem referência a outro particular, além disso, não é publicamente observável. Sem essa observação, a experiência limita-se à *minha* experiência e torna impossível conhecer a experiência do outro, e para entender a

⁴⁷ GAYNESFORD, I: *The Meaning of the First Person Term* p 98.

⁴⁸ No entanto, Gaynesford defende que quando se infere algo de sentenças usando o termo *eu*, como em “eu sou S, eu sou P. Logo eu sou S e P”, não é preciso uma referência à sentença pra lhes dar o mesmo significado, nem um juízo de identidade. A inferência é possível porque “seu significado depende da existência de relações de referência entre os seus usos e indivíduos existindo na realidade extra-sentencial e salientes no contexto”, isso é visto no significado de qualquer expressão inter-relacionada por inferência que o seu uso dá às sentenças em que o termo aparece, a relação com a referência a algo fora da sentença é fundamental para a inferência.

Para fazer referência usando os termos dêiticos e conseguir tornar o indivíduo referido saliente alguns requisitos precisam ser preenchidos. Aquele que faz a referência deve tornar saliente o indivíduo ao qual está se referindo para expressar os seus pensamentos e comunicá-los, e essa tarefa requer a sua atenção. No caso do dêitico *eu*, a atenção do sujeito que fala para fazer referência a um indivíduo, de modo que o ouvinte possa identificá-lo, é mais fácil.

⁴⁹ Para Gaynesford, neste caso, a atenção é fácil porque é a consciência de si que permite identificar o indivíduo pensado com o indivíduo referido de forma direta, e aquele que refere também é a referência neste contexto. Este é fácil de identificar, pois é referência a *si mesmo*. Temos consciência de si no uso do termo *eu* não apenas por ser o objeto referido, mas também por ser o sujeito que refere. “É possível estar consciente de si mesmo como um objeto corpóreo quase da mesma forma como os outros percebem um. E *eles* não estão conscientes de alguém (one) como sendo o sujeito da consciência deles”. Já os outros termos dêiticos devem permitir identificar a sua referência por meio da percepção do corpo material do indivíduo referido, e o termo dêitico deve expressar um pensamento sobre um indivíduo de forma que ele requer identificar o indivíduo como sendo aquele referido. No caso do termo *eu* a atenção é fácil para aquele que faz a referência independente do significado do termo *eu*, visto que nesse caso em especial há consciência de si. E se o sujeito da expressão tivesse o mesmo tipo de consciência em algum outro caso de referência usando um termo dêitico teria também a mesma facilidade de atenção. A saliência do indivíduo referido não é apenas percebida no uso do termo *eu*, mas é também algo que aquele que fala tem consciência.

experiência como *minha* separada das experiências dos outros é preciso aceitar que o outro também é um sujeito que se designa pelo termo *eu* tendo uma perspectiva do mundo. Neste sentido, é relevante ver o outro como um designador de si, ou seja, como um *eu*, já que é neste ato de fala que o outro se designa como um *eu*, até mesmo por ser uma ação pública ao mesmo tempo em que é um predicado-P. Assim, a experiência pode ser aceita no outro e em si, no entanto, o conteúdo dessa experiência só é conhecido quando a experiência é *minha*, pois a experiência do outro só pode ser conhecida pelo seu testemunho. Porém, essa perspectiva de mundo deve ser tomada sempre como sendo uma perspectiva expressa na linguagem; é na expressão da declaração sobre o mundo, como em “eu afirmo”, que o *eu* é uma perspectiva do mundo, pois é o *eu* expresso na declaração.

Mas esta designação de si também compreende o *eu* como conteúdo do mundo, que é uma forma de fixá-lo, e requer perceber o seu aspecto como pessoa e ligar-se ao nome próprio do particular de base que o registra no plano espaço-temporal como uma pessoa que faz parte do mundo. Pois, esse aspecto do ato de fala único que ganha o seu significado, por meio daquele que o exprime, é o outro aspecto do dêitico *eu*.

O problema passa a ser o de como se dá a nomeação do *eu*, pois não parece que o *eu* da declaração como perspectiva do mundo coincida com o nome próprio por meio do qual o *eu* é colocado como conteúdo do mundo pertencente a ele. Pois designar a si por *eu* numa declaração é diferente de se referir a si pelo próprio nome, visto que o *eu* não faz referência a algo determinado e é válido para qualquer um que fale. Na ligação com o nome próprio, o *eu* passa a ser considerado uma pessoa, pois passa a estar ligado a um particular de base no mundo, que é uma das coisas que nomeamos. Interessa à união entre as duas teorias em que o particular de base, ao qual a pessoa que fala se refere, é um *si mesmo*. Que ele seja o conteúdo do mundo, mas que também seja capaz de designar a si por meio do termo *eu* que é perspectiva do mundo. Assim, deixa de ser apenas uma coisa à qual alguém se refere na terceira pessoa e passa a ser possível para a terceira pessoa designar a si como um *si mesmo* na declaração.

Para Ricoeur, a intersecção interessa para tornar o *eu* do “eu prometo” ou do “eu afirmo” dos atos ilocucionários numa pessoa da qual se fala. Porém, esse encontro das duas teorias da linguagem não é para Ricoeur apenas uma coincidência da linguagem, ele procura mostrar que o *eu* está inscrito no nome próprio.

O dêitico *aqui* demonstra a inscrição e varia sua referência em função do lugar da expressão, que é sempre o *aqui* dessa expressão. *Aqui* é o local absoluto do *eu* expresso como

perspectiva do mundo, pois é relativo ao *aqui* que todos os outros lugares estão posicionados. Porém, segundo Ricoeur, para se situar *aqui* é pressuposto um conhecimento geral da topografia do lugar ao qual o *aqui* está relacionado, e com isso o *aqui* é inscrito na topografia de forma objetiva. Mesmo sendo dêitico, o *aqui* está sempre inscrito na topografia, e pode ser compreendido porque ele está localizado. O mesmo ocorre em relação ao dêitico *agora*, que inscrevemos no calendário e que pode ser compreendido como um momento no tempo.

Com a inscrição do dêitico *aqui* numa topografia física que faz parte do espaço, Ricoeur dá um exemplo de inscrição que remete à inscrição do termo *eu* expresso como uma perspectiva do mundo e ancorado ao nome de um particular de base também situado no espaço, pois a inscrição do *eu* dá-se de forma similar a do termo *aqui*. O *eu* está ancorado num nome próprio e relacionado a um particular de base graças ao ato de nomear a pessoa: podemos reconhecer isso no registro na certidão de nascimento em que nomeamos o *eu* expresso como perspectiva do mundo e registramos seu nome na certidão. Kaplan explica bem o resultado dessa inscrição, “nomear inscreve o significado do dêitico “eu” para uma pessoa particular. Com um nome eu sou a mesma pessoa que designa ela mesma reflexivamente assim como ela é sujeito da atribuição a qual outros podem atribuir predicados subjetivos e objetivos”⁵⁰. Por meio do registro, o *eu* e o nome podem ser entendidos como a mesma pessoa, e quando essa pessoa expressa o termo *eu* numa declaração este *eu* também pode ser entendido como sendo aquela pessoa.

O registro do *eu* cabe tão bem na análise, que coloca junto ao nome o local e a data do nascimento da pessoa, ou seja, justamente as dimensões espaço-temporais nas quais o particular de base é identificado. A pessoa fica registrada com um nome e passa a ser a mesma que o *eu* da perspectiva do mundo expressa. Por conseguinte, o *eu* da perspectiva do mundo e da expressão podem ser associados a um nome que chama de seu e que se refere a um conteúdo do mundo (o próprio corpo), e é tanto identificado dentre as coisas das quais se fala como também é capaz de designar a si como *si mesmo* ao exprimir um ato de fala como “eu prometo”.

Essa análise da pragmática não resolve a relação entre o próprio corpo e o *eu* como perspectiva do mundo, posta mais claramente. Ricoeur argumenta que “o corpo é ao mesmo tempo um fato pertencente ao mundo e o órgão de um sujeito que não pertence aos objetos dos quais ele fala”⁵¹. A linguagem ainda é superficial para abordar essa questão apenas nesse plano, visto que para aprofundar a questão, a pessoa e o termo que reflete precisam coincidir eles mesmos não apenas como identificação na reflexibilidade da expressão na linguagem. Assim, “o

⁵⁰ KAPLAN, David. *Ricoeur's Critical Theory*. p 86.

⁵¹ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 72.

si mesmo corporificado é irreduzivelmente meu, mas também é um objeto no mundo”⁵². A questão é sabermos se o nome próprio seria suficiente para inscrever a expressão de uma perspectiva do mundo por meio do *eu* expresso no mundo como seu conteúdo, pois essa inscrição no nome acontece na linguagem como referência ou designação, mas não engloba a relação com o corpo que é *meu*. Ricoeur considera que a análise lingüística possa não ser capaz de tratar do próprio corpo, pois ela mantém os seus enunciados no plano público sem abrir espaço para o que é próprio do *si mesmo*. Assim, talvez estejam aqui os limites da análise lingüística e da teoria descritiva da ação, pois ambas mantêm a mesma metodologia.

Retornando à teoria de Strawson, estudamos que o sujeito que julga (que fala) apresenta um “ponto de vista”⁵³ do mundo inscrito no *aqui e agora* por ser também um conteúdo do mundo. A experiência do mundo sempre se dá em relação ao sujeito da experiência, pois é por meio do *aqui* e do *agora* do sujeito que refere (o sujeito tomado ainda nessa análise como aquele que fala de outra coisa) que ele tem um ponto de vista do mundo. Os indicadores dêiticos *aqui e agora* fazem uma referência objetiva ao local e tempo no qual são expressos, porém são relativos justamente à expressão, ou seja, ao sujeito da expressão. A experiência do sujeito é experiência dos conteúdos do mundo, e é uma referência objetiva ao (aspecto do) mundo. Ela surge do ponto de vista (aspecto do mundo no qual se encontra) do sujeito que a julga e só é possível porque ele também é um conteúdo do mundo.

Ao estudar a experiência de um ponto de vista do mundo, apesar de não tratar da expressão desse ponto de vista, Strawson mostra que mesmo sem a preocupação com a designação de *si mesmo* o sujeito precisa ter a experiência de um ponto de vista do mundo, por estar inserido no mundo, para ter experiência e julgar qualquer particular que identifique. A experiência de um conteúdo do mundo tem uma relação de dependência com o mundo da experiência que se limita ao *aqui e agora* em que se encontra o sujeito da experiência. Abordamos este ponto, não para tentar explicar como ocorre a experiência do sujeito, nem para aplicá-la na designação de si, mas apenas para indicar que a perspectiva do mundo expressa numa declaração começada com “eu afirmo que” pode estar inserida como conteúdo no mundo de forma mais profunda que pela linguagem e é preciso, portanto, tentar entender essa inscrição.

Vê-se que o *aqui* e o *agora*, usados por Ricoeur como exemplos de inscrição e para inscrever o *eu* no nome próprio, também são apontados por Strawson para mostrar o sujeito como

⁵² KAPLAN, David. *Ricoeur's Critical Theory*. p 87.

⁵³ Esse ponto de vista do mundo é um julgamento sobre um aspecto do mundo que o sujeito percebe dependendo da sua localização (*aqui*) naquele momento (*agora*).

inserido no mundo. A linguagem não trata da identificação pelo nome do particular. Também não é sem motivo que a certidão de nascimento traz o local (*aqui*) e momento (*agora*) do particular a ser nomeado, no qual o particular se torna um conteúdo do mundo por pertencer a esse referencial. Ricoeur usa estes termos para defender que eles também têm um aspecto dêitico inscrito num conteúdo, o mundo. Ao apontar para a inscrição do *eu* pelo auxílio desses dêiticos inscritos no mundo, também se aponta que eles inscrevem o *eu* ao mesmo tempo, de modo a enfatizar estas dimensões deste particular de base.

Porém, não basta estar no mundo para ter um ponto de vista do mundo, “isso poderia ser dito de uma planta ou de um instrumento. Mas estamos falando de uma coisa que não é meramente sensível ao seu ambiente, como uma planta ou um instrumento poderia ser, mas que a sensibilidade toma a forma de uma tomada de consciência do seu ambiente”⁵⁴. E a relação entre estar no mundo e ter um ponto de vista do mundo e aquilo que forma uma perspectiva do mundo parecem ultrapassar o plano da linguagem na sua expressão.

Quando Strawson argumenta que a sensibilidade não seria passiva, ele leva a pensar no outro aspecto da pessoa como particular de base, o aspecto inscrito nele da perspectiva expressa pelo *eu*. Parece que o que ele chama de sensibilidade, e permite identificar particulares e atribuir predicados a eles, requer uma flexibilidade daquele que predica ao tomar consciência do seu ambiente, visto que está à margem do mundo, mas também já está inserido nesse ambiente como sua parte. Assim, ele tem capacidade de expressar algo sobre esse ambiente (julgar). Se o sujeito tiver consciência de estar inserido em seu ambiente ao expressar algo, ele mostra essa flexibilidade do designar a si.

Com efeito, a inscrição de um *eu* expresso na sua declaração de uma perspectiva de mundo, que reflete a si na expressão (chamado sujeito), ao particular de base que é conteúdo do mundo mostra uma relação entre a expressão da perspectiva do mundo do sujeito e sua identificação no mundo como sendo um particular.

O nome próprio é uma identificação para os particulares de base, pois estes particulares são as coisas que nomeamos na maioria dos casos (fora os lugares). Como a pessoa é um particular de base, ela também recebe um nome como referência. O nome próprio interessa à esta análise, pois inscreve o *eu* da expressão a um particular fixo (de base) que é um conteúdo do mundo. Entretanto, estes termos da linguagem são apenas referências, e devemos investigar se a inscrição da expressão de uma perspectiva de mundo em seu conteúdo não seria mais profunda

⁵⁴ STRAWSON, *Analysis and Metaphysics: An Introduction to Philosophy* p.

que a inscrição da designação de si no nome, pois esta se limita à linguagem. Precisamos tentar compreender a inscrição do *si mesmo* no mundo de forma que possamos reconhecê-lo no mundo.

O si mesmo, designado pelo *eu* da expressão da perspectiva, requer uma permanência no tempo, se não ele será, como foi visto no plano da linguagem, um fato distinto expresso a cada declaração diferente. No entanto, várias declarações são atribuídas a um mesmo *eu* que permanece no tempo. Essa permanência transcende o plano da expressão e requer algo que a mantenha. Sabemos que a linguagem refere ao *si mesmo*, a pessoas, a corpos, mas é somente referência a estes.

Se o *eu* que expressa uma perspectiva do mundo for a designação de *si mesmo* na expressão, parece que o que for refletido na linguagem está além dela e dura além dessa expressão. Sabemos que o dêitico *eu* sempre se refere a algo fora da sentença. Mesmo porque atribuímos ao *si mesmo* várias declarações em tempos diferentes em que ele designa a si.

O que abrange os atos de fala é a teoria da ação. Em *O Discurso da Ação*, Ricoeur explica que a condição de sinceridade do ato de fala de prometer está além da linguagem, o dizer é um momento do fazer, e o que prova a sinceridade da promessa é o começo do fazer, isto é, empreender a ação. Assim, exprimir o ato de fala faz parte da ação, pois é o seu começo, mas é preciso investigar a ação além da fala. Na busca por quem age, como foi procurada a flexibilidade do sujeito da expressão no termo *eu* expresso, o agente deve revelar-se um *si mesmo* como já havia previsto Strawson e não apenas um reflexo na expressão. Revela predicados de consciência como intenções e a ligação destas com o agente, pois a relação do agente com a ação aponta para o *si mesmo*, isto é, para quem age. Esse aspecto ultrapassa o plano da linguagem e procura mostrar o *si mesmo* da ação ao vincular ambos.

Capítulo 2: A caracterização do *si mesmo* por meio da agência

2.1. - O que é uma ação, e como é possível que ela destaque o particular *pessoa*

A teoria da linguagem não resolve totalmente a questão sobre o *si mesmo* nem mediante a identificação por referência, nem pela pragmática por meio dos atos de fala. Para Francisco Naishtat, Strawson obteve sucesso ao construir uma teoria da identificação, entretanto, para Ricoeur é necessário ir além de uma ontologia da referência para revelar a reflexibilidade do *si mesmo*⁵⁵. Resta continuar na mesma linha, mas indo além da linguagem, para tratar das ações em geral e tentar compreender o *si mesmo* como agente de uma ação⁵⁶. Afinal, Jerrold Seigel argumenta que o senso comum na maioria dos casos vê o *si mesmo* como sendo um agente, “(...) a compreensão do senso comum sobre indivíduos como centros de ação e consciência (...)”⁵⁷. Além disso, Strawson já havia apontado esse aspecto em sua teoria da identificação por referência.

A teoria de Strawson trata a ação como sendo um predicado atribuído a um particular. Uma das principais características de pessoas, consiste em ser uma entidade a que atribuímos ações. Estas fazem parte dos predicados de consciência, e formam o grupo de predicados que caracteriza pessoas. Podemos atribuir esses predicados tanto a *si mesmo* como a outra pessoa conservando o mesmo sentido; no entanto, a aplicação a *si mesmo* e a outro é verificada de forma distinta em cada um dos casos.

Os predicados que atribuímos a um corpo ou a uma pessoa podem ser de dois tipos. Aqueles que atribuímos a pessoas nem sempre são observáveis, pois predicados de consciência envolvem experiências, sensações, sentimentos, etc. Assim, não identificamos sem referência a um particular de base (pessoa ao qual os aplicamos) um predicado de consciência, que diferencia pessoas de corpos, isto é, que aplicamos a pessoas e não podemos aplicar a corpos. Neste sentido, surge uma dificuldade para identificar pessoas, pois o critério de identificação torna-se circular se o predicado que caracteriza pessoas (predicado de consciência) depende da referência à pessoa

⁵⁵ “Strawson conseguiu construir uma teoria da identificação da pessoa única, onde, para Ricoeur, trata-se principalmente de esclarecer o *si mesmo*, a saber, passar da referência impessoal e intemporal da pessoa para uma teoria da construção narrativa (biográfica) da identidade pessoal, em que apareça revelada não só a dimensão identificante (*idem*), mas a dimensão reflexiva (*ipse*) [...]” (NAISHTAT, *Identidad y Reconocimiento en el Legado de Giro Lingüístico. Las Miradas de Paul Ricour y de P. F. Strawson*. p. 16)

⁵⁶ Ricoeur não funda a identidade pessoal na capacidade de pensar, na sua teoria a ação melhor ajuda a compreender a identidade pessoal, pois ela é tratada como uma categoria ontológica especial e diferente de eventos, ela é especificamente humana. (LATONA, *Selfhood and Agency in Ricoeur and Aristotle*, p 111)

⁵⁷ SEIGEL, Jerrold. *The Idea Of The Self*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 7.

que estamos tentando identificar.

As ações são os predicados que Strawson usa como critério para verificar se um particular possui predicados-P ou não. Não identificamos predicados de consciência facilmente, entretanto, ações produzem movimentos externos que o agente empreende, neste sentido são um exemplo de que atribuímos predicados-P a pessoas e mostram como acontece a atribuição.

No contexto da teoria da identificação, as ações são um tipo de predicado-P (de consciência) destacado pela sua facilidade de observação tanto em *si mesmo* como em outros, pois em si não requerem a observação para ser verificada. No entanto, não fica claro o que é uma ação na teoria dos predicados, ou como ela se separa de movimentos involuntários. A definição de Strawson sugere que conhecemos uma ação em outros porque reconhecemos os padrões de movimentos que envolvem fazer algo que nós mesmos empreendemos. Por conseguinte, reconhecemos as ações em outros por analogia e as separamos de eventos e movimentos involuntários. Strawson defende que a verificação de uma ação em outro por meio da observação seja uma forma de verificação confiável para a aplicação do predicado-P, e a verificação da aplicação a *si mesmo* precisa ser diferente para caracterizar a ação como um predicado *meu* e distingui-la dos predicados de outros.

Resta investigar o que faz uma ação ser considerada como uma ação, e como ela se origina de uma intenção. Sem o auxílio dessa investigação torna-se difícil compreender como é possível atribuir uma ação a uma pessoa, pois para isso é relevante saber exatamente o que é uma ação e sem saber se ela não seria um movimento involuntário, ou qual a relação entre o princípio da ação e o agente.

A dupla atribuição de predicados físicos e de consciência ao mesmo particular de base deixa dúvidas sobre a ação ser um predicado de consciência, pois para garantir que uma ação envolve consciência parece ser necessário mais do que a sugestão de que o padrão de movimentos é causado por uma intenção que leva a uma ação ou que é motivado. É necessário investigar a relação entre a ação e o agente, e compreender como o agente é o princípio da ação e está ligado a ela, e como o poder de iniciar uma ação garante ao agente estados de consciência que antecipam a ação (uma intenção). No entanto, a teoria da atribuição de predicados não fornece essas explicações.

Por meio da definição vaga de Strawson para as ações é difícil até mesmo identificá-las, pois não é qualquer movimento corporal que é uma ação. E a atribuição de uma ação não requer apenas saber o que é ela, também é necessário saber como ligar uma ação ao seu agente. Neste

sentido, uma analogia entre o que o agente sente ao empreender uma ação e o padrão que ele observa em outros parece um critério vago para mostrar que um movimento é uma ação e que podemos atribuí-la a um agente.

Paul Ricoeur procura investigar a teoria da ação por causa das questões pendentes em relação a essa teoria, de modo a esclarecer a relação entre o agente e a ação e poder atribuir uma ação a seu agente⁵⁸. Na semântica da ação, o agente é um particular de base do qual alguém fala e atribui predicados. Esta análise trata as ações como sendo descrições, sem agrupá-las em cadeias de ações ou práticas que lhes dê sentido em um contexto. A investigação sobre a ação pode trazer esclarecimentos sobre o agente e contribuir para a noção do *si mesmo*.

Porém, em primeira instância o agente ainda é tratado como um particular de base do qual algo é dito, pois a teoria da ação descreve as ações das quais trata sem incorporar o aspecto reflexivo do agente que designa a si, “primeiro deve ser compreendido que, em uma semântica da ação, o agente da ação pode ser tratado da mesma forma que, na análise de particulares de base no nosso primeiro estudo, a pessoa da qual alguém está falando pôde ser designada como uma entidade a qual predicados de ordens diferentes são atribuídos”⁵⁹. Na teoria as ações não têm um contexto, nem fazem parte de uma prática, nem podem ser avaliadas. Todos os termos usados estão relacionados à determinação do que é uma ação, assim, todos funcionam neste sentido, e os conceitos que aparecem giram em torno da questão “o que é uma ação?” e “o que faz dela uma ação?”. Os termos usados na teoria da ação estão relacionados às respostas para as questões que podemos perguntar sobre uma ação, sendo as mais relevantes: “*quem* é o agente?” e “*por que* agiu?”.

Ricoeur acredita que os avanços em relação à investigação do *si mesmo* são modestos por meio dos conceitos da teoria da ação, e estão relacionados a questão sobre *quem* agiu em uma ação passada que refere a um particular de base, isto é, a uma pessoa. A resposta para a questão surge quando se investiga a noção de *si mesmo*, e Ricoeur argumenta que esta leva a uma contextualização da ação. Ao colocar a ação em contexto, a investigação requer uma narrativa, pois “ação é aquele aspecto do fazer humano que pede pela narrativa”⁶⁰. A narrativa aponta para *quem* agiu, porém, antes de avançar neste aspecto é necessário expandir a investigação e passar

⁵⁸ Max Latona em seu artigo *Selfhood and Agency in Ricoeur and Aristotle* defende que Ricoeur compreende a reflexão sobre a identidade pessoal como uma resposta para a pergunta “quem?”, e para ele o sentido dessa questão está em saber quem age, e não quem pensa (p 107). Por meio da ação o *si mesmo* se forma e se revela, assim, a resposta para “quem?” é o que o agente *faz*, sejam suas ações atos de fala, cadeias de ações, práticas, etc (108).

⁵⁹ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 74

⁶⁰ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 76.

por uma pragmática da ação.

Segundo Ricoeur, a teoria da ação tem um avanço limitado porque ela não se preocupa em responder a questão sobre o agente, o *quem* da ação. Ela se ocupa em especificar o que é uma ação e os critérios para ser considerada uma ação, o que a diferencia de outros eventos, sua motivação, em suma, ela se preocupa com questões sobre “o que é a ação” e o “porquê da ação”. O motivo de uma ação a explica e faz com que ela ganhe validade como ação. Neste sentido, a teoria da ação afasta-se da teoria da identificação por referência, na qual a pessoa está ligada a sua ação pela atribuição desse predicado a ela e para saber quem agiu basta identificar o agente usando um nome, pronome, ou descrição. Logo, na semântica da ação não há uma ligação entre ação e agente, o que impede que cheguemos por seu intermédio à resposta para a questão sobre *quem* age.

“As noções chave da rede da ação derivam o seu significado da natureza específica das respostas dadas às perguntas específicas, que são elas mesmas inter-significativas: quem? o quê? por quê? como? onde? quando?”⁶¹. Perguntar o que é uma ação ocorrida confere à ação uma qualidade de evento no mundo, entretanto, o afastamento do agente dá destaque para a questão sobre *quem* age.

Uma ação já concluída analisada como parte do passado ganha a qualidade de evento por já ter ocorrido no mundo. Pois, uma ação que já aconteceu passa a fazer parte do mundo como um evento no mundo. Assim, não importa quem empreendeu a ação quando a tratamos como algo ocorrido no mundo que dispensa a compreensão do agente.

A teoria da ação contribui para destacar o que é uma ação e mostrar quais são seus elementos para tornar possível a compreensão de padrões de movimento que entendemos como ações; há casos em que um movimento não explica por si só se podemos considerá-lo como uma ação (este seria o caso em um ser não-humano) e requer uma interpretação mais precisa para a qual é fundamental saber o que é uma ação. Porém, se a teoria afasta o *quem* da discussão, ela não ajuda a responder se o particular de base em questão principiou a ação nem se podemos atribuí-la a ele. Esse problema impede qualquer avanço em relação à importância do agente para a noção do *si mesmo*.

Paul Ricoeur concede que, na teoria da ação, a ação seja tomada a princípio como sendo oposta aos eventos. Eventos acontecem e se opõem às ações, que fazem com que algo aconteça. “Vale a pena notar que a teoria da ação acreditava estar preservando a especificidade do agir

⁶¹ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 75

humano tomando a noção de evento como o seu termo de referência. Para ter certeza, isso era feito antes de tudo para opor ação a evento”⁶². Ricoeur argumenta que ao longo do desenvolvimento da teoria a questão sobre o *porquê* da ação acaba englobando o *quê* é a ação e passa a ser o critério para a resposta da última, sem levar em consideração a importância de *quem* age. Por fim, uma ontologia de eventos absorve essas questões e trata a ação como sendo um evento. A ação destaca-se principalmente por sua relação com seu motivo, seu *porquê*, a princípio o motivo a separa dos eventos. No entanto, como na teoria da linguagem dos atos de fala, em alguns aspectos ela se confunde com eventos e podemos considerá-la um evento no mundo. Também, o motivo da ação aproxima-se de uma causa. As descrições de eventos têm um valor de verdade e podem ser verdadeiros ou falsos, enquanto que a ação faz de uma assertiva verdadeira ou falsa. Uma ação é capaz de conferir um valor de verdade a uma declaração e sua força lógica está em ser empreendida, pois ao ser empreendida a ação torna verdadeira uma declaração sobre ela. Devemos compreender que a teoria da ação procura o mesmo que Strawson com a teoria da identificação, e Ricoeur tenta por meio da teoria da ação esclarecer a noção de pessoa usando a ação para trilhar o caminho até ela ao estabelecer uma ligação entre pessoa e agente da ação.

Ricoeur admite a diferença entre ações e eventos usada por Elizabeth Anscombe que separa *know-how* (saber como) do *know-that* (saber que). O *know-how* é um conhecimento prático que não precisa de observação em que o agente conhece a sua ação sem precisar observá-la⁶³, neste sentido lembra a verificação da atribuição de uma ação a *si mesmo* de acordo com Strawson, em que o agente *sente* a ação sem precisar observá-la. Pois, o conhecimento da ação já está na mesma e em ser capaz de empreendê-la, enquanto que para saber que (*know-that*) algo aconteceu é necessário observar o evento, como no caso da identificação de particulares em que um particular precisa ser percebido para poder ser identificado. Nos casos que atribuímos predicados de consciência a outro, a observação aproxima a ação empreendida de um evento, visto que não podemos ter *know-how* sobre uma ação de outra pessoa e depois de empreendida a ação se aproxima de um evento ocorrido no mundo.

Elizabeth Anscombe classifica as ações dentre as coisas que conhecemos sem observação, já que não é possível usar o termo *intenção* sem o elucidar antes. O exemplo dado por Anscombe é de um homem que sabe a posição dos seus membros sem precisar olhar para eles e sem precisar

⁶² RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 79

⁶³ Hengel defende que por este motivo não podemos conhecer ações de acordo com a veracidade de sua descrição, pois ações são conhecidas sem observação. “Porque essas ações intencionais não são algum evento interno, mas se revelam no fazer, elas não pedem por um conhecimento descritivo, mas por um conhecimento prático: um saber-como ao invés de uma saber-que”. (HENGEL, *Can There be a Science of Action? Paul Ricoeur*, p 239)

de qualquer sinal do seu corpo para sabê-lo. Porém, ele pode estar enganado caso diga que sabe que seu braço está dobrado quando de fato está esticado. Anscombe aceita que esse tipo de conhecimento é um conhecimento justamente porque há possibilidade de erro.

As ações intencionais fazem parte da classe do que sabemos sem observação, pois para responder sobre o *porquê* da ação o agente não precisa observá-la. E a resposta para o *porquê* de uma ação só tem sentido se a ação for conhecida sem observação pelo seu agente, no entanto, algumas ações involuntárias fazem parte dessa classe também, por exemplo, “‘Por que você pulou para trás de repente daquele jeito?’ ‘O pulo e o bramido alto daquele crocodilo me fez pular’. (eu não estou dizendo que eu não observei o crocodilo bramido; mas eu não observei isso me fazendo pular)’”⁶⁴.

O conhecimento sobre a ação do tipo *know-how*, e sobre a sua forma de verificação não esclarece a relação da ação com seu agente e mantém afastada a pergunta sobre *quem* age. O *know-how* apenas destaca como a ação se diferencia de um evento por meio da sua forma de verificação, e a força da pergunta pelo *porquê* da ação a determina de forma mais decisiva, visto que é muito difícil separar a ação empreendida de seu motivo. Sabemos que ao relatar uma ação surge imediatamente a pergunta pelo seu *porquê*.

Ricoeur concede que o motivo de uma ação implique em uma ação, e não podemos falar no motivo sem dizer qual foi a ação. Neste sentido, o motivo mostra-se diferente da causa de um evento na teoria da ação, do mesmo modo que a ação é diferente do evento. A causa é logicamente separada do evento do qual é causa, e Ricoeur considera o motivo para agir logicamente ligado à ação por ser uma razão para agir, “motivo é mais bem interpretado como uma razão-para; não que toda motivação seja racional, pois isso pode excluir o desejo. Todo motivo é uma razão-para, no sentido que a conexão entre motivo-para e ação é uma relação de implicação mútua”⁶⁵. Podemos perceber esta relação no termo *querer* agir. Segundo Ricoeur, *querer* é uma razão para agir, e como querer é sempre querer algo ou querer fazer algo, fica claro que não podemos separar o querer do que se quer, nem podemos substantivá-lo para uma análise em separado. O querer só pode ser compreendido ligado àquilo que queremos e perde seu sentido separado deste.

Ricoeur procura compreender as ações de modo a interpretá-las de acordo com seus motivos, pois só um motivo pode explicá-la ao dar uma razão para a mesma. Esta é a abordagem mais comum na tradição do estudo da ação. O motivo faz parte de um contexto segundo o qual

⁶⁴ ANSCOMBE, G. E. M. *Intention*. Oxford: Basil Blackwell, 1957. p. 15.

⁶⁵ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 81

ele deve ser interpretado para fazer sentido e dar sentido à ação, um gesto pode significar coisas diferentes em diferentes culturas e apenas a interpretação por meio da razão da ação no seu contexto pode explicá-lo⁶⁶. O motivo como capacidade para fazer uma ação acontecer reforça a distinção entre ações e eventos, visto que confere a possibilidade de interpretar a ação pela sua razão e diferenciá-la de uma causa.

Porém, para Ricoeur, há na fenomenologia da noção de *querer* agir uma mistura entre causa e justificativa, ou seja, o elemento de emoção ou de desejo que liga o *querer* à ação é seu motivo, e é esta causa a ação, o que destaca o aspecto de causa da ação no *querer*.

O agente não é mencionado nem na discussão sobre a separação entre ação e evento, nem quanto à possibilidade de ligação entre motivo e causa. Na relação com o agente, esses termos se ligariam entre si porque a pessoa também é um corpo “somente a relação com algum particular de base justifica o fato que os dois jogos de linguagem não são mais justapostos, mas sobrepostos, conforme a relação que prevalece entre o conceito de pessoa e o de corpo, e que nos obriga a dizer que pessoas são também corpos”⁶⁷. O agente não tem apenas um motivo para a ação, que é um predicado de consciência, ele também causa fisicamente a ação.

A intenção, embora ainda não mencionada, é uma noção importante na teoria da ação e que tem um papel no *porquê* da ação. Contudo, para conhecer uma ação intencional, Ricoeur acredita que seja preciso saber primeiro o que é uma ação, e conhecemos uma ação por meio do *know-how*, isto é, empreendê-la já é conhecer o *porquê* da ação que implica na ação. Tratar o *porquê* da ação como sendo o seu conhecimento dá ênfase ao resultado da ação e ao que almejava o motivo da ação; neste sentido, trata a ação como um evento que acontece no mundo. Segundo Ricoeur, a intenção na teoria da ação não liga a ação ao agente, pois não a toma como objetivo da consciência para empreender a ação, como era o caso dos predicados de consciência na teoria de Strawson. A intenção na teoria da ação é um estado que antecede a ação e que a implica, em muitos casos não leva em consideração que essa mesma intenção tem uma relação com o agente da ação na sua formação.

Ricoeur baseado na teoria de Anscombe, argumenta que, de acordo com o aspecto temporal, há três tipos de intenções: a intenção com a qual o agente empreendeu a ação, a forma adverbial da ação empreendida intencionalmente, e a intenção de empreender uma ação (voltada para o futuro). As duas primeiras referem-se a ações já empreendidas e completas, voltadas para o

⁶⁶ O motivo se distingue também da intenção, a intenção responde a questão “que fazes” da ação, isto é, ela identifica a ação e lhe confere um objeto. Já o motivo responde o porquê da ação, isto é, ele a explica tornando-a inteligível (*O Discurso da Ação*, p 51).

⁶⁷ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 85

passado, pois são publicamente observadas nas ações já empreendidas (que se tornam eventos no mundo). A forma adverbial *sequer* faz referência ao agente da ação e é intencional independentemente do mesmo. A terceira forma, a intenção de empreender uma ação está voltada para o futuro e não pode ser observada publicamente; neste sentido, não é levada em consideração na teoria da ação, pois esta trata apenas de elementos observáveis e não de eventos internos⁶⁸. Além do mais, a intenção é enfatizada nas ações empreendidas intencionalmente e podemos estudá-la nesses termos, enquanto que as outras formas são qualificações da ação.

Para Anscombe, o termo *intenção* tem vários sentidos. Apesar de a expressão de uma intenção ter uma preocupação com o futuro, nem sempre uma ação intencional expressa essa preocupação e nem sempre o termo *intencional* está sequer ligado ao termo *intenção*. “E talvez seja completamente mal orientado que a palavra 'intencional' deva ser ligada a palavra 'intenção', pois uma ação pode ser intencional sem ter qualquer intenção na mesma”⁶⁹. A expressão de uma intenção de empreender uma ação é tão claramente voltada para o futuro que se assemelha a uma previsão do futuro. No entanto, Anscombe garante que é simples distinguir um caso do outro, ao dizer “meu deus! Eu vou cair” é uma previsão do que provavelmente acontecerá em breve e ao dizer “eu vou começar a escrever” o sujeito está expressando uma intenção.

Podemos tratar a intenção como um tipo de previsão sobre o futuro para tentar compreendê-la, visto que a *intenção* não diz o que provavelmente acontecerá, mas as razões que justificam uma intenção são “as que sugerem o que seria bom fazer acontecer em vista de um objetivo, ou em vista de um bom objetivo”⁷⁰. O verbo sempre aparece no futuro em uma expressão de uma intenção e evidencia o caráter de previsão da intenção⁷¹.

⁶⁸ A intenção é usada apenas para delimitar as descrições de uma ação, nunca para ligá-la ao seu agente (LATONA, *Selfhood and Agency in Ricoeur an Aristotle*, p 111)

⁶⁹ ANSCOMBE, *Intention* p. 1.

⁷⁰ ANSCOMBE, *Intention* p. 4.

⁷¹ Contudo, a expressão de uma intenção não quer dizer que aquele que fala necessariamente vá empreender a ação para a qual ele anunciou a intenção. O valor de verdade da expressão não é avaliado pelo que o agente efetivamente faz. Anscombe argumenta que a intenção é a expressão de algo interno do sujeito e não apenas a 'descrição de algo futuro' que seria extrínseco ao sujeito; entretanto, procurar pelo que ela expressa de interno leva a termos psicológicos, como volição ou ímpeto. É preciso buscar uma forma de entender a *intenção* sem recorrer a esse tipo de análise.

O sujeito que expressa uma intenção sempre sabe distingui-la de uma previsão, segundo Anscombe. Ele sabe que a sua intenção é uma intenção, e, ao expressá-la, o agente faz uma previsão sobre eventos futuros justificados por razões para agir dos quais ele é o agente. Para conhecer a *intenção* de outra pessoa, é importante saber o que ela fez ou está fazendo no momento, pois ela certamente faz coisas que ela tem a intenção de fazer. Basta observar uma pessoa para saber o que ela está fazendo no exato momento da observação e, muitas vezes, a ação que ela está empreendendo no momento é a sua *intenção*, se não for a intenção do agente isso será evidente para aquele que o observa (por exemplo, se a pessoa observada estiver caindo no chão). No entanto, o agente é o único que pode realmente responder se a ação foi intencional ou não.

Anscombe trata o sentido de intenção para empreender algo no futuro como sendo algo difícil de ser conhecido, e como sendo apenas um estado interno do sujeito. Ela defende que é mais fácil distinguir uma intenção em uma

Para Ricoeur, a intenção no seu uso adverbial, usada na análise de Anscombe, é a mais distante do agente, pois não mostra nenhuma relação com o mesmo. Podemos chamar uma ação de intencional sem precisar levar em consideração o seu agente e a sua posse sobre a ação em questão, visto que basta dizer que ela foi empreendida intencionalmente que a ação já qualifica como intencional, sem precisar mencionar o agente. Assim, o *porquê* da ação responde o *quê* é a ação, “o critério de intencional – por isso do *o quê?* da ação – é na verdade a forma adotada por certas respostas dadas a pergunta *por quê?*. Nesse sentido, o *porquê* controla o *o quê* e, ao fazer isso, afasta a pergunta sobre o *quem?*⁷². A ação intencional dá uma razão como resposta ao *porquê* da ação.

Ricoeur argumenta que as intenções-de empreender uma ação, apesar de não serem publicamente observáveis, não são eventos internos conhecidos apenas pelo agente. Para descrever uma ação, ela precisa ser explicada em vista do resultado almejado com ela, isto é, tornar evidente a intenção da ação pelo destaque do seu motivo. No entanto, a explicação da ação só é levada em consideração depois que a ação já foi empreendida e já está completa. Por conseguinte, a ação fica mais próxima do seu motivo, visto que a descrição do que é a ação depende de por que ela é empreendida. Explicar a ação seria fornecer o resultado visado por ações já completadas em vista da intenção de empreender a ação.

Na definição para a ação intencional surge a pergunta pelo *porquê* da ação para Anscombe. Segundo ela, a ação intencional é aquela sobre a qual podemos perguntar pelo *porquê*, e a resposta para a pergunta é uma razão para a ação, entretanto, a razão para a ação não é uma causa nem uma evidência que a ação ocorreria. Para ser possível entender o que é uma ação é necessário saber qual tipo de razão é uma razão para agir, visto que a razão para uma ação determina se a ação seria de fato uma ação.

Para ser intencional, a ação deve ser intencional sob uma das suas descrições. Segundo Anscombe, a intenção com a qual o agente empreende uma ação é a resposta para o *porquê* da ação. Se a resposta para essa questão faz referência a algo no futuro ela é a expressão de uma intenção, portanto, uma referência a algo no futuro que responde ao *porquê* de uma ação é a expressão de uma intenção. “Se você disser 'Por que você está atravessando a rua' e eu respondo 'eu vou olhar a vidraça daquela loja', isso expressa a intenção com a qual eu atravesso a rua”⁷³. A

ação já empreendida, assim, é possível saber por meio da observação se ela estava de acordo com a intenção do agente. Analisar a ação após o seu acontecimento, quando ela é um evento já ocorrido, expõe a intenção publicamente como sendo uma parte do mundo.

⁷² RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 87.

⁷³ ANSCOMBE, *Intention* p. 35.

descrição do que é uma ação também pode ser a expressão da sua intenção se essa descrição for mais abrangente que a ação, assim, um homem fazendo movimentos repetidos e exagerados com o braço ao dizer o que está fazendo dirá: “estou realizando um ritual”. A expressão da intenção descreve o que o agente está fazendo por meio da sua ação. O que o agente diz sobre o estado futuro das coisas deve fazer sentido para que seja a expressão de uma intenção, isto é, deve ser possível o estado futuro vir a acontecer por intermédio da intenção que o agente possui e expressa. Assim, “para fazer sentido de 'Eu empreendo P em vista de Q', nós devemos ver como o estado de coisas futuro Q é suposto ser um estágio futuro possível em procedimentos em que a ação P é um estágio anterior”⁷⁴. Deve fazer sentido empreender a ação P com a intenção de Q (sendo Q o estado de coisas futuro)⁷⁵.

Para selecionar as ações intencionais que o agente de fato está empreendendo, pode ajudar perguntar pelo *porquê* da ação; pois, para a descrição da ação ser uma ação intencional, o agente deve poder responder *porquê* ele empreende essa ação (descrita) de forma que faça sentido. E, ele deve estar ciente que está empreendendo a ação descrita em questão.

Ricoeur argumenta que a teoria do *know-how* de Anscombe não ajuda a aproximar a ação do agente. O *know-how* não apresenta nenhuma relação com o agente, ao privilegiar a resposta para o *porquê* da ação a análise dá ênfase ao aspecto objetivo da ação que aponta para o resultado buscado com sua realização, isto é, um evento no mundo. “Como Anscombe declara não de uma forma quase não paradoxal: eu faço o que acontece. A aniquilação do agente da ação é mais reforçada pela acentuação do lado objetivo da razão para agir”⁷⁶. O agente é tratado como se não tivesse poder algum sobre sua ação, e como se seu conhecimento dela ocorresse por meio do *know-how* apenas, pois a ação não parte do agente, ela parte do seu *porquê*.

O afastamento da questão sobre *quem* age se aprofunda para Ricoeur com a ontologia de eventos de Davidson. Nesta, a ação e o seu *porquê* passam a fazer parte de uma ontologia em que eventos têm o mesmo status ontológico que substâncias (particulares), e promove um avanço no aspecto impessoal da ontologia que separa ainda mais a ação de seu agente. A teoria sugere uma

⁷⁴ ANSCOMBE, *Intention* p. 36.

⁷⁵ Neste contexto, não é possível aceitar qualquer expressão de intenção de um agente como sendo a sua intenção de fato, visto que se o agente expressar uma intenção que não faz sentido em vista da ação que ele empreende no estágio anterior, não poderemos acreditar que a intenção expressa por ele faria sentido, ou que seria a sua intenção de fato. Por exemplo, um agente andando em círculos diz que está indo lavar a louça, entretanto, isso não faz sentido por mais que ele declare ser esse o caso. Exceto quando há uma explicação extraordinária, a temperatura está muito baixa e a água da torneira não é aquecida; talvez por isso ele esteja caminhando em círculos, para se esquentar e poder lavar a louça usando a água fria. Porém, em condições normais o proferimento não faz sentido.

⁷⁶ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 89.

explicação causal para as ações que reduz o aspecto teleológico da intenção e elimina a distinção entre ações e eventos.

Ao aceitar a classificação da intenção feita por Anscombe, Davidson usa a forma adverbial da intenção, ela se encaixa melhor na descrição de uma ação já realizada, que é um evento terminado, e as descrições de ações geralmente aparecem no tempo passado. Neste sentido, a explicação de uma ação intencional é uma explicação de ação por meio da razão com a qual ela foi empreendida, assim, a razão é a causa da ação. A ação intencional é uma ação empreendida por uma razão, assim, a razão pode ser separada da ação, como no caso de uma causa e seu efeito.

Donald Davidson argumenta que uma razão para agir racionaliza a ação, neste sentido ela deve mostrar o que era atraente para o agente na ação e que fez com que ele a empreendesse. O agente tem uma pró-atitude para empreender o tipo de ação que ele empreende e a ação que ele empreende é do tipo para o qual ele tem uma pró-atitude. Dentre as pró-attitudes para agir Davidson inclui os “desejos, vontades, ímpetos, sugestões, e uma grande variedade de visões morais, princípios estéticos, preconceitos econômicos, convenções sociais, e objetivos públicos e privados e valores tanto quanto estes podem ser interpretados como atitudes de um agente direcionadas para ações de certo tipo”⁷⁷.

Davidson chama de razão primária para uma ação a pró-atitude para agir e a crença de que a ação é do tipo para o qual o agente tem a pró-atitude. Em vista da razão primária é possível entender a razão para agir como sendo a causa para a ação, pois, se a razão para agir fizer parte da razão primária para uma ação, ela é uma racionalização da ação, e a razão primária é a causa da ação. No entanto, a razão para uma ação explica uma descrição da ação, e não todas as descrições possíveis para aquela ação.

Para poder mencionar uma razão primária para uma ação, o agente não precisa mencionar a pró-atitude e a crença que formam essa razão, apenas a pró-atitude já basta para que possamos compreender que, ao desejar um fim, o agente deseja também os meios para chegar a esse fim. Davidson exemplifica: um agente que está arrancando as ervas daninhas para ter um belo jardim, ele não precisa acrescentar que acredita que arrancar as ervas vá deixar o jardim mais bonito, pois isso já está subentendido na sua explicação.

A razão primária para uma ação é a intenção da ação, “se eu dobrar à esquerda na bifurcação porque eu quero chegar a Katmandu, minha intenção em dobrar à esquerda é chegar a

⁷⁷ DAVIDSON, Donald. *Essays on Actions and Events*. New York: Oxford University Press, 1980. p. 04.

Katmandu”⁷⁸. Porém, nem sempre a intenção dá a razão primária para uma ação, pois ter a intenção de empreender uma ação A não mostra nem a pró-atitude que o agente tem para esse tipo de ação, nem de fato a sua razão.

Para Davidson, a razão primária da ação é uma explicação causal da mesma. Mas a relação causal entre a razão primária e a ação deve ficar clara, “uma pessoa pode ter uma razão para uma ação, e empreender a ação, e apesar disso a razão não ser a razão pela qual ele empreendeu a ação”⁷⁹. Para que a razão para agir explique a ação, deve ficar claro que o agente empreende a ação por causa da razão para empreendê-la.

A ação re-descrita em função da sua razão assume o seu lugar no contexto em que ela aparece. O motivo da ação só é a razão da ação se o agente a empreender *por causa* dessa razão. Não basta o agente ter uma razão para a ação e empreender a ação; neste sentido, Davidson conclui que a razão primária para uma ação é a causa da ação.

Assim, ações são eventos. O argumento apresentado por Davidson defende que as ações seriam causadas por razões primárias e o efeito no mundo, a ação, seria um evento que acontece e que teria uma causa. Por fim, a teoria da ação acaba com a diferença que havia inicialmente entre ação e evento, pois a ação-evento causada por uma razão afasta completamente o agente da investigação. Neste contexto, nada confere um caráter especial para as ações se o agente não for levado em consideração, a ação passa a ser um evento causado, sem qualquer diferença para outro evento no mundo⁸⁰. Pois a intenção não é analisada em sua relação com o agente e não faz referência a ele, ela apenas confere uma explicação para a ação que a valida como ação.

Para Ricoeur, falta na semântica da ação a relação entre a explicação teleológica e a descrição do motivo como causa da ação. A explicação teleológica baseia a sua explicação nas disposições do agente, ela torna a ação intencional ao mesmo tempo em que a descreve e mostra que a disposição do agente rege a ação sem obedecer a uma lei mecânica. Assim, o fim visado pela a ação, o seu *porquê*, é a explicação do *quê* seria a ação⁸¹.

⁷⁸ DAVIDSON, *Essays on Actions and Events*. p. 08.

⁷⁹ DAVIDSON, *Essays on Actions and Events*. p. 09.

⁸⁰ Na teoria dos atos de fala, as expressões também se aproximam dos eventos quando a expressão do dêitico *eu* é tomada como sendo uma reflexão da expressão, isto é, uma reflexão da própria expressão que acontece nela modificando o sentido da declaração em que a reflexão é a reflexão da expressão como sendo um fato no mundo, e o fato é o que está sendo refletido e não a consciência de *si mesmo*. Isso acontece quando o ato de fala é separado do sujeito da expressão sem abordar a sua ligação com ele. Algo similar ocorre na teoria da ação quando tratamos a ação separadamente do agente, a compreensão da própria ação sofre, e ela passa a poder ser vista como um evento no mundo analisada no passado, como um evento já ocorrido e já completado, dado que a razão primária é vista como causa do evento.

⁸¹ Ainda assim falta a explicação fenomenológica do agente consciente que direciona a lei teleológica com a sua intenção consciente, a intenção é a orientação que o agente capaz de designar a si na sua ação dá a mesma.

Ricoeur discorda do uso primário da intenção na forma adverbial, que faz parecer que a forma substantiva da intenção seria secundária. Na intenção há uma referência ao tempo, visto que a sua presença antecede a ação, que não é considerada acabada e concluída, ao contrário do que acontece no caso da ação intencional que usa a forma adverbial da intenção. Um espaço de tempo precede a ação que concede ao agente um curto período de tempo para deliberar sobre a mesma, e indica que o agente antecipa a ação, o que pode funcionar como uma ligação do agente com a ação.

Contudo, em uma ontologia de eventos, uma ação-evento exclui a relevância da sua atribuição a um agente, pois é vista apenas como um evento ocorrido no mundo. Ricoeur argumenta que ao estudar a intenção pura, separada da ação, Davidson aprofunda a noção de intenção e a analisa como *pró-atitude* para agir para a qual o julgamento forma um *querer* baseado no desejo de empreender uma ação, ou baseado em um julgamento incondicional formado pelo raciocínio prático, entretanto, ele não aproximaria a intenção do agente da ação.

Davidson tenta em seu artigo *Intending* explicar a intenção *pura* sem ser acompanhada de raciocínio prático ou de uma ação, por exemplo, uma pessoa que tem a intenção de viajar sem nunca realmente decidir fazê-lo nem nunca fazê-lo de fato. Ele apresenta um exemplo para distinguir razões de intenções: “(1) O motivo dele para embarcar no avião assinalado 'Londres' foi que ele queria embarcar em um avião a caminho de Londres, Inglaterra, e ele acreditava que o avião assinalado 'Londres' estava a caminho de Londres, Inglaterra. (2) A intenção dele ao embarcar o avião assinalado 'Londres' era de embarcar um avião a caminho de Londres, Inglaterra”⁸². Enquanto que 1 descreve a razão do agente, 2 descreve a sua intenção. Então, 1 deve mostrar como uma descrição da ação do agente, embarcar no avião assinalado 'Londres', faz sentido em vista da sua razão para agir.

A teoria da ação exclui o agente, pois não leva em consideração a intenção no sentido para o futuro, por conseguinte, não leva em consideração o *si mesmo*. Segundo Ricoeur, a teoria que aproxima ações de eventos e confere a eventos o mesmo status ontológico que substâncias confundiria particulares de base com eventos, sem distinguir pessoas, “a problemática que foi contida até agora – a saber, o componente temporal do atraso (*delay*) e a referência ao agente do qual é a intenção – retorna com força total sob o disfarce de julgamentos incondicional (*all-out judgments*)”⁸³. Davidson não se deu conta no estudo da ação tratada como um evento impessoal que a demora (*delay*) da deliberação no raciocínio prático permite a possibilidade da agência.

⁸² DAVIDSON, *Essays on Actions and Events*. p. 84.

⁸³ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 102.

Os particulares se distinguem em: particulares de base, e particulares que dependem de outros para ser identificados. Eventos fazem parte do tipo de particulares de base que não podem ser identificados independentemente, visto que eles não compõem o referencial espaço-temporal. Eles só pode ser identificados independentemente de outro particular caso tenham acabado de ocorrer no local. A distinção ajuda a separar pessoas de outros particulares por serem estas particulares de base e fazerem parte de uma classe especial de particulares, porque dentre os particulares de base elas ainda se diferenciam por causa da dupla atribuição de predicados. No entanto, sem fazer a distinção entre eventos, particulares, e particulares de base voltamos ao problema de distinguir pessoas de coisas. Numa ontologia em que eventos têm o mesmo estatuto que particulares de base não aparece distinção entre particulares e particulares de base, de modo que, os eventos, coisas, e pessoas misturam-se numa mesma classe ontológica indistinta. Se um evento que acontece passar a fazer parte do mundo da mesma forma que uma substância, ele também deveria ser identificado da mesma forma que um particular de base e surgiria um problema de indistinguibilidade entre as identificações. Entretanto, os eventos não são identificados da mesma forma que particulares de base na teoria da identificação. Um evento não é identificado com a mesma independência que uma substância (particular de base), portanto, deve ser distinto desta.

É difícil identificar uma pessoa e distingui-la de uma coisa baseado na teoria de que a ação é considerada um particular sem distinção em relação a um evento no mundo. Se a ação for considerada um evento no mundo, um particular, ela não pode mais ser considerada um predicado-P que atribuímos a um agente, ao contrário, a teoria da ação a estuda separada e independentemente do agente. Assim, a ação/evento não pode caracterizar uma pessoa como era esperado na teoria de Strawson, e sem a contribuição da ação para a caracterização de pessoas na sua identificação é impossível separar pessoas de outros particulares de base. Por conseguinte, continuamos sem poder distinguir entre pessoas e coisas.

Assim, a teoria da ação apresenta um problema para a investigação do *si mesmo*, pois ela não liga a ação ao agente e a afasta dele ao ponto de excluí-lo da investigação. A teoria da identificação por referência sugere que a ação é o predicado capaz de caracterizar pessoas, e, por meio da verificação desse predicado, as pessoas se distinguiriam de coisas. No entanto, se a ação não puder ser ligada ao seu agente para caracterizá-lo como pessoa, não será possível também distinguir uma pessoa identificada de uma coisa (qualquer outro particular). É necessário poder atribuir ações (o predicado-P) à pessoas em vista da ligação do agente com a ação.

Contudo, foi necessário investigar o que é uma ação para poder atribuí-la corretamente a um agente. Portanto, a teoria da ação mostrou a sua utilidade para a investigação. Resta saber qual a ligação de uma ação com o agente da ação e qual o poder que ele tem sobre a ação. Agora que conhecemos melhor esse predicado, podemos investigar a sua atribuição a um agente, a saber, a apropriação do agente de sua ação e a agência do *si mesmo*.

Devemos investigar como acontece a designação de uma ação ao seu agente e considerar o modo de ser do agente para trazê-lo para o plano dessa nova abordagem da intenção. O foco no agente leva à necessidade de abordar a *designação* da ação ao agente, o que não era possível na semântica da ação.

2.2. – A ligação da ação ao agente e a sua designação de si na ação

A teoria da ação não aborda o agente da ação, visto que ela se concentra em mostrar o *que* é uma ação e como o seu *porquê* determina o *quê* é ela, pois nesse vocabulário um termo leva ao esclarecimento de outro. Paul Ricoeur argumenta que o agente da ação não entra nessa discussão e fica ofuscado porque a análise não o relaciona a intenção da ação. Para voltar ao ponto da análise em que o agente se liga à ação é preciso abandonar a semântica da ação que privilegia o *quê* é ela em relação ao seu *porquê* e retornar ao que Strawson chamou de *designação* (ascription). Neste sentido Ricoeur busca na pragmática da ação sua ligação com o agente, e para aproximar o *porquê* da ação ao agente ele leva em consideração a atribuição de predicados-P à pessoa apontada por Strawson, isto é, da ação ao agente.

Ricoeur chama de *designação*⁸⁴ os três aspectos da atribuição de predicados a uma pessoa, visto que a designação de uma ação a um agente não é uma atribuição comum, e a teoria da ação não facilitou a identificação do particular de base pessoas⁸⁵. “Então, se a semântica da ação tropeça na questão da relação da ação com o agente, talvez isso não seja apenas porque uma ontologia oposta, a ontologia de eventos anônimos, coloca um obstáculo para identificar pessoas como particulares de base, mas também porque a designação coloca um problema para a semântica da ação que ela é pouco equipada para responder”⁸⁶. A designação do agente tenta resolver o problema, pois a atribuição de uma ação a um agente tem o sentido especial da *designação* que a semântica da ação não consegue dar conta e precisa ser mais bem estudado.

⁸⁴ Traduzimos o termo *ascription* por designação para diferenciá-la da simples atribuição.

⁸⁵ “Falamos em designação para distinguir a relação de uma ação com seu agente da atribuição de um predicado a um sujeito lógico”. (RICOEUR, *Approaching the Human Person*. p 51)

⁸⁶ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 110.

Ricoeur argumenta que Aristóteles já defendia que a ação apresenta uma dependência especial do agente, e a linguagem usada no julgamento moral de uma ação e de seu agente contribui para a compreensão desta relação. Aristóteles já faz uma separação entre ações involuntárias e voluntárias, as últimas são livres e dependem de uma escolha de preferência⁸⁷ que o agente faz por meio de uma deliberação, assim, os conceitos de escolha e deliberação⁸⁸ relacionam-se na ação voluntária e na sua aprovação moral. Ao tratarmos a relação da ação com o agente de forma apropriada concedemos-lhe o papel de princípio da ação. Por conseguinte, uma ação depende do agente (*si mesmo*) por ele ser o princípio do movimento, e a *designação* de uma ação ao seu agente se define cada vez mais ao se aproximar da escolha preferencial que ele faz na ação voluntária⁸⁹.

O princípio do movimento pode estar fora do sujeito da ação quando a ação é involuntária, ou pode estar no próprio homem (na relação do princípio de uma ação com o *si mesmo*). Na última, o princípio do movimento está sob o poder do agente e depende dele empreender a ação ou não. No entanto, não sabemos ainda como o princípio de uma ação voluntária pode ser diferente de um princípio de movimento na esfera da física da natureza, pois a física utiliza o mesmo vocabulário. E podemos dizer que o princípio de um movimento resultou em um evento físico, enquanto que Ricoeur considera as ações humanas como parte da ética e não da física. O princípio de um evento causa o evento diferentemente de um princípio de agência, assim, o uso do termo 'princípio' para a ação não caracteriza a relação entre o agente e sua ação de forma única e definitiva, “a noção mais específica de princípio interno ou imanente não tem qualquer valor de discriminação: o que, de fato, distingue os seres naturais (animais e suas partes, plantas, corpos primários simples, e todos os seres do mesmo tipo) dos produtos da arte, digamos seres artificiais, é precisamente que eles contêm em si mesmos um princípio de movimento e de repouso”⁹⁰.

Ricoeur argumenta que a junção do princípio do movimento com o pronome reflexivo (*si*

⁸⁷ Na preferência de um agente por uma ação está o pré da antecedência do pré-deliberado (um outro vocábulo grego), esta antecedência, segundo Ricoeur, nos permite pressupor as análises da deliberação na decisão do agente por empreender a ação. (*O Discurso da Ação*, p 136)

⁸⁸ Matthew Daigler na discussão sobre ação no artigo *Being as Act and Potency in The Philosophy of Paul Ricoeur* defende que no estudo da ação de Ricoeur há uma distinção entre humanos e animais, “primeiro, seres humanos, diferente dos animais brutos, exercitam deliberação racional e escolha na busca por seus objetivos”. (DAIGLER, p 376)

⁸⁹ Poderia ser argumentado que a deliberação não é tão fundamental para ação, pois há ações sobre as quais não deliberamos, reflexos, e volições que iniciam ações intencionais. No entanto, Paul Ricoeur está interessado na dimensão ética aberta para a pessoa pelas suas ações. Neste sentido, é fundamental que levemos em consideração a deliberação do agente e a dependência que suas ações têm dele.

⁹⁰ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 112-113.

mesmo) expõe a relação de uma ação com o agente que responde a pergunta por quem age e aponta para o agente como sendo “um princípio que seja um si mesmo e um si mesmo que seja princípio”⁹¹. O princípio da ação deve ser interpretado em relação ao *si mesmo* que empreende a ação, e o último em relação ao primeiro.

Segundo Ricoeur, a escolha preferencial que o agente faz exclui o princípio no sentido que dá origem a um evento da física e confere um caráter humano ao princípio de uma ação. A escolha também aproxima a ação da esfera da ética na qual é possível uma ação ser louvável ou reprovável. A aproximação com o julgamento ético diz mais do que simplesmente dizer que a ação é voluntária, pois a ação carrega um aspecto de dependência em relação ao seu agente. Um agente delibera apenas sobre o que depende dele, neste sentido a deliberação é fundamental e precede a escolha do agente.

A deliberação prévia é expressa na preferência do agente por uma ação, e coloca a ênfase antes da relação do agente com a ação. Na deliberação encontramos uma referência direta ao agente, pois ele pode deliberar apenas sobre o que está sob seu poder. O fruto de uma deliberação prévia é a escolha preferencial que atribuímos ao agente, assim, a deliberação depende do agente e vem do desejo sobre o qual ele delibera antes de agir. Neste contexto, percebemos que a *designação* é diferente da simples atribuição a um sujeito lógico.

A *designação* é diferente da atribuição, pois, por seu intermédio, a pessoa é capaz de designar a si na ação. Strawson defende que a pessoa seria possuidora de predicados, e estes pertenceriam à pessoa que os possui, e não a outro, no sentido de posse que os pronomes possessivos também exibem. Na designação, os pronomes respondem *quem* é o agente da ação e ajudam a remeter as questões sobre o *que* é a ação, e sobre o *porquê* da ação ao agente.

“É primeiro em referência à própria *ação* que nós dizemos que é minha, tua, dele, ou dela, que ela depende de cada um de nós, que ela está sob o nosso poder. É ainda da *intenção* que dizemos que é a intenção de alguém, e de alguém dizemos que ele (ou a ela) tem a intenção. Nós podemos, com certeza, entender a intenção assim, mas se nós a separamos de seu autor para examiná-la, nós então a devolvemos ao último atribuindo-a a ele ou ela”⁹². O agente possui a ação (*o que*). Ela depende do agente (*quem*), e a intenção de empreender algo (*porque*) é sempre de alguém. O agente que delibera sobre as ações possíveis em uma circunstância se apropria de uma das opções, que passa a ser a *sua* escolha e *sua* ação. Apesar de podermos separar o exame do conceito de intenção do agente, a intenção volta para ele por meio da atribuição. Na *designação*,

⁹¹ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 113.

⁹² RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 117.

o agente se re-apropria de sua deliberação, e a intenção faz parte da atribuição da ação ao agente da mesma forma que pertencer ao agente faz parte do significado do *motivo* para agir. Procurar pelo motivo *por que* o agente empreendeu a ação leva ao agente.

Robert Sokolowski apresenta uma teoria sobre o desejo e sua realização que os relaciona à deliberação do agente para desenvolver uma intenção visando à realização do desejo e reforça o papel da deliberação no desenvolvimento de uma intenção numa ação. O agente busca realizar seu desejo, aquilo que ele almeja, ao deliberar dentre os caminhos alternativos que ele pode escolher quais ações empreender para alcançar o seu desejo. Este é um ponto de vista mais abrangente sobre a deliberação, ele engloba um contexto em que há uma escolha por empreender uma ação ao invés de outra. O agente deve escolher neste cenário entre possíveis ações e se apropriar de uma das opções, que faz da escolha a *sua* ação. Então, para realizar um desejo, o agente deve deliberar sobre as possíveis escolhas que o aproximarão dele.

Os seres humanos têm necessidade, querem coisas conscientemente, e têm desejos conscientes. Segundo Sokolowski, existem desejos que estão ao alcance do agente realizar, quando ele se compromete com um desejo, e o desejo começa a direcionar suas ações esse desejo se torna uma intenção, “uma intenção é um desejo que começa a ter domínio sobre deliberação e escolha. Uma intenção é um desejo em operação”⁹³.

O termo “desejo” (*wish*), no sentido de uma aspiração, apresenta mais do que um significado, “mas no desenvolvimento desse capítulo nós demos à palavra 'desejar' o significado que ela sempre teve, e a tomamos não como uma alternativa para a ação, mas como o princípio e origem da ação, aquele que faz da ação inteligível: desejar é inteligente, querer racional, o tipo de querer que pessoas são capazes, o tipo que, em alguns casos, pode engendrar enormes realizações, tal como o estabelecimento de uma comunidade política, o desenvolvimento de uma frota de submarinos nucleares, ou a construção de uma universidade”⁹⁴. Segundo Sokolowski, existe uma distância entre a pessoa e o que ela deseja, pois o desejo não é um querer que ela pode imediatamente realizar, o desejo é algo que ela precisa alcançar por meio de passos até o objetivo. Para chegar a realizar um desejo, a pessoa precisa deliberar sobre os meios para chegar até ele, enquanto que aquilo que ela quer não requer escolhas e pode ser realizado imediatamente⁹⁵. Em *O discurso da Ação* Ricoeur aceita que o desejo seja parte da ação, que desejo seja desejar, e

⁹³ SOKOLOWSKI, *Phenomenology of the Human Person* p. 240.

⁹⁴ SOKOLOWSKI, *Phenomenology of the Human Person* p. 248.

⁹⁵ Um desejo não é uma intenção, podemos ter inúmeros desejos e alguns deles podem ser contraditórios, mas não podemos ter duas intenções contraditórias. Por exemplo, eu não posso ter a intenção de viajar para a praia amanhã e de ficar em casa amanhã, entretanto, posso desejar ambos.

desejar seria desejar fazer, e isso já é parte de fazer. Assim, é pressuposto que um desejo antecederia a ação.

Sokolowski defende que um número de escolhas intermedeia a pessoa e o que ela deseja, assim, existe uma distância entre eles. Neste sentido, o agente deve pensar primeiro sobre as escolhas possíveis⁹⁶, não sobre o todo desejado, para articular as partes e os meios para alcançar o desejo. Em vista de um objetivo, o agente deve deliberar sobre as alternativas para realizar o seu desejo, quer ele demore na deliberação, quer ele seja breve⁹⁷. Sokolowski dá o exemplo de uma pessoa que deseja tornar-se advogado e para isso empreende uma série de escolhas, como se inscrever para a seleção de universidades de direito, trabalhar para pagar as mensalidades, etc. O desejo de tornar-se advogado passa a dominar as escolhas do agente, e cada ação não é diretamente a realização do seu desejo, elas são etapas. Caso o agente deva explicar a ação de preencher um formulário, ele a explica apenas se disser mais do que “estou preenchendo um formulário”, ele deve dizer que está preenchendo um formulário de inscrição para cursar direito em uma universidade, pois a intenção de tornar-se advogado dá a descrição da ação que a explica.

Ele deve ver nos meios para os fins desejados as escolhas que levarão a realização do seu desejo. E qualquer outra pessoa verá nas escolhas do agente que o objetivo é tornar-se um advogado. O raciocínio prático das escolhas que o agente faz para chegar ao objetivo mostra inteligência, pois cada escolha deve apontar para a realização do desejo almejado. Alternativas variadas aparecem para o agente quando ele deseja algo a seu alcance, que depende dele mesmo. Ele deve deliberar para escolher o melhor caminho para obter o que deseja dentre as alternativas possíveis, e depende da inteligência do agente ter ao seu dispor uma larga quantidade de alternativas dentre as quais ele pode deliberar e formar uma escolha. A deliberação do agente é uma forma dele se re-apropriar da sua ação. Quando o agente se apropria de uma escolha por empreender uma ação, ela aponta para o agente da ação, assim, a re-apropriação da escolha acontece por meio da designação da ação ao agente.

Ricoeur propõe abandonar a teoria de Strawson, em que a pessoa estaria entre as coisas das quais falamos, e adotar a pragmática que confere a possibilidade do agente designar a si na ação. A designação de si na ação contribui para a designação de si do agente, apesar de serem diferentes. Segundo Ricoeur, a busca pelo agente da ação tem um fim na designação dele por

⁹⁶ “Decidir é antecipar o futuro baseado na minha capacidade para executar aquela ação” (KAPLAN, David. *Ricoeur's Critical Theory*. p 77). Assim, Kaplan defende que a escolha pressupõe que o agente saiba que tem o poder para empreender a ação escolhida, se não, não haveria sentido em escolher empreender a ação. Assim, podemos dizer que empreender a ação escolhida é completar o projeto desejado por meio desse poder.

⁹⁷ “O desejo implica um mundo prático onde as próprias coisas não são apenas realidades que importa perceber, mas ocasiões, caminhos e obstáculos para a ação.” (*O discurso da Ação*, p 55)

meio do nome, enquanto que a busca pelo motivo se desenvolve em uma cadeia de motivos que leva de um a outro. Ambas as buscas estão ligadas pelo conceito de *designação* no qual a pergunta pelo motivo da ação menciona o agente.

Atribuímos predicados mentais a *si mesmo* e a outros no mesmo sentido. O sentido de atribuição não é da atribuição a uma mesma entidade, ela é uma atribuição a duas entidades distintas, e a possibilidade de atribuímos o predicado a dois sujeitos mantendo seu sentido nos leva a perguntar pelo *quem* da ação, que aproxima o agente de sua ação. A atribuição pode separadamente ser a *si mesmo* e a outro. A separação permite que a atribuição a alguém seja suspensa para promover a análise apenas de predicados de ação sem os atribuímos a uma pessoa. No caso dos predicados de consciência, compreendemos seu significado sem distinguir a qual pessoa o atribuímos, independentemente da pessoa a qual o atribuímos, ou abstraídos quando não são atribuídos a ninguém.

As ações podem ser atribuídas como predicados a alguém, independente da pessoa, e conserva-se a mesma ação em seu significado. Segundo Ricoeur, podemos compreender esses predicados com a ajuda da suspensão da atribuição e da separação do *quem* ao qual atribuímos o predicado ou ação que suspendemos, do *que* da ação e do *porquê* da ação. A separação permite a suspensão, pois leva em consideração as duas últimas questões sem relacioná-las a *quem* age; neste sentido, permite a suspensão da atribuição de fenômenos mentais e a análise deles abstraídos da atribuição.

“A suspensão, na verdade, apresenta níveis. Entre a suspensão total da atribuição e a atribuição efetiva a este ou aquele agente, ao menos três planos se intercalam: o de *alguém*, completamente anônimo, a antítese absoluta do si mesmo; o de *qualquer um* no sentido de não importa quem, logo no sentido de uma individualização admitindo uma substituição indiferente; o de, finalmente, *cada um*, o que implica um operação de distribuição de ‘partes’ distintas, como é sugerido pelo adágio judicial ‘a cada um o seu próprio’⁹⁸. Por intermédio dessas atribuições, passamos da atribuição a *si mesmo* para a atribuição a *outro*, como Strawson argumentou que deveria ser possível tanto para *si* como para outro. Para fazer esta passagem, precisamos identificar o agente por meio da identificação por referência, e o agente precisa ser capaz de designar a si. Ocorre como na pragmática da linguagem em que o significado das proposições, a quem elas referem, varia de acordo com a pessoa que fala na situação de interlocução por haver dois interlocutores, pois na pragmática o *outro* fica explícito e a atribuição a *si* e a outro se

⁹⁸ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 120.

destaca.

A abstração de um predicado daquele a quem é atribuído mostra o aspecto variável dos predicados, pois se podemos atribuí-los tanto a si quando a outro passando por diferentes planos de atribuição é porque o predicado ganha a sua atribuição em cada caso. Distribuímos um predicado como distribuímos um dêitico àquele a quem ele pertence dependendo do caso de sua aplicação no momento. Neste contexto, a ação reflete o agente e ele deve designar-se nela mostrando o ancoramento da ação a ele mesmo (mesmo que ela possa ser atribuída no mesmo sentido ao outro), como no caso do dêitico *eu*. A ação deve ser designada ao seu agente de forma que mostre a dependência que ela tem dele na sua ocorrência. Jogar a bola tem o mesmo sentido aplicado a João ou a Maria, mas quando João joga a bola a ação é sua, e a sua designação na ação a ele deve mostrar a dependência que ela tem dele e, por sua vez, ela deve mostrar a relação da ação com a deliberação do agente que escolhe e ação.

A *designação* não é uma descrição, como era a ação na teoria da ação. Ricoeur propõe que a ação esteja mais próxima da prescrição, visto que uma prescrição se aplica tanto ao agente como à ação, assim, pode servir para aproximá-los. A moral prescreve ao agente agir de uma forma ou de outra e como ela se aplica ao agente e à ação, ela julga as ações como sendo louváveis ou reprováveis. “Em consequência uma pressuposição dupla é admitida, a saber, que ações são suscetíveis de serem submetidas a regras e que agentes podem ser responsabilizados pelas suas ações. O termo 'imputação' pode ser usado para designar o ato de responsabilizar um agente por ações as quais elas mesmas são consideradas admissíveis ou inadmissíveis”⁹⁹. A prescrição pressupõe a responsabilidade do agente sobre as suas ações, isto é, a imputação no sentido moral de uma ação ao agente é a responsabilização dele por suas ações.

No sentido moral, a ação já é vista como sendo dependente do agente; neste contexto, ela já está um passo além do que buscamos por meio da *designação* de uma ação ao agente. No entanto, a imputação moral ao agente mostra que esse é um caminho para a *designação* de uma ação, visto que chegamos à pressuposição que a ação depende do agente e ele pode ser responsabilizado por ela por conta disso.

Por meio da relação da imputação com a designação, Ricoeur remete novamente a escolha preferencial de uma ação, pois a voluntariedade da ação é um critério para sua imputação moral ou judicial ao agente, visto que a imputação de uma ação involuntária perde o seu sentido judicial. A imputação moral assemelha-se à *designação* da ação ao agente, pois ambas designam

⁹⁹ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 121.

uma ação ao agente e o responsabilizam por ela. A *designação* na linguagem ordinária passa de declarações destituídas de valoração moral ou judicial para a imputação judicial e atravessa um estágio intermediário de proposições que atribuem direitos como “isto é meu (meu, vosso, dele)”¹⁰⁰. Assim, a *designação* de uma ação diferencia-se totalmente da descrição de ações.

O agente não pode ser responsabilizado por ações involuntárias, para isso é preciso esclarecer o que é uma ação voluntária. Anscombe classifica as ações voluntárias como sendo distintas das intencionais de alguma forma, embora muitas vezes esses conceitos se apliquem a uma mesma ação. Um movimento físico do agente é voluntário e não intencional quando o agente não tem uma explicação para o seu movimento; a não ser quando ele não sabe por que se mexeu, ou quando ele não pensa a respeito do movimento e simplesmente o empreende, e pode ser que ele não tenha prestado atenção em como executou o movimento. Uma ação também pode ser voluntária, mas não intencional se ela resultar de uma ação intencional e o agente tiver consciência de que esse resultado é consequência de sua ação intencional e que viria a acontecer se ele empreendesse a ação intencional. Também é uma ação voluntária algo que acontece com o consentimento do agente, mesmo que ele não tenha empreendido a ação, e que ele não tentou impedir. Por fim, Anscombe considera uma ação voluntária todas as ações intencionais, exceto as que o agente é relutante em empreender, mas tem que fazê-lo por algum motivo. Podemos considerar uma ação involuntária quando ela não se encaixa em nenhum dos casos acima.

Ao aproximar a *designação* de uma ação ao agente da imputação moral, Ricoeur procura afastá-la da atribuição lógica e distinguir a posse que o agente tem sobre sua ação. A *designação* enfatiza que a ação, qualquer que ela seja, pertence ao agente. Diferente da descrição de ações, a *designação* leva em consideração a posse que o agente tem sobre sua ação usando os adjetivos e pronomes possessivos que a expressam, como quando dizemos que “a ação foi dele”. Designar uma ação ao agente pressupõe que o agente designe a si na ação, logo, ele sabe que a ação é designada a ele, ou seja, que ela é *sua* ação. A posse faz parte do âmbito do *si mesmo*; neste sentido, o agente deve reconhecer a ação como sendo sua própria ação da mesma forma como ter um corpo próprio faz parte do *si mesmo*. O agente designa a si em uma ação por meio da escolha de uma ação e por meio do poder que ele tem para empreendê-la.

Esta reflexão trouxe à tona a aproximação da ação com o poder de agir do agente, isto é, o agente tem a capacidade de empreender uma ação, e ao empreendê-la é responsabilizado por ela, quer a ação seja considerada louvável ou reprovável. E mostra a possibilidade do agente escolher

¹⁰⁰ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 122.

uma ação dentre algumas alternativas para ela, o que requer sua deliberação. Além de esse aspecto ser importante para a responsabilidade moral do agente, também mostra a óbvia relação do agente com sua ação por meio da deliberação visto que ele pode ser responsabilizado por ela.

No entanto, Ricoeur explica que, na *designação* da ação ao agente, as ações descritas pela semântica da ação são simples. A *designação* de uma ação ao agente teria que vir antes da imputação moral, e ela requer que a ação dependa do agente, pois está relacionada ao seu poder de agir. O aspecto da pragmática da ação em que se baseia a responsabilidade do agente requer mais do que a capacidade de designar a si na fala, pois requer também uma relação causal do agente com sua ação por meio do seu poder de agir que mostre a dependência da ação em relação ao seu agente¹⁰¹. Isto está antes do julgamento da ação, e garante o aspecto prático da relação da ação com o agente. Para mostrá-la, o agente deve ser capaz de designar-se nela e ter poder sobre ela ao mesmo tempo em que está ciente do seu poder. Neste contexto, a *designação* da ação ao agente é a relação do próprio agente com a ação e mostra que o agente faz a ação acontecer.

Além dessa necessidade de dependência que a ação tem do agente, o poder de agir já está pressuposto na intenção¹⁰². Ter a intenção de empreender uma ação, ter o projeto de fazer algo já pressupõe o poder para fazê-lo, “esta relação estreita entre poder e intenção implica que a diferença entre a causalidade de um agente e a causalidade das coisas já está presente na noção de intenção¹⁰³”.

Assim, Paul Ricoeur considera importante a noção de poder de agir para a *designação* e para relação de dependência que a ação tem de seu agente. Se a ação depender do agente, o seu poder de agir teria um papel causal na ação. Visto que o termo *causa* é reconhecidamente polissêmico, Ricoeur leva em consideração a sua variação de sentidos no estudo do poder de agir. O poder de agir é visto por Ricoeur como um *dado primitivo* após o estudo dos diferentes sentidos de causa que compreende o poder de agir do agente; neste sentido, é necessário passar por uma dialética dos sentidos de *causa* para a agência humana, pois “um dado primitivo não quer dizer um dado bruto. Pelo contrário, um dado primitivo deve ser reconhecido apenas ao fim de um trabalho do pensamento, de uma dialética, isto é, de um conflito de argumentos, que

¹⁰¹ “Assim, antes que *si mesmos* possam ser revelados ou constituídos por meio de suas ações, as ações devem primeiro mostrar que foram “causadas” por seus agentes, mas de uma forma que elas pertençam àqueles agentes como sendo *si mesmos* (ipse) e não como sendo substâncias ou qualquer outra forma de igualdade (idem)”. (LATONA, *Selfhood and Agency in Ricoeur an Aristotle*, p 113)

¹⁰² Agentes são causas de suas ações como outros seres causam seus movimentos, a diferença nos humanos é a escolha por ser uma causa. Pois ao escolher empreender uma ação, o agente sabe que escolhe entre fazer algo ocorrer ou não. (LATONA, *Selfhood and Agency in Ricoeur an Aristotle*, p. 118)

¹⁰³ RICOEUR, *O Discurso da Ação*, p. 103.

devem passar por todo rigor”¹⁰⁴.

A dialética proposta por Ricoeur começa sendo disjuntiva por distinguir a causalidade do agente de outros sentidos de causa e fazer a separação entre causalidade do agente e outras formas de causalidade. Em seguida, a dialética passa a ser conjuntiva e volta a coordenar a causalidade do agente com outras causalidades; de modo que, o poder de agir do agente é reconhecido como sendo um dado primitivo e pode ser chamado de iniciativa. Para distinguir os sentidos de causa, Ricoeur faz uso de uma distinção, segundo ele, apresentada por Kant, a saber, a causalidade da liberdade e a causalidade de acordo com as leis da natureza. A distinção entre as duas mostra que os sentidos de causalidade necessariamente se opõem.

Segundo Ricoeur, para Kant a ação é uma espontaneidade da causa que tem o poder de começar algo por si própria, assim, este tipo de causa torna a ação moralmente imputável. Ricoeur aproxima o sentido de espontâneo ao que, na teoria analítica, Arthur Danto chama de ação básica, isto é, uma ação que não requer outra ação intermediária e não precisa que algo a anteceda para que possa ser empreendida pelo agente, pois a ação básica já pertence ao repertório de ações que o agente sabe [empreender]¹⁰⁵. A causalidade da ação básica carrega em si um aspecto de espontaneidade. Para Ricoeur, ela é um dado primitivo, visto que não requer que o agente tenha aprendido a ação antes para poder empreendê-la. A ação básica é uma ação que o agente é capaz de empreender e conhece intuitivamente, neste sentido ela é espontânea.

Arthur Danto considera que existam ações básicas e ações que possam conter outra ação como sua componente, de modo que, para empreender uma ação A o agente empreenderia a ação B. Danto chama de ações *mediadas* ações empreendidas por intermédio de outra ação, pois o agente empreende a ação A de forma que B acontece por causa de A. Neste contexto, a ação A é um componente da ação B. No entanto, é evidente que nem todas as ações possam ser mediadas, pois se todas precisassem que uma ação fosse empreendida para mediá-las, então, nunca poderíamos empreender ação alguma. Assim, algumas ações devem estar livres de mediações. Para Danto, a existência de ações que não precisam de mediação evita a regressão ao infinito de uma ação que depende de outra para ser empreendida, pois caso existam ações não-básicas que precisam de outra ação para ser empreendidas, então, também existem ações básicas¹⁰⁶.

¹⁰⁴ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 124.

¹⁰⁵ Ricoeur acredita que a capacidade do corpo de fazer algo seja anterior a qualquer observação do corpo, pois é possível aprender a fazer algumas coisas, com abrir uma fechadura, mas não é possível aprender a mover o braço. O exercício de uma capacidade não resulta de um saber. O fazer do corpo não é algo que sabemos, é algo que podemos (*O discurso sobre a Ação*, p 32). Desse modo são as ações básicas, elas não são ações que o agente aprende, elas são ações que ele pode empreender com o seu corpo. O agente tem o poder para agir, e as ações de base constituem o repertório desse poder (p 39).

¹⁰⁶ Há também ações não-básicas que não são mediadas por outras ações, elas são ações compostas, mesmo as

Neste contexto, Ricoeur considera ações básicas espontâneas, pois elas se originam do agente sem necessitar de qualquer mediação para ser empreendidas, isto é, podemos dizer que elas se originam da espontaneidade do agente. A ação básica considerada como começo de uma série causal e colocada sob o aspecto de causa adotado por Ricoeur, está vinculada à teoria das diferentes causas apresentada por ele, e faz parte do tipo de causa relacionada a ações. A vinculação expõe a oposição entre a espontaneidade da causa de uma ação oposta às causas regidas pelas leis da natureza. A busca pelo começo da ação na ação básica expõe também o fim dessa busca na pergunta por *quem* age, que acaba ao encontrar o começo da ação espontânea, isto é, o agente da ação básica. “Não é que a investigação seja arbitrariamente interrompida, mas as respostas que terminam a investigação são consideradas suficientes por aquele que as dá e aceitáveis como tal por aquele que as recebe. “Quem fez aquilo?” alguém pergunta. “Fulano”, alguém responde”¹⁰⁷. Enquanto que o *porquê* da ação impõe uma busca sem fim. O começo exposto pela ação básica espontânea aponta para o fim da busca pelo agente da ação, isto é, a origem da espontaneidade, que pode ser um nome, um pronome, ou um demonstrativo. Porém, na teoria da ação básica não há essa preocupação. Mas quando buscamos uma resposta para o *porquê* da ação (causa), ela desencadeia uma sequência interminável de motivos pregressos, mesmo quando é uma busca por uma causa regida pelas leis da natureza. Assim, Ricoeur acredita que o agente possua uma causa distinta das causas da natureza visto que nomeá-lo é o suficiente para encerrar a busca pelo começo de uma ação.

De acordo com Kant, Ricoeur só considera completa uma série causal quando ela tem um começo; neste sentido, é preciso apontar o término da busca pelo começo da ação que se opõe à busca interminável pela causa, pois a ação que apresenta um começo é completa. O começo é o começo por meio da iniciativa do agente. Usando os termos de Kant, Ricoeur separa dois tipos de começo: o começo do mundo e um começo no mundo. O segundo é o começo absoluto de uma série causal que completa uma ação. Portanto, não resta dúvida de que este seja o começo da espontaneidade do agente. Porém, ele é um começo relativo em relação ao começo do mundo. Na

compostas por uma série de ações básicas, como em uma dança. Ações básicas na ordem determinada apontada pela regra de dança compõem a dança. Uma ação não causa a outra, como no caso da mediação, elas estão simplesmente agrupadas pelas regras da dança. Danto apresenta o caso de um homem que dá a sua benção levantando o braço, apesar da benção ser dada pelo levantar do braço, o levantar do braço não causa que o homem dê a benção. A benção não é algo empreendido por meio do levantar do braço, a benção dada é apenas uma descrição diferente do seu levantar de braço. O levantar do braço em conformidade com uma regra, uma convenção social, permite que o gesto da ação básica seja interpretado como sendo uma benção que o agente concede. Segundo Danto, o agente empreende a ação básica C por causa de sua intenção de empreender C, mesmo que a intenção seja considerada a causa da ação, ela não é um componente do efeito, assim a intenção não é uma mediação para a ação básica.

¹⁰⁷ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 127.

causalidade de uma série causal, a espontaneidade é considerada absoluta, mas ela é relativa quanto ao começo do mundo (no sentido da causalidade das leis da natureza). A ação começada por um agente é um começo prático que, ao ser encontrado, encerra a busca por *quem* agiu, confere completude a certos tipos de séries causais (das ações) e as distingue de outros tipos de séries causais (da natureza).

Resta compreender a conjunção entre os diferentes tipos de causas, pois já conhecemos a sua disjunção. Na teoria da ação, o começo da ação e a série causal completa que ela coloca questões próprias para a teoria, a saber, entre o começo da ação e a completude da série causal é preciso saber quais das várias descrições da ação realmente fazem parte da cadeia prática das ações, isto é, sob quais descrições a ação do agente foi intencional.

Por meio da descrição de uma ação empreendida até a sua *designação* ao agente o problema passa a ser o quão longe podemos estender o começo eficiente da série causal completa, e até que ponto da série causal a responsabilidade do agente que a iniciou se estende, pois as conseqüências físicas da ação se estendem indefinidamente e sob diversas descrições. Após iniciar uma ação, esta se desenvolve segundo diferentes descrições; logo, precisamos saber até onde vai o poder do agente que a iniciou. As conseqüências longínquas do começo de uma série causal geram um problema real para a atribuição. Não basta apenas descobrir o começo da ação, também precisamos descobrir em que conseqüência da ação se detém a responsabilidade do agente. Caso seguamos a série de efeitos e descrições da ação, é provável que cheguemos a efeitos não intencionados pelo agente, e ações voluntárias não intencionais em que a continuação da série causal se mistura com eventos causados pelas leis da natureza (causas externas). Assim, é difícil separar qual ação pertence a qual causa. Mediante essa mistura entre o que o agente causa e as mudanças que acontecem no mundo iniciadas por outras causas é notório que o agente é capaz de interferir no mundo.

Os dois tipos distintos de causas formam uma conjunção que permite ao agente interferir no mundo. A ação mostrou-se diferente da causa de um evento por causa da espontaneidade do seu começo na ação básica que podemos encontrar ao apontarmos o agente. Entretanto, a série causal parece não ter fim na sua outra ponta e se desenrola em eventos que levam a outros, e cada um apresenta várias descrições. Neste contexto, o fim deve ser decidido ao invés de ser encontrado. A série causal chega a ações voluntárias e se desenrola até mesmo em ações involuntárias, pois a ação mistura-se com outros acontecimentos do mundo originados por causas físicas e outros agentes que formam e desenvolvem a série causal por meio do começo

espontâneo. Assim, é possível conceber que a série causal faça parte do mundo e, além de interagir com os outros acontecimentos do mundo e ser influenciada por eles, a série causal iniciada pela espontaneidade do agente exhibe a capacidade do agente interferir no mundo mediante sua ação espontânea que se mistura a eventos do mundo e interage com os mesmos. Há uma conjunção entre os dois tipos de causa que se misturam na interação entre a ação iniciada pelo agente e os eventos do mundo causados de acordo com leis físicas.

Também as séries causais que diversos agentes começam se misturam, e devemos fazer a atribuição de cada ação ao seu agente por meio de uma distribuição. O ponto de parada no desenvolvimento da série causal em que cada ação se restringe a seu agente completa a série causal iniciada por eles considerados individualmente e delimita a sua responsabilidade. No entanto, não há como saber com certeza a quem pertence exatamente cada descrição de ações que se seguem ao início da série; neste sentido é necessário decidir a quem atribuir cada ação ao invés de tentar encontrar o agente. A completude da série causal que a decisão sobre qual é o agente da ação gera é própria da causalidade da liberdade e opõe-se à abertura da causalidade de eventos físicos numa série interminável (no sentido da busca pela sua causa).

Ricoeur aceita os dois tipos de causalidades, visto que são de tipos diferentes. O plano do começo no mundo é um começo causal distinto do começo do mundo. Ricoeur apresenta uma solução para essa incompatibilidade: a ação “requer a conjunção da tese e da antítese num fenômeno”¹⁰⁸. Assim, os aspectos da causalidade que se opõem estão juntos no fenômeno da iniciativa, e os eventos que procedem de uma ação fazem parte de uma junção da causalidade da ação e da causalidade da natureza que se misturam no campo prático, uma vez que a ação é empreendida no mundo. A iniciativa¹⁰⁹ é a capacidade do agente de modificar o mundo por intermédio de sua causalidade. Ele é capaz de começar uma série causal no mundo que se envolve com a causalidade iniciada pela natureza, de modo que, o agente interfere no mundo. A iniciativa permite a intervenção do agente no mundo e no curso das coisas, ela é uma conjunção de duas causas. “De acordo com essa exigência, parece necessário não confinar nossa análise a opor o caráter terminável da investigação concernente ao agente ao caráter interminável da

¹⁰⁸ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 133.

¹⁰⁹ Para Kaplan, a noção de iniciativa faz parte do *si mesmo*, “si mesmo deve ser entendido em termos de agência corporificada, inserida no mundo dos eventos, capaz de iniciar e sofrer ações imputadas a mim e a outros. O conceito de iniciativa implica habilidade do agente, poderes, e capacidades; meu corpo como veículo para o meu ser e fazer; minha intervenção no mundo dos eventos; e minha capacidade moral sob as quais eu continuo a agir, preservar, e cumprir minhas promessas” (KAPLAN, David. *Ricoeur's Critical Theory*. p. 89). Além disso, a iniciativa Ricoeur já estaria apontando a dimensão ética do agente, pois permite ao agente cumprir suas promessas e manter-se constante.

investigação quanto aos motivos”¹¹⁰. Pois o poder de agir é a junção entre o caráter terminável¹¹¹ e o interminável da causa, que é também a junção do *quem* (investigação terminável) da ação com o *porquê* (investigação interminável) da ação na própria ação (*o quê*). Esta junção é a iniciativa da ação que reúne o agente e sua causalidade.

Paul Ricoeur exemplifica com uma junção da explicação causal com segmentos teleológicos em um modelo quasi-causal para chegar à intervenção por meio da ação e mostrar a possibilidade da conjunção entre causas distintas, “o modelo proposto é misturado, no sentido que ele soma juntos segmentos teleológicos, responsável pelo raciocínio prático, com segmentos sistemáticos, responsável pela explicação causal”¹¹². O raciocínio prático resultante de um silogismo prático dá início a uma ação, que é um processo teleológico, e resulta em uma ação que introduz um fato no mundo gerando uma série causal. Os efeitos geram novas circunstâncias para o agente da ação e outras pessoas. Uma ação é algo que o agente sabe (tem confiança) que consegue empreender para dar início ao sistema da série causal, e, ao dar início ao sistema, o agente junta a sua ação à causalidade. Este modelo é como o raciocínio prático da deliberação, que leva à escolha de uma ação e ao seu empreendimento, a ação parte da espontaneidade do agente que começa a ação e introduz um fato no mundo.

O modelo apresentado parece resgatar o raciocínio prático, pois o agente tem o poder de iniciar uma ação desde o momento que ele escolhe empreendê-la. Igualmente, a deliberação a respeito de uma escolha que precede uma ação, é posteriormente um fator da imputação moral de uma ação ao agente (junto com o poder que o agente tem sobre sua ação) e faz parte do raciocínio prático do agente que o leva à ação. Davidson aponta algo similar na explicação da razão para agir, ele coloca um objetivo teleológico para o agente que visa esse objetivo com a sua ação. Portanto, o objetivo teleológico ajuda a compor a causa da ação. Neste contexto, a razão teleológica também pode ser um fator na iniciativa do agente, e a deliberação do agente (raciocínio prático), por meio da qual ele escolhe uma ação para empreender, retorna para ele por meio da designação da ação a ele.

Contudo teleologia e causa mantêm-se distintas. Segundo Ricoeur, é necessário outro discurso para juntar as duas noções na afirmação “eu posso” do sujeito com a qual ele inicia sua intervenção no mundo. Neste sentido, seria necessário anexar o aspecto fenomenológico da

¹¹⁰ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 133.

¹¹¹ É terminável porque liga a ação ao poder do agente por meio do seu próprio corpo, “mas dizer <a minha mão> é dizer algo distinto de <esta mão>: é religá-la ao agente e ao seu poder, daí o caráter <terminável> da explicação na expressão <ele lançou fogo com as suas mãos>”. (*O Discurso da Ação*, p 104)

¹¹² RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 134.

declaração comum à ontologia do corpo, visto que o corpo é o particular que está no mundo e faz a conjunção do poder de agir do *meu* corpo com o mundo, por ser o *meu* corpo, e por ser a junção entre os aspectos do corpo físico e da pessoa. Assim, o poder de agir é um *dado primitivo*, apesar de a *designação* de uma ação ao agente ter ficado clara, ela não determina o *si mesmo*, é preciso buscar na ontologia do próprio corpo o *si mesmo* apontado pelo poder de agir. A junção entre a intenção, que vem do desejo, e a causa mostra na nossa experiência que estamos por meio do próprio corpo atrelados à natureza, isto é, ao mundo. Por meio do próprio corpo há o encontro entre o natural, a causa e a intenção do agente vinda de um desejo seu¹¹³.

A experiência do próprio corpo é diferente de qualquer outra experiência ou qualquer outro corpo, segundo Robert Sokolowski. O próprio corpo é o centro do tempo e do espaço de cada um, e a corporalidade de uma pessoa acontece de modo que o próprio corpo é centro do mundo para ela. Qualquer referência feita a outro objeto toma o próprio corpo como o princípio para qualquer comparação. Tanto Strawson como Ricoeur concedem que o ponto onde o próprio corpo se encontra no momento é o *aqui* e o *agora* da pessoa, e o ponto central do agente para qualquer intervenção sua no mundo. Qualquer intervenção no mundo é promovida pelo agente a partir do seu aqui e agora, assim, o próprio corpo é para o agente a referência para ele mesmo no mundo.

O próprio corpo não fica ausente para a pessoa de quem ele é corpo como qualquer outro corpo ficaria. O agente pode não ter a sua atenção voltada para o seu corpo no momento, mas ele não pode deixar o próprio corpo, isto é, ele não pode dar a volta no seu corpo como faria com qualquer outro.

Segundo Sokolowski, ao tocar algo para observá-lo, o sujeito da experiência presta atenção ao corpo e às sensações tácteis que ele oferece, e não a seu próprio dedo. O próprio dedo fica fora do foco da experiência, e suas pernas ficam no pano de fundo da experiência, visto que elas não fazem parte da experiência em questão. Apesar de ser possível o próprio corpo estar ausente da percepção, ele deve estar presente para a pessoa poder ter percepções de objetos. Os planos da percepção do objeto e da “ausência” do próprio corpo, que está fora do foco, interagem e permitem que a pessoa seja um agente no mundo do qual ela tem experiência por estar nele. O mundo não é visto à distância, como numa tela de cinema, ele está sujeito à interação e à intervenção das pessoas que têm experiência dele; neste sentido, o mundo é o campo das ações das pessoas.

¹¹³ RICOEUR, *O discurso da Ação*, p 57.

“Mostrando as várias formas em que o nosso corpo é ausente para nós, essa análise traz à tona por contraste as várias formas em que nós estamos presentes para nós mesmos: a distância sentida entre o meu peito e o meu braço, a sensação sinestésica das minhas pernas ao correr, minha sensação de relaxamento, desconforto, e irritação, são todas formas de presença que são próprias ao meu próprio corpo e não são encontradas na minha experiência de outras coisas”¹¹⁴. Em contraste com a situação na qual o sujeito da experiência dá atenção a um objeto da experiência, Sokolowski considera as sensações constantes do próprio corpo como uma lembrança constante da presença do corpo. A ausência momentânea do corpo por causa da atenção que o sujeito deposita em outra coisa pode ser rapidamente superada quando ele se volta ou para a sua mão que toca o objeto, ou para a sua língua que saboreia uma sopa, ou quando presta atenção nas pernas que o sustentam.

A experiência do corpo está junto da ação e do poder de agir do agente, pois é com o próprio corpo que o agente empreende as ações. A experiência do corpo é o centro de qualquer experiência do sujeito e o ponto de partida de qualquer ação que ele empreende, pois o agente conhece suas ações sem que ele precise observá-las, da mesma forma que ele conhece a posição em que se encontra o seu corpo.

Uma experiência relevante para a teoria da ação que exemplifica a relação do próprio corpo com as ações designadas ao agente é a pesquisa do neurologista Benjamin Libet relatada em seu artigo “Unconscious cerebral initiative and the role of conscious will in voluntary action” (1985). A pesquisa relaciona a experiência “sentida” pelo agente com medições fisiológicas. Os sujeitos da experiência são instruídos a flexionar o dedo quando quiserem enquanto olham para um relógio que marca milissegundos, e depois reportar o momento em que sentiram o “desejo” de mover o dedo. O resultado dessa experiência revelou que o aparecimento de RPs¹¹⁵ começa em média 550ms antes do EMG¹¹⁶ (eletromiograma) captar o início do movimento¹¹⁷. Libet conclui que nos 200ms antes do movimento, em que o sujeito tem consciência de sua intenção de agir, pode haver a possibilidade de vetar ou não a ação, pois durante as sessões os sujeitos relataram que algumas vezes perceberam a intenção de agir, mas logo em seguida desistiram de empreender

¹¹⁴ SOKOLOWSKI, *Phenomenology of the Human Person* p. 196.

¹¹⁵ Potencial elétrico negativo do cérebro que marca a preparação para empreender uma ação voluntária.

¹¹⁶ Aparelho usado para registrar os impulsos elétricos provenientes dos músculos que marcam o início do seu movimento.

¹¹⁷ Nas ações espontâneas, a intenção de flexionar, nessas séries, foi reportada pelos sujeitos em média 200ms antes do início da flexão, ou seja, 350ms depois do início do aparecimento dos RPs. Se for levada em consideração a margem de erro na reportagem dos sujeitos (avaliada por Libet) pode-se dizer que o sujeito percebe a intenção de flexionar em média 150ms antes do início do movimento.

a ação e a vetaram¹¹⁸.

As conclusões que Benjamin Libet chega baseado na experiência não são definitivas e podem ser questionadas. Alguns termos do vocabulário da teoria da ação que ele usa parecem ser mal empregados e confusos entre si. No entanto, Libet fornece uma explicação que procura juntar a percepção que o agente tem de sua intenção e a sua formação no cérebro e aproxima esses dois aspectos do estudo sobre da ação. A experiência e seus resultados foram alvo de críticas¹¹⁹. Libet, por meio dos resultados da experiência procurou comprovar a existência de um controle consciente que o agente tem sobre suas ações, e que, dada esta possibilidade de controle consciente, o agente é responsável por suas ações. Assim, a experiência tenta fazer uma ligação entre o corpo do agente e a admissão de uma intenção de agir do sujeito que desencadeia sua ação, por conseguinte, a admissão do controle consciente do agente sobre sua ação permitiria designar a ação a ele.

A teoria da ação não permite ligar a ação ao agente. A investigação sobre a ação, discutida brevemente por Anscombe e Davidson, ficou retida na explicação sobre o que é uma ação. Apesar da importância de explicar o termo, a investigação não está completa sem por em questão a relação da ação com o agente. No entanto, isso não ocorre na teoria da ação. A compreensão da ação contribui para a compreensão do agente, por conseguinte, para a compreensão de *si mesmo* em seu papel de agente. Contudo, a ação isolada do agente não responde completamente à questão e requer o auxílio da pragmática que introduz a investigação sobre a iniciativa do agente.

A *designação* de uma ação ao agente deve ser possível tanto para si quanto para outro, como aponta a teoria da linguagem com a atribuição de predicados a si e a outro, e estudamos que saber o que é uma ação permite reconhecer o movimento e atribuí-la a um agente como predicado. A imputação moral alerta para a importância da deliberação na imputação de uma ação ao agente. Por fim, a eficiência causal do agente mostra seu poder de interferir no mundo, assim, o agente que começa sua ação inicia pela deliberação sobre a escolha de uma ação para a qual ele tem uma razão para empreender, visto que ele tem a liberdade de escolher espontaneamente e o poder de empreender a ação escolhida.

¹¹⁸ Libet fez, então, a seguinte experiência: os sujeitos eram instruídos a agir num determinado momento pré-planejado e 200ms a 100ms antes vetar a ação. Nessa experiência, os sujeitos reportaram que perceberam a intenção de agir e a vetaram, e o EMG não detectou nenhuma contração muscular o que leva a crer que os sujeitos tiveram sucesso com o veto. Mas o potencial elétrico antes do evento ainda foi detectado 1 segundo antes do momento planejado para a ação, e o RP encontrado na experiência do veto achatava ou revertia a 150 – 250ms antes do momento planejado para a ação.

¹¹⁹ Os resultados encontrados por Libet e a interpretação que ele tem deles foram bastante criticados no lançamento do artigo, mas também a sua aproximação da experiência subjetiva do sujeito da experiência que não pode ser medida por instrumentos com as medições fisiológicas.

Baseados nos sentidos de ação, usados em relação ao agente, analisamos como o agente tem o poder de causar sua ação. Dois tipos de causa fazem com que algo aconteça: a causalidade da liberdade, associada ao sujeito da ação; e a causalidade da natureza, associada aos eventos físicos e naturais. A primeira é a causa da espontaneidade do agente, ela é capaz de iniciar uma ação básica na qual seu autor aparece como sendo quem a iniciou e encerra a busca pelo agente da ação. O agente é o começo de sua ação e lhe confere completude, pois ele começa espontaneamente algo no mundo e fecha a busca por esse começo que pode ser encontrado (não desencadeia uma série de causas pregressas). Segundo a iniciativa do agente, são designadas a ele as descrições da ação que lhe cabem responsabilidade, visto que a ação iniciada se desenrola em inúmeras descrições e se mistura a outros eventos no mundo até o ponto que fica indiscernível quais eventos são da responsabilidade do agente. Assim, por meio da iniciativa com que o agente começa uma ação, ele interfere no mundo, e sua ação fica realmente completa quando conhecemos o seu começo e o seu fim.

O poder de agir começa com a espontaneidade da ação básica, e por meio dele o agente desenvolve a iniciativa que o liga a sua ação, pois por meio do poder de agir o agente empreende as ações que fazem parte do seu repertório de ações. E o agente empreende movimentos com o seu corpo graças ao poder de agir que gera a iniciativa, isto é, sua capacidade de empreender ações básicas que ele tem confiança que sabe empreender e conhece sem precisar de aprendizado. O poder de agir manifesta-se no corpo do agente que junta o aspecto causal da iniciativa do *si mesmo* com o particular de base, de modo que, o agente designa a si em sua ação.

A escolha da ação e a espontaneidade de sua realização envolvem o campo prático e dá a estas um contexto, pois a escolha deliberada pelo agente está relacionada a um desejo do qual a ação faz parte do processo de sua realização.

Enfatizamos o aspecto espacial do *si mesmo*, visto que a pessoa é um particular de base com dimensões espaciais, além da relação do si com o próprio corpo e de sua capacidade de agir. No entanto, falta o aspecto temporal do *si mesmo*, pois ele tem duração no tempo. Assim, neste investigar o problema da constância de si no tempo por meio da qual o *si mesmo* se apresenta. O estudo sobre a ação manteve-se até esta parte da exposição no âmbito das descrições simples. Entretanto, o fator temporal confere às ações e ao agente uma história, pois ao reduzir o agente a uma ligação com uma ação descrita, não levamos em consideração a sua história nem a história que ele constrói com suas ações. Logo, é imperativo conhecer as mudanças do *si mesmo* e a sua constância no tempo para obter uma compreensão mais completa do *si mesmo*.

Capítulo 3:

A dimensão temporal

3.1. - A permanência de si mesmo

É importante a designação do *si mesmo* na ação escolhida por ele, isto é, a designação na própria escolha que leva à dimensão ética da responsabilidade do agente sobre a ação. A ação escolhida pelo agente faz parte da dimensão prática que desenvolve uma trama narrativa e confere uma unidade à vida do agente na contextualização de sua ação. As escolhas do agente constroem a trama narrativa do *si mesmo* e, assim, respondem a pergunta sobre quem é o agente quando ele se designa em uma ação escolhida por ele mesmo e mostra-se responsável por ela. Neste contexto, a dimensão ética faz parte do *si mesmo* e deve ser abrangida pela discussão.

A contextualização das ações acontece na narrativa, pois na teoria da ação elas são simples e a análise não faz referência ao agente ou ao seu contexto, “aqui Ricoeur liga identidade narrativa com a filosofia da ação, visto que a narrativa é a “imitação da ação”¹²⁰. Na narrativa, podemos tratar as ações como uma série de ações ou uma prática que agrupadas ao longo da vida geram a história do agente em questão¹²¹. “Nem a definição de uma pessoa da perspectiva da identificação por referência, nem a do agente no quadro da semântica da ação, mesmo que considerada um enriquecimento quanto à primeira abordagem, levou em consideração o fato de que a pessoa da qual nós estamos falando, de que o agente do qual a ação depende, tem uma história, são a sua própria história”¹²². O contexto de cada ação aparece na narrativa da unidade da vida do *si mesmo*.

Segundo Ricoeur, precisamos investigar a permanência do *si mesmo* no tempo para fazer aparecer a diferença entre a *igualdade* e o *si mesmo*¹²³. Segundo Charles Reagan, este é o lugar da dialética entre o que é igualdade e o que é do *si mesmo*, não apenas de uma separação entre estes dois aspectos. A permanência do *si mesmo* no tempo é um aspecto importante para a construção

¹²⁰ REAGAN, Charles E. *Paul Ricoeur: His Life and His Work*. Chicago: University of Chicago Press, 1996. p 76

¹²¹ Kaplan lembra que o *si mesmo* não deve ser tratado com um agente de ações simples analisadas descritivamente, pois o agente é um ser humano que tem uma história e uma vida social, e por meio dessa história sabemos que ele muda com o tempo, mas mantém uma permanência (p 89).

¹²² RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 137.

¹²³ O encontro entre a igualdade e o *si mesmo* acontece pela resposta a pergunta “quem?” Pela designação do agente a sua ação. Assim, a ação é uma posse de quem a empreendeu, podendo ser designada a qualquer um dos pronomes pessoais. O termo *si mesmo* permite a designação de uma ação essa variedade de pronomes, por exemplo, ele pensa, ela sai, eu prometo. A identidade do *si mesmo* se dá a partir da designação de ações. (RICOEUR, *Narrative Identity*, p 75)

da *igualdade* na identidade. Esta relação pode ser de dois tipos: identidade numérica, ou identidade qualitativa. A primeira é a identidade (igualdade) entre diferentes ocorrências de uma mesma coisa, e a segunda é a similaridade entre duas coisas que guardam tamanha semelhança a ponto de serem permutáveis. Elas são distintas; entretanto, quando há dúvidas sobre a identidade numérica de uma coisa ela é tomada como uma identidade qualitativa, visto que a mesma não requer que o objeto seja exatamente o mesmo da ocorrência anterior.

Ricoeur considera que “a fraqueza desse critério de semelhança, no caso de grande distância no tempo, sugere que recorramos a outro critério, um que pertence ao terceiro componente da noção de identidade, a saber, a continuidade ininterrupta entre o primeiro e o último estágio do desenvolvimento do que consideramos ser o mesmo indivíduo”¹²⁴. A identidade tem um aspecto de continuidade de uma coisa no tempo, como um animal que se modifica ao longo dos anos desde a nascença, mas que se mantém o mesmo ser; ele não é idêntico a quando era um bebê, entretanto ele mantém uma semelhança geral. “No caso da existência humana, entretanto, identidade é uma constância de si que envolve uma organização temporal dinâmica dos vários eventos e incidentes no curso de sua vida por meio de histórias – é identidade no sentido do *si mesmo*”¹²⁵. A passagem do tempo traz dúvidas quanto à identidade numérica das coisas, se elas se mantêm iguais quando o objeto em questão não é observado durante o tempo¹²⁶. Contudo, para haver mudanças, é preciso que algo mude com o tempo. Neste sentido, Ricoeur acredita que seja preciso haver um princípio de permanência da estrutura que se mantém semelhante a si.

No entanto, Ricoeur não está tratando do *que* permanece no tempo, ele procura tratar de *quem* permanece. Não se trata de saber se a coisa permanece no tempo, a questão é saber se haveria um aspecto do *si mesmo* que garante a permanência. Para Ricoeur, esse aspecto de uma permanência que pertence a si pode ser de dois tipos: o caráter, e manutenção da palavra empenhada. Nos dois tipos de identidade, encontramos o *si mesmo* e a *igualdade*; no primeiro eles se misturam, no segundo eles se opõem.

Podemos verificar a *igualdade* de algo ao longo do tempo, de modo que ela pode ser considerada um critério de identidade, pois podemos avaliar a veracidade ou falsidade de uma

¹²⁴ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 141.

¹²⁵ DAIGLER, *Being as Act and Potency in The Philosophy of Paul Ricoeur*, p 382.

¹²⁶ O oposto da continuidade no tempo seria a descontinuidade, e o oposto da identidade numérica seria a pluralidade. No entanto, a identidade numérica não leva em consideração o tempo, enquanto que a identidade como permanência implica temporalidade, e o oposto desta última é a diversidade. Segundo Ricoeur, é no sentido da identidade da permanência que tratamos de animais, plantas, e seres humanos. (Ricoeur, *Narrative Identity*, p 74)

afirmação sobre uma relação de igualdade. Mas Ricoeur argumenta que não podemos saber se o *si mesmo* tem um critério, ou se haveria um critério tanto para saber se o próprio corpo pertence a si, como de manutenção da palavra dada. Não podemos entender a identidade do *si mesmo* por meio de critérios que a validem. É necessário primeiro entender como a identidade da *igualdade* e do *si mesmo* podem estar em conjunção e como se separam.

Ricoeur cita um exemplo de Derek Parfit, retirado do seu livro *Reasons and Persons*, no qual o autor não separa o que pertence à *igualdade* do que é do *si mesmo* e trata a identidade como uma relação de igualdade. O exemplo trabalha um caso de identidade enigmática em que é difícil decidir se o indivíduo manteria sua identidade pessoal ou não. Segundo Ricoeur, o reducionismo de Parfit leva a tratar a identidade como uma conexão entre eventos impessoais, físicos ou mentais; neste contexto, a pessoa é um composto de um corpo e um cérebro em que ocorrem eventos físicos e mentais inter-relacionados. Assim, a pessoa fica separada de suas experiências e é reduzida, pois ela é mais do que a continuidade de eventos físicos e mentais.

O exemplo é o seguinte. No futuro, o teletransporte é uma coisa comum, e para evitar longas viagens as pessoas o utilizam normalmente. O funcionamento do aparelho é claro, basta apertar o botão para fazer com que o aparelho desintegre o corpo do viajante embora todas as informações sobre ele sejam memorizadas pelo computador. No prazo de uma hora, a máquina refaz o corpo do viajante no local de destino da viagem a partir da matéria local, e ele é exatamente igual ao original. Quando o viajante retoma consciência, ele se lembra de tudo (toda a sua memória) até o momento presente da chegada. Parfit questiona se a pessoa que acorda no final da jornada é a mesma pessoa que começou a viagem, ou se a primeira pessoa morreria quando é desintegrada. Outro caso que Parfit sugere passa-se no mesmo cenário. Desta vez, ao apertar o botão do teletransporte, o equipamento não desintegra o viajante para fazer o processo, ele apenas copia (exatamente) a pessoa em questão e constrói uma réplica no local de destino. Entretanto, o processo causa um dano ao coração da pessoa copiada que a matará em quatro dias. Compadecida, a réplica consola o original dizendo que sente o mesmo afeto pelos seus filhos, que tem suas memórias, que é igual a ela e, assim, tomará o seu lugar depois de sua morte¹²⁷. É possível que depois de morrer a pessoa sobreviva em sua cópia? Pode-se dizer que a cópia toma seu lugar? Talvez sim, de acordo com a identidade pessoal qualitativa, visto que a semelhança é enorme entre a cópia e o original.

Ricoeur acredita que a teoria de Parfit procura contrariar crenças comuns sobre a

¹²⁷ PARFIT, *Reasons and Persons* (1984).

identidade pessoal usando casos enigmáticos. Com a descrição impessoal de eventos, a teoria reducionista suprime a noção do próprio corpo e retira para o *si mesmo* a diferença entre o *meu* corpo e os outros corpos. “Tendo em vista que o próprio corpo constitui um dos componentes do que é meu, o confronto mais radical deve colocar face a face as duas perspectivas sobre o corpo, o corpo como meu e o corpo como um corpo dentre outros. A tese reducionista nesse sentido marca a redução do próprio corpo de alguém ao corpo como corpo impessoal”¹²⁸. A posse do próprio corpo e das próprias experiências é considerada supérflua pela teoria reducionista, assim, restam apenas eventos impessoais. O reducionismo mostra a diferença entre a posse de *si mesmo* e uma descrição impessoal de uma coisa (um corpo). No entanto, como indicaremos a seguir, é necessário fazer a distinção justamente entre *si mesmo* e outras coisas que identificamos.

O reducionismo trata a pessoa como sendo um cérebro. No entanto, não temos uma sensação do próprio cérebro, que é *meu*, visto que mesmo o cérebro fazendo parte do corpo não é possível ter experiência dele. Se a memória (considerada um traço do cérebro) puder ser transplantada para outro cérebro, ela pode ser considerada impessoal. Neste contexto, a memória seria como um traço cerebral e estaria resumida ao cérebro. O mesmo acontece com os pensamentos, apesar de parecer estranho que *meu* pensamento (atribuído a *si mesmo*) possa ser considerado um evento impessoal permutável.

Aquilo que pertence a si de uma forma intransferível faz parte do âmbito do *si mesmo*, pois só o que é próprio do *si mesmo* é intransferível e não pode pertencer a nenhum outro. O que pode se aplicado, ou atribuído, tanto a *si mesmo* quanto a outro não é próprio de si em todos os casos de sua aplicação, como acontece com os predicados. O próprio corpo, as próprias memórias, as experiências etc. fazem parte da classe de coisas intransferíveis, pois se fossem transferíveis não poderiam nem pertencer a alguém, nem poderiam ser diferenciados como sendo o corpo do sujeito A ou a memória do sujeito B. Elas passariam a ser permutáveis como se fossem indistintas. Desta forma, fica impossível distinguir o *si mesmo* de outro, pois o *si mesmo* tem posse do seu próprio corpo e há uma distinção entre si e outros particulares; caso não aceitemos estas condições, o próprio corpo passa a ser apenas um particular de base dentre outros. A propriedade sobre seu corpo é característica do *si mesmo*.

Ricoeur acredita que o caso apresentado por Parfit viole a condição de uma pessoa na Terra, pois as manipulações são cópias do cérebro e, assim, elimina o *si mesmo* da questão, pois considera o cérebro como sendo uma pessoa¹²⁹. O caso trata de saber se alguém igual a *mim*, a

¹²⁸ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 159.

¹²⁹ “A pergunta ainda permanece se algo é talvez perdido da nossa compreensão do sujeito se nós freamos ou

pessoa, vai sobreviver, não trata da capacidade da pessoa (copiada ou não) de designar a si como sendo possuidora do seu cérebro.

Se considerarmos o corpo como sendo *uma coisa* transferível que a pessoa não possui, cada corpo é considerado igual, visto que é permutável. Se o corpo da pessoa em questão não for possuído pelo *si mesmo*, então, o *si mesmo* não aparece na discussão. Ela deve ser capaz de designar a si neste corpo em momentos distintos.

Uma teoria que retira sua posse reduz o próprio corpo a um corpo dentre todos os outros corpos, da mesma forma que um evento não pertence a um agente, e fica impossível distinguir o *si mesmo* de outros particulares. O cérebro do indivíduo não pode ser transplantado para outro corpo e manter-se a mesma pessoa, pois o próprio corpo é o modo que o *si mesmo* existe e não pode ser alterado se estivermos tratando do *si mesmo*. Um transplante de cérebro não trata do problema da identidade de si, nem leva a identidade em consideração, o transplante apenas aniquila a questão sobre o *si mesmo* e viola a idéia do *meu* corpo que é próprio do *si mesmo*.

Se esse tipo de identidade não garante a posse do próprio corpo, o que caracteriza o *si mesmo*, então, precisamos investigar um outro tipo de identidade, um que garanta a permanência do *si mesmo* de acordo com algum aspecto seu sem exigir uma igualdade constante. Pois, manter-se igual enfatiza algo que é sempre o mesmo, independentemente de a quem ele pertence, assim, trata apenas de um aspecto de igualdade. Isso afasta o *si mesmo*, visto que esse tipo de identidade nunca aborda a quem pertence à igualdade, isto é, de quem ela é própria. Neste sentido, aquilo que se mantém igual fica sendo permutável. Entretanto, antes de investigarmos a identidade do *si mesmo*, identidade narrativa, precisamos conhecer duas formas de permanência próprias dele, pois uma delas envolve a igualdade.

Segundo Ricoeur, o caráter é uma igualdade de si formada por um conjunto de marcas que distinguem o indivíduo. No geral, ele é imutável, pois, é um conjunto de disposições duradouras que o indivíduo adquire ao longo do tempo, e na durabilidade estão presentes o *si mesmo* e a *igualdade*. O hábito forma a história do caráter e confere temporalidade a ele, visto que as disposições que o formam vêm dos hábitos do indivíduo, tanto os já adquiridos ao longo do tempo, como também os hábitos em formação. A história da formação dos hábitos no tempo confere o aspecto temporal do caráter construído por essa história, e a solidificação dos hábitos em disposições garante a permanência do caráter formado por meio deles.

negamos o seu lugar no mundo tomado no seu sentido cosmológico”. Essa objectificação do *si mesmo* por meio da análise é necessária para inseri-lo no mundo. (DAIGLER, *Being as Act and Potency in The Philosophy of Paul Ricoeur*, p 383)

Apesar do caráter formar-se pela da igualdade conferida pelo hábito, ele é *meu* caráter, isto é, ele pertence ao *si mesmo* que se revela nele. As marcas do caráter distinguem o indivíduo como sendo o mesmo e lhe conferem continuidade no tempo por serem imutáveis. Para Ricoeur, este é um modo de existência que afeta como o indivíduo percebe o mundo por meio dos seus valores¹³⁰.

Por outro lado, segundo Ricoeur, quando um indivíduo mantém a palavra empenhada há uma oposição entre a *igualdade* e o *si mesmo*, pois a constância de si funda-se apenas no *si mesmo*. Ela não faz nenhum apelo a algo que se mantém igual, ela é uma forma de existência que depende apenas de *quem* empenhou a palavra. A continuidade que o indivíduo que mantém a palavra apresenta é diferente da permanência que o caráter apresenta, porque manter a palavra desafia o tempo, visto que o indivíduo pode mudar de opinião a respeito daquilo que prometeu e mesmo assim deve cumprir com a sua palavra e mostrar resistência à mudança. Mesmo em relação a uma promessa irrelevante, o indivíduo não pode trair a confiança depositada nele, assim, há uma permanência do *si mesmo* no tempo oposta à permanência do caráter¹³¹.

Para David Kaplan, “A importância da noção de constância de si é ela denotar a constância de caráter tanto que outros possam contar com aquela pessoa, quem, por sua vez, é responsável para outros. As implicações éticas para identidade pessoal ou narrativa é um agente dever manter algum tipo de continuidade no tempo para ser responsável pelas próprias ações. Identidade é constitutiva de responsabilidade; narrativa é constitutiva de identidade”¹³². A identidade narrativa fornece a constância necessária para que o agente se mantenha constante e cumpra a sua palavra, assim, ele pode mostrar quem é ele ao cumprir sua promessa com uma ação na qual ele designa a si. A promessa também expõe o *outro* ao qual algo é prometido, pois

¹³⁰ Paul Ricoeur acredita que a imutabilidade do caráter se torne evidente quando tratada como sendo uma série de disposições adquiridas ao longo do tempo, assim, o tempo é enfatizado. “De fato, essa imutabilidade prova ser do tipo mais peculiar, como é demonstrado pela reinterpretação do caráter em termos de disposições adquiridas. Com essa noção, a dimensão *temporal* do caráter, pode ser finalmente tematizada. Caráter, eu diria hoje, designa o conjunto de disposições duradouras pelas quais a pessoa é reconhecida”. Os hábitos do indivíduo marcam os seus traços de caráter ao tornarem-se disposições e tornam o indivíduo reconhecível por meio desses traços, assim, no caráter estão juntos o *si mesmo* e o aspecto da *igualdade* de si. Adquirimos hábitos com o tempo e eles carregam em si a história de sua aquisição; neste sentido, o caráter é uma *igualdade*, porque é uma disposição que dura no tempo e mantém-se a igual, mesmo quando enfatizamos a posse do *si mesmo* ao dizer que o hábito é *meu*.

¹³¹ Ao manter a palavra empenhada a pessoa mostra uma verdadeira constância, pois há nesta permanência uma oposição entre a promessa que o obriga a manter a palavra e a passagem do tempo acompanhada de novos eventos que surgem das mudanças que a pessoa sofre, que podem implicar em uma mudança de ponto de vista sobre o que foi prometido. A pessoa deve manter a palavra mesmo em circunstâncias distintas daquela em que ela fez a promessa; neste contexto, é uma permanência no tempo, porque a palavra se mantém mesmo frente a mudanças.

¹³² KAPLAN, David. *Ricoeur's Critical Theory*. p 92.

não sabemos se o *si mesmo* se manteria constante se não houvesse outro ao qual ele prometeu algo e que está contando com ele. Assim, a promessa expõe a importância de outro para a constância de si.

Segundo Ricoeur, os dois tipos de permanência no tempo encontram-se na identidade narrativa em que ocorre tanto o encontro da *igualdade* com o *si mesmo*, como o surgimento de uma identidade do *si mesmo* sem *igualdade*. Os dois tipos de permanência opõem-se, e “esse intervalo é aberto pela polaridade, em termos temporais, entre dois modelos de permanência no tempo, a perseverança do caráter e a constância do si mesmo ao prometer [...] É então esse meio que, em minha opinião, a noção de identidade narrativa vem a ocupar”¹³³. A identidade pessoal leva apenas a igualdade em consideração enquanto que a identidade narrativa que também é temporal mostra a identidade do *si mesmo*, pois trata da identidade do personagem que apresenta uma constância.

Paul Ricoeur argumenta que a construção da identidade narrativa do *si mesmo* seria uma continuação da dialética entre o *si mesmo* e a *igualdade* que já existe na identidade pessoal, e ela faria a passagem entre a descrição da ação da teoria da ação e seu aspecto moral de prescrição. A identidade narrativa passa da prática da ação para a sua narração.

A identidade narrativa enfatiza o *si mesmo* na dialética com a *igualdade*, pois a trama da narrativa e a conexão dos eventos que a compõem nela integram elementos de diversidade, descontinuidade, instabilidade, e continuidade na sua permanência no tempo. As discordâncias e concordâncias da trama mostram a oposição da identidade narrativa em relação à identidade por meio da igualdade de uma coisa no tempo, pois a igualdade não poderia admitir uma heterogeneidade de elementos. A identidade da trama narrada desenvolve-se ao admitir discordâncias que vêm de fatos que ocorrem ao longo da história, enquanto que ela também requer uma concordância entre os eventos que os organiza de acordo com a ordem que a unidade temporal dá à história. Assim, as discordâncias que ocorrem na trama a ameaçam, pois ameaçam a sua concordância, mas a própria narrativa mantém a unidade da trama.

Segundo Ricoeur, a organização de todos os eventos da trama que contribuem para mesma gera uma síntese do heterogêneo que se junta nela e gera tanto a concordância em sua organização geral como a discordância por meio da heterogeneidade dos eventos que ocorrem. “Eu proponho definir a concordância discordante, característica de toda composição narrativa, pela noção de síntese do heterogêneo. Por meio disso, eu tento explicar as diversas mediações

¹³³ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 150.

que a trama opera - entre a diversidade dos eventos e a unidade temporal da história recontada; entre os componentes heterogêneos da ação [...] e a seqüência da história; e finalmente, entre a pura sucessão e a unidade da forma temporal...”¹³⁴. A conectividade da narrativa acontece por meio da concordância discordante dos eventos da trama. Eles a configuram, pois contam uma história, e a configuração narrativa da trama os une. Quando um novo evento ocorre na trama, ele aparece como sendo uma discordância dela, entretanto, quando ele passa a fazer parte da trama torna-se parte da concordância entre os eventos e permite que a história continue. Percebemos a concordância apenas quando vemos o evento depois de ele ter passado, quanto ele já faz parte da narrativa completa¹³⁵.

O paradoxo da necessidade e contingência de cada evento na trama surge com sua formação. A configuração da trama confere necessidade ao que poderia ter sido diferente, pois quando um evento vindo de uma seqüência de eventos surge na trama (ocorre), ele é inesperado e poderia ter sido outro evento em seu lugar; entretanto, depois que ele acontece e já faz parte da trama, e depois do tempo da narrativa ter chegado ao fim, um olhar retrospectivo para o evento confere-lhe necessidade; o mesmo evento visto depois do fim da narrativa necessariamente teria que ter acontecido desse modo para formar esta trama. Para Ricoeur, a necessidade surge da configuração que o evento confere à história, pois de acordo com as leis da natureza ele não necessariamente precisaria ocorrer, a trama transforma uma contingência narrativa em uma necessidade.

A narrativa concilia na trama que ela constrói uma identidade, mesmo junto às diversidades que ela apresenta. Portanto, ela se distingue completamente da identidade pessoal que se baseia na *igualdade* que o indivíduo mantém consigo mesmo. O personagem empreende as ações na narrativa e contribui para o aparecimento de novos eventos que compõem a história, e, por fazer parte da narrativa, ele se aproxima da identidade narrativa. “O passo decisivo na direção da concepção narrativa de identidade pessoal é dado quando se passa da ação ao personagem. Um personagem é aquele que desempenha a ação na narrativa”¹³⁶. O personagem é uma trama, pois podemos compreender a identidade dele ao longo da passagem da trama, e ele a constrói por meio de suas ações que narramos e aplicamos a mesma. Neste sentido, ele adiciona a discordância a ela por meio de suas ações.

¹³⁴ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 169.

¹³⁵ Segundo Kathleen Bamey, os eventos em uma história não precisam estar em harmonia e a tensão do conflito entre eles junta-os na composição da história dando-lhes coerência. Essa configuração narrativa ajuda a compreender pessoas possibilitando uma identidade menos fixa e rígida do que a identidade da igualdade. (*The Philosophy of Paul Ricoeur*; p 580)

¹³⁶ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 170.

Finalmente, focamos o agente da ação que não pôde ser tematizado pela teoria da ação. Ele surge quando a narrativa trata do personagem que empreende as ações de uma história. Na narrativa, o personagem é a própria trama, assim, ele é focado antes de qualquer ação sua. Ele é o foco da narrativa, pois ele constrói a trama enquanto atribuímos suas ações a ele como predicados da narrativa. A trama nos leva a tratar a identidade do personagem, porque ele é a própria trama da narrativa¹³⁷. Assim, a ação volta a ser um predicado atribuído a um sujeito, como Strawson a trata, mas na narrativa a atribuição da ação não é um problema, pois atribuímos a ação ao personagem, (quem) quando contamos o que ele fez.

O personagem empreende uma ação e a relacionamos a ele (o agente) na teoria narrativa ao atribuí-la a ele na história, como se fosse um predicado em sua narrativa. O agente é importante para a composição da história, porque a cadeia de suas ações a compõe, e a unidade dos eventos da história contém as cadeias de ações do personagem, que ele começa e confere completude, e, assim, possibilita a sua narrativa. Ao contar uma história, cuja trama contém uma ação, é necessário apontar seu começo para que ela seja completa, e Ricoeur acredita que a trama da história surja do desenvolvimento do personagem e da sua composição da história. O personagem desenvolve-se com a narrativa que conta a história.

“Assim como a história de uma vida se desdobra como uma narrativa, a identidade de um personagem também se desdobra em uma narrativa. Visto que a teoria narrativa articula nossa constituição temporal e histórica do mundo, e porque o si mesmo tem uma história, muda com o tempo, e mesmo assim mantém uma constância de si mesmo ao cumprir promessas, uma identidade pessoal pode ser compreendida apenas como uma identidade narrativa”¹³⁸. A identidade narrativa favorece a responsabilidade do agente por sua ação, porém, além disso, Kaplan supõe que a permanência por meio da identidade narrativa é o que permite que o *si mesmo* seja confiável e que outros possam contar com ele, pois é nessa permanência que ele mostra a sua constância. Assim, a identidade narrativa permite ao agente manter a palavra empenhada.

A trama aproxima-se da ação, pois o personagem compõe a primeira por meio de suas ações. Um desejo (*wish*) constrói a intenção de agir que por fim se torna uma ação, pois pelo desejo o agente passa a escolher suas ações de acordo com o melhor caminho para realizá-lo. Ele delibera sobre os melhores meios para chegar ao que almeja, e cada escolha é uma etapa que

¹³⁷ A narrativa constrói a identidade narrativa do protagonista ao construir a identidade típica da trama. Mas é na trama que primeiro aparece a mediação entre permanência e mudança, neste sentido é necessário entender o modelo de concordância discordante da trama primeiro. (RICOEUR, *Narrative Identity*, p 77)

¹³⁸ KAPLAN, David. *Ricoeur's Critical Theory*. p 90.

precede a realização do desejo. Assim, o desenvolvimento da trama narrativa segue o caminho escolhido pelo personagem pelo poder de empreender a ação escolhida. O desejo requer racionalidade e articulação para a deliberação sobre a escolha de uma ação que o aproxima do que ele deseja. Ele compõe sua narrativa ao agir segundo suas escolhas, e a narrativa pressupõe uma deliberação a respeito delas.

O personagem pode ser avaliado como agente que se relaciona com a trama no desenrolar dela, porque ele compõe a sua narrativa por meio de suas ações. O personagem acrescenta ações à trama narrativa (além dos eventos que acontecem) que geram sua discordância interna a cada novo evento que ocorre, mas que depois passam a ser partes necessárias da própria trama. Os cursos que a narrativa desenvolve pela trama que o personagem compõe geram uma concepção narrativa da conectividade da vida do personagem que contém um programa narrativo; e geram também uma polêmica entre programas narrativos de personagens distintos que competem entre si. A polêmica gera uma oposição entre os personagens da narrativa que fazem parte dos programas narrativos. Assim, a ação é uma interação entre personagens e seus programas narrativos que se opõem e convergem. O personagem tem o poder de agir na história e desenvolver um curso narrativo, um programa que interage com outros personagens; neste sentido, a narrativa é o caminho trilhado pelo personagem.

Além do personagem que age, a narrativa contém também alguém que sofre a ação e traz à tona o aspecto moral das ações. As afecções por eventos na narrativa organizam o papel do que sofre uma ação, ao mesmo tempo em que enriquecem o papel do personagem pelas avaliações de sua ação e do que o agente acarreta ao sofredor por sua causa, isto é, o que acontece ao personagem que sofre a ação. Segundo Ricoeur, o agente e o sofredor tornam-se pessoas por causa de sua capacidade de iniciar ações, e as ações aproximam-se da ética.

Ricoeur aceita a trama como sendo a resolução do problema da designação de uma ação ao agente porque ela junta o personagem à seus processos de ações; assim, a narrativa é capaz de responder às perguntas sobre *o quê*, *o porquê*, e *o quem* da ação na história contada. “Contar uma história é dizer quem fez o que, porque e como, ao espalhar no tempo a conexão entre esses vários pontos de vista. [...] é na narrativa que a atribuição é restabelecida”¹³⁹. Ela mostra os agentes e suas ações no tempo, e podemos procurar, na relação entre o personagem e a trama, a cadeia infinita de motivos para uma ação, e o agente da ação que dá início a mesma. A narrativa resolve o problema da designação ao mostrar o poder do personagem de começar uma ação, isto

¹³⁹ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 174.

é, sua iniciativa. Uma ação tem começo, meio, e fim numa narrativa, e nela o começo da ação coincide com a iniciativa do personagem. A identidade narrativa do personagem ao longo do tempo garante essa solução para o problema da atribuição de uma ação ao agente, ela compreende a passagem do tempo e narra suas ações dentro da trama.

“A narrativa constrói a identidade do personagem, o que pode ser chamada sua identidade narrativa, ao construir aquela da história contada. É a identidade da história que faz a identidade do personagem”¹⁴⁰. Assim, o personagem está ligado às suas experiências (elas lhe pertencem e ele as possui), pois sua identidade é construída por meio da identidade de sua história, que é a narrativa de suas ações e experiências, e do mesmo modo que a trama desenvolve uma dialética, o personagem também deve desenvolver uma dialética sua, visto que ele é a trama¹⁴¹.

Com a atribuição da ação ao seu agente, resolve-se o problema da distinção entre uma coisa e o *si mesmo*, pois narrar uma história sobre o personagem é dizer *quem* fez o *quê*, e na narrativa fica claro que o personagem empreende a ação. Por conseguinte, conferir uma identidade narrativa a uma pessoa torna impossível confundi-la com outra coisa, pois o *si mesmo* se distingue de outras coisas nessa identidade. Ele constrói essa identidade com as ações que escolheu empreender por meio de uma deliberação, e que a própria trama narrativa atribui a ele.

O personagem é o agente colocado em um contexto, os eventos que acrescentam discordância e compõem a trama na verdade são as ações do personagem que constrói a trama a cada ação que empreende. Assim, contar a história é dizer o que fez o personagem, isto é, narrar é atribui ações ao agente dos mesmos. No contexto da narrativa, cada ação ganha um significado, e o agente aparece como sendo o começo da ação, pois na história desenvolve-se todo o processo visto sobre as ações. O agente é o começo espontâneo da ação que ele escolhe segundo o contexto de seu desejo. Em vista deste, o personagem desenvolve a narrativa com as ações escolhidas para realizá-lo. Ao atribuir-lhe a ação, a narrativa mostra o poder do personagem de empreender a ação, pois sua iniciativa coincide com o começo da ação. Na narrativa, as ações contextualizadas ganham necessidade para a trama e ficam conectadas nessa unidade que forma a história. E, no contexto da história, a trama do personagem envolve-se com outras tramas de outros personagens e gera uma interação com outras ações, de modo que, o personagem possa interferir no mundo.

Não atribuímos uma ação ao agente apenas na linguagem, também o fazemos com a

¹⁴⁰ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 175.

¹⁴¹ O conhecimento sobre o *si mesmo* é uma interpretação, conhecemos o *si mesmo* indiretamente por intermédio de símbolos culturais que articulam ações, ou de personagens que nos permitem interpretá-lo na narrativa. (RICOEUR, *Narrative Identity*, p 80)

designação da ação ao agente. O poder de agir do agente que surge da espontaneidade de sua iniciativa junta-se na narrativa com a atribuição da ação narrada ao agente, e com a deliberação pela qual o agente escolhe sua ação. Por fim, o poder de agir encontra-se com a propriedade que o *si mesmo* tem de seu próprio corpo, e por meio do qual ele vive no mundo. O próprio corpo intransferível confere ao *si mesmo* sua condição terrestre que lhe permite interferir no mundo. E ele se distingue de todos os outros corpos, visto que seu corpo é uma propriedade intransferível e não poderia ser de outro. Por meio do próprio corpo, o *si mesmo* empreende ações que ele tem poder para empreender, de modo que, ele interfere no mundo e mostra sua racionalidade e iniciativa ao escolher suas ações por deliberação em vista do que deseja para compor seu plano de vida.

A vida do personagem é composta por escolhas de ações direcionadas por seus desejos, que Ricoeur chama de planos de vida e apontam os ideais que o personagem busca alcançar e que direcionam suas ações. A sua unidade da vida gera a concordância que suas ações ameaçam e ela é unificada por esses desejos que direcionam as ações e ameaçam a unidade. É possível para o agente ter mais de um desejo ao mesmo tempo. Neste contexto alguns desejos direcionam as ações do agente, ou seja, todas as suas ações não são governadas pelo mesmo desejo. Assim, uma deliberação que escolhe ações e direciona a trama em um sentido participa previamente das ações do personagem, apesar de ser possível também que algumas de suas ações decorram de impulsos. As ações escolhidas por meio da deliberação do personagem compõem a narrativa da sua vida.

Segundo Ricoeur, a configuração de uma prática garante a unidade da mesma e faz com que as ações sejam vistas como unidades práticas organizadas hierarquica e logicamente por seu intermédio no campo prático. As unidades práticas formam uma prática, como no caso das ações de um esporte, de uma profissão, de uma arte, ou de um jogo. Podemos entender as práticas pelas ações básicas (Danto), pois as práticas iniciam-se por ações básicas seguidas de ações do tipo que X é empreendida para empreender Y. Uma unidade de configuração as une e as organiza de acordo com uma hierarquia que as diferencia de outras ações do campo prático. Uma prática não é uma longa corrente de ações que visa um fim teleológico, pois toda prática tem um princípio organizador em si mesma, não em um fim exterior a ela. As ações que fazem parte da prática ficam subordinadas a ela e passam a ser de segunda ordem em relação a ela¹⁴².

¹⁴² Cada ação que compõe uma dança, por exemplo, virar o pé esquerdo, dar um passo com o pé direito, etc. está subordinada à dança, e a sua junção na subordinação a uma prática confere significado aos movimentos. Segundo Ricoeur, uma ação ganha o significado de prática dentro do contexto da prática em que a lei que dá significado a ela une as ações que fazem parte dela e as coordena de uma forma que as ações fazem sentido no contexto. Virar o pé não é dançar, pois o movimento precisa fazer parte de um contexto de ações coordenadas que significa a prática dançar. As regras constitutivas de uma prática expressam o significado em que se baseia a unidade de sua

Práticas não são realmente narrativas, elas são pré-narrativas e aproximam-se da narrativa na interação entre práticas e contextualização das ações. Entretanto, mesmo assim, elas marcam a aproximação entre o plano prático e a narrativa. Ricoeur faz uma aproximação maior usando os “planos de vida” de uma pessoa. Estes são uma junção de unidades práticas da vida profissional, familiar, lazer, etc. mutáveis de uma pessoa, desenvolvidos de acordo com a proximidade ou distância de ideais vagos da mesma. Os planos da pessoa juntam o plano prático da vida com a narrativa, de modo que estes planos são avaliados dentre as práticas que o compõem quanto às suas vantagens e desvantagens para a pessoa em questão. De acordo com essa deliberação, o agente empreende as ações de uma prática vantajosa para o seu plano de vida. Assim, o campo prático forma-se ascendentemente por meio de ações básicas e práticas, e no sentido oposto, descendentemente, pelos de ideais vagos que levam à apreensão da vida como sendo uma unidade. O projeto de vida da pessoa e a junção de práticas nesse projeto formam e regem a *unidade narrativa da vida*; neste sentido, o todo do campo prático é determinado por suas partes¹⁴³.

Os planos de vida são mais abrangentes e vagos que os desejos do agente, mas estão relacionados a estes, pois os planos direcionam as escolhas do agente e dão unidade à narrativa da vida, da mesma forma que os desejos o fazem de modo mais específico. Um plano de vida fornece uma direção que confere unidade à trama que o agente desenvolve por meio de suas ações, assim como fazem os desejos ao direcionar ações, desde a deliberação sobre as escolhas de ações até a composição da unidade narrativa da vida, pois desejos apontam para a direção que explica as ações do agente e lhes confere unidade no que elas almejam¹⁴⁴.

As ações são verdadeiramente contextualizadas em uma narrativa somente quando fazem parte de uma trama e podemos entendê-las por meio da narrativa, porque empreendê-las deve fazer sentido no contexto de um plano de vida do personagem. Assim como, de forma mais

configuração, visto que a unidade se baseia em uma relação de significados. Portanto, a regra constitutiva de uma prática define o que conta como sendo sua parte, ou não, de modo a constituir o que é a prática e dar significado às ações que a determinam. As regras dão significado ao que “conta como sendo” determinada prática.

Enquanto que as sentenças de ação não levam em consideração o contexto social, as práticas têm um aspecto interativo que inclui o contexto, pois suas regras constitutivas requerem que outros interpretem a ação dentro do contexto da prática, visto que em uma prática o agente leva em consideração as ações de outros agentes.

¹⁴³ Segundo Hengel, a narrativa junta num todo os começos que constituem a nossa iniciativa e que antecipam um fim para a ação. “Para Ricoeur, essa unidade narrativa da vida é o contexto mais amplo para uma teoria da ação. (HENGEL, *Can There be a Science of Action? Paul Ricoeur*, p 242)

¹⁴⁴ Segundo Ricoeur, a narrativa passa da ficção para uma relação com a vida segundo a unidade narrativa da vida. A unidade da vida é o agrupamento e organização de ações e práticas de um agente na forma de uma narrativa. Resta saber como a narrativa e os experimentos da literatura ajudam numa compreensão do *si mesmo* na vida real. A reconciliação da narrativa com a vida acontece por meio da leitura e do ato de ler que leva da ficção para a vida real.

específica, o sentido das ações de um personagem pode ser esclarecido de acordo com a realização de seus desejos.

Segundo Robert Sokolowski, o agente não pode alcançar seu desejo (*wish*) imediatamente, caso contrário, não haveria tempo para a formação de um desejo. Existe uma distância entre o agente e aquilo que ele deseja. Ele deve tentar encurtar essa distância por meio de ações que ele escolhe com o objetivo de se aproximar da realização do seu desejo. Assim, o desejo dá significado às ações empreendidas pelo personagem em vista de sua realização; neste sentido, o desejo explica as ações que medeiam sua realização.

A trama narrativa expande a contextualização de uma ação por meio da explicação de seu sentido em vista da realização de um desejo no contexto em que o personagem escolhe o seu caminho dentre possíveis projetos narrativos. Ele faz a escolha em vista do que deseja, e o desejo faz parte de um plano de vida do personagem que ele busca alcançar, mesmo sendo um projeto bem mais vago e indeterminado que um desejo. O desejo do personagem que o aproximará de cumprir seu plano de vida direciona as escolhas de suas ações, estas o levam à realização do desejo e o aproximam de seu plano de vida. Assim, os desejos do personagem que o lançam no sentido de cumprir o plano que ele traçou para sua vida direcionam suas ações no sentido de escolhas por caminhos que o aproximam do que ele almeja.

O agente deve deliberar sobre sua escolha antes de cada ação para ser capaz de escolher o melhor caminho que o aproximará mais da realização de seu desejo, e empreender a ação também no contexto de um plano de vida para o qual o agente se direciona, não apenas no contexto da realização de um desejo. As escolhas que o personagem faz por meio da deliberação prévia constroem sua narrativa ao passo que dão origem às ações, visto que estas elaboram a trama narrativa, e cada escolha¹⁴⁵ é uma espontaneidade que inicia uma ação. Neste sentido, é possível concluir que a deliberação origina e tenta direcionar as escolhas que formam a identidade narrativa do personagem; sua espontaneidade direciona as suas ações no sentido daquilo que deseja e planeja para a sua vida. Assim, a prática e as ações estão muito próximas da narrativa da trama do personagem.

A permanência no tempo do caráter (*igualdade*) e da constância de si ao manter a palavra empenhada distingue as formas de identidade e ressaltam, na constância de si, o aspecto ético da

¹⁴⁵ “Eu me projeto, me envolvo, me determino, e me designo na ação a ser empreendida. Toda escolha tem essa história implícita que poderia ser explicada, apesar da maioria das escolhas acontecerem em um instante” (KAPLAN, David. *Ricoeur's Critical Theory*. p 78). Pois é a partir da escolha que o agente, com sua iniciativa espontânea, empreende a ação espontânea que ele tem poder para empreender. E assim designa a si na ação escolhida por ele.

identidade, encontrado na fidelidade à palavra empenhada com a qual os outros podem contar. “Quanto ao segundo pólo, ele parece para nós ser representado pela noção, essencialmente ética, da constância-de-si”¹⁴⁶. O termo *responsabilidade* ajuda a compreender a identidade do *si mesmo*, pois nele encontra-se unida a constância de si, que é a permanência do *si mesmo* com quem outro podem contar, como sua responsabilidade pelas ações que ele designa a si como cumprimento de sua promessa. Com a qual outros contam. A identidade narrativa fica entre as duas permanências no tempo, e ela dá movimento ao personagem por meio da constância de si que ele exhibe ao longo da narrativa, mesmo que ele esteja sedimentado pelas disposições adquiridas do caráter que o tornam reconhecível.

O termo *responsabilidade* por referir-se àquele que se mantém constante, que mantém a palavra empenhada e com quem se pode contar, relaciona-se com a responsabilidade que o agente tem sobre sua ação designada a si, e depois moralmente imputada a ele. Se designarmos uma ação sua responsabilidade ao agente que a empreendeu por meio de seu poder de agir, então, ele designa a si na ação, ela é *sua* ação e pertence a ele, pois ela é empreendida por escolha dele e por meio dele¹⁴⁷. O agente designa a si na ação ao assumir responsabilidade por ela quando se designa nela cumprindo sua promessa com a ação, por conseguinte, ele se apresenta como sendo responsável pela ação e mostra que ele é constante e podemos contar com ele.

A responsabilidade ética daquele com quem podemos contar é o que se conserva, e em seu aspecto ético a identidade do *si mesmo* é capaz de se manter. “O pólo do selfhood [*si mesmo*], ou identidade apesar da diversidade, é responsabilidade, ou agir de tal maneira que outros podem *contar* comigo e assim me tornar responsável por minhas ações. Identidade narrativa está entre os pólos da igualdade como caráter e do *si mesmo* como responsabilidade”¹⁴⁸. A resposta para a pergunta sobre “*quem se é*”, que Ricoeur questiona na narrativa, aparece na apresentação de si como sendo alguém com quem podemos contar por manter-se constante. A constância de quem se declara presente no momento de cumprir com a palavra empenhada carrega um aspecto ético em que o *si mesmo* reconhece a designação de uma ação a si quando diz “eu estou aqui”.

O proferimento, “eu estou aqui” é um ato de fala locucionário que mostra o reflexo do agente que fala na declaração. Assim, ele designa a si no proferimento com maior propriedade do que na teoria dos atos de fala. Um longo trajeto já foi traçado até este ponto, e a designação não se confunde com a identificação de nenhum outro corpo, nem com o reconhecimento de

¹⁴⁶ RICOEUR, *Soi-même Comme un Autre*. p. 195.

¹⁴⁷ “... não há um agente que não consiga designar a si como sendo o autor responsável por seus atos”. (RICOEUR, *Approaching the Human Person*. p 51)

¹⁴⁸ REAGAN, *Paul Ricoeur: His Life and His Work*. p 86

disposições nele; a designação por meio do termo *eu* refletido na afirmação é o *si mesmo* que se afirma independente da *igualdade* de si, e ao afirmar sua responsabilidade pela ação prometida por meio de sua designação na ação empreendida por ele. Por conseguinte, o *si mesmo* também profere sua fidelidade a si. “Eu estou aqui” é o proferimento de que ele é *si mesmo*, e mesmo sem poder responder *quem* é ele, pode proferir que está “aqui”, e designa-se com o uso do termo *eu* mais consciente de si do que nunca. No ato de fala o *si mesmo* finalmente se revela.

O cumprimento da palavra empenhada é sempre uma ação, e nesta o agente/personagem designa a si, e, deste modo, assume responsabilidade por sua ação ao mostrar ao mesmo tempo com sua constância que podemos contar com ele¹⁴⁹. O personagem finalmente aparece como foco da trama narrativa, pois atribuímos a ele na narrativa ações que ele empreende e que compõem a trama. Contar o que o personagem fez é atribuir-lhe a ação como um predicado, visto que narrar a ação requer o seu começo. A trama aproxima o personagem de sua ação, pois a contextualização mostra que a partir de um desejo o agente escolhe uma ação para se aproximar da sua realização e a empreende por meio de seu poder de agir. O plano prático revela a aproximação da trama com a deliberação e a ação do personagem, pois o seu plano de vida aponta os ideais em função dos quais o personagem tem desejos, e que direcionam suas ações. Assim, estas são apresentadas dentro de um contexto.

O corpo do personagem pertence a ele próprio, sem poder ser manipulado ou trocado, ele o mantém no mundo, visto que é sua forma de existência terrestre que permite-lhe interferir no mundo, sem o qual ele não poderia agir ou sofrer ações. Não podemos reduzir o *si mesmo* a um objeto, um particular, “Ricoeur mostra como nós podemos simultaneamente pertencer a dois mundos, um de pessoas, um de objetos, sem sucumbir a um dualismo ontológico ou reduzir um ao outro. O *si mesmo* é uma questão complicada. Nós somos muitas coisas”¹⁵⁰. O agente designa a si em sua ação por ela pertencer a ele, dado que ele a empreende por escolha própria e segundo o seu poder de agir, portanto, ele designa a si quando assume responsabilidade por sua ação ao cumprir com a palavra empenhada, e revela-se como uma pessoa com quem podemos contar. Logo, o agente ao apresentar sua constância, responde quem ele é.

3.2. - Discussão sobre a distinção entre si mesmo e outro nos casos de estudo

¹⁴⁹ “O que se mantém constante ao longo da vida humana? É fácil ver que esta pergunta é uma extensão da pergunta quem, com a qual introduzimos nossa análise do agente como sendo sujeito da ação”. (RICOEUR, *Approaching the Human Person*. p 52)

¹⁵⁰ KAPLAN, *Ricoeur's Critical Theory*, p 83.

O Caçador de Andróides (Blade Runner) retrata uma sociedade futurista em que a falta de distinção na identificação de um particular ou de uma pessoa é aceitável quando o particular é um andróide. Nesta sociedade ficcional, os andróides desenvolvidos pelos humanos são tratados por eles como coisas, como máquinas, e são desprezados por não demonstrarem empatia em relação a seres vivos. Na narrativa, a sociedade aceita que eles não são seres dignos de respeito e que podem ser “escravizados”. É comum um personagem humano tratar uma andróide por “aquela coisa” ao se referir a mesma e ao identificá-la em uma conversa. Contudo, todos os particulares estão igualmente colocados na interlocução como uma coisa da qual se fala, e mesmo em relação à identificação de uma pessoa nada a distingue de uma coisa na identificação por referência. No entanto, essa falta de distinção não é aceitável.

Não importa para a identificação de uma particular de base se estamos tratando de um corpo material ou de uma pessoa no cenário de *Blade Runner*; o problema é que a identificação não distingue humanos de coisas independentemente de considerarmos andróides como sendo pessoas ou não. Assim, o problema não é apenas que a identificação não distingue andróides de outros corpos materiais na interlocução, a questão é não fazer distinção em nenhum dos casos.

No cenário de *Blade Runner*, podemos encontrar os movimentos definidos que caracterizam uma ação para Strawson em um andróide, e talvez em mecanismos menos sofisticados. Jamais poderíamos distinguir um andróide de um ser humano por sua aparência neste cenário, o que cria a necessidade de testes para saber se um dado indivíduo é um andróide ou um ser humano. A teoria da identificação de Strawson leva a crer que andróides facilmente se qualificariam como pessoas. O critério parece simples demais, visto que independentemente de sabermos se um andróide tem consciência ou não, ele sem dúvida tem sensações e é um ser inteligente e capaz de executar tarefas difíceis ou fazer companhia aos humanos. Se eles executam tarefas é porque agem. Neste contexto é necessário admitir que andróides do tipo Nexus-6 são entidade às quais podemos atribuir predicados-M e predicados-P. Dado que a presença de predicados-P se baseia em padrões de movimentos corporais chamados ações, podemos atribuir predicados-P a andróides, e assim, reconhecê-los como pessoas que agem e têm conhecimento de sua ação sem observá-la.

No entanto, os andróides fazem parecer que observar movimentos corporais em outros não é suficiente para considerá-los pessoas, pelo menos não parece ser suficiente para mostrar a presença de predicados-P em si ou em outros, visto que o critério parece muito simples quando trata de seres diferentes dos seres humanos, ou máquinas com unidades cerebrais capazes de

aplicar uma gama de trilhões de componentes ou dez milhões de vias neurais distintas. O cenário dos andróides questiona a noção de que apresentar padrões de movimentos corporais seria suficiente para considerar a si ou a outro como sendo um *si mesmo*.

Outro caso que podemos considerar é o de *Solaris*, uma ficção de Stanislaw Lem, em que o cenário da narrativa se passa mais de cem anos após a descoberta da existência de um planeta chamado *Solaris*, que descreve uma órbita estranha ao redor de duas estrelas. *Solaris* a princípio chama atenção por causa de sua órbita, mas quando estudado, outras questões surgem e expedições são enviadas até o planeta. As principais questões estão relacionadas ao oceano do planeta, que domina a maior parte dele e é composto de um plasma viscoso que não sabemos se é um ser vivo. Os humanos constroem uma estação que orbita o planeta de modo a estudar o oceano. Nesta estação ocorrem eventos estranhos, e o cientista Kris Kelvin depara-se com sua esposa Harey, apesar de ela ter morrido há dez anos.

A princípio, “Harey” parece confusa sobre como fora parar ali, mas não mostra ter consciência de sua “morte” ou do período de tempo passado, apenas mostra-se certa de ser Harey e age como se tivesse visto Kris pela última vez no dia anterior. Após o estranhamento inicial, a hipótese de sonho ou loucura, Kris dá-se conta de que este novo ser tem os mesmos movimentos que sua falecida esposa¹⁵¹, seus gestos e comportamentos, e atribui ações e predicados-P a mesma. Apesar disso, os companheiros da estação consideram essa “visita” nada além de uma manifestação da consciência do próprio Kris, que o atormenta. E, ao longo da narrativa, enquanto Kris desenvolve consideração por Harey como pessoa, seus companheiros demonstram sempre o mesmo desdém. É necessário admitir diante da dupla atribuição de predicados-M e predicados-P que esta nova Harey, ao apresentar ações e indícios de predicados-P, é uma pessoa, e a indisposição dos tripulantes da estação não estaria justificada. Além de a aparição ser palpável, e Kris rapidamente nota que ela possui um corpo material como um particular de base.

Porém, a questão é saber se essa dupla atribuição de fato distingue coisas de pessoas, se é um critério suficiente para avaliar um caso como o descrito. A “visitante” é um sujeito identificado por referência ao qual são atribuídos predicados, e com base em um destes, distinguimo-la de outros particulares de base, pois ela é a mesma coisa a qual os predicados-P e M são atribuídos. Mas os tripulantes da estação pensam que Harey e as outras visitas que lhes

¹⁵¹ “Harey”, que surge na estação em *Solaris*, dez anos após a morte da esposa de Kris, revela depois de estudos fisiológicos que é constituída de uma minúscula partícula, menor que o átomo, que simula a mesma constituição humana em quase todos os sentidos, exceto na falha da camuflagem da mesma. Kris, então, a associa a uma partícula teórica chamada neutrino que tem uma estabilidade distinta dos átomos, porém essa é a única diferença física entre qualquer humano e essa “visita” que ele acredita ter sido “fabricada” e enviada pelo oceano de *Solaris*.

aparecem são apenas manifestações de sua consciência constituídas por partículas chamadas neutrinos, surgidas devido a eles mesmos e seus pensamentos serem instrumentos (talvez) de reconhecimento do próprio oceano de *Solaris*.

O próprio planeta, ou melhor, o oceano de *Solaris*, é suspeito de ser vivo e interagir com os seres humanos, ao enviar-lhes visitantes que alguns tripulantes da estação vêem como instrumentos de tortura. Talvez ainda o planeta estivesse investigando os tripulantes e a suas reações, ou avaliando suas mentes. Essas são algumas das hipóteses que os personagens cogitam, mas supõem também que o planeta apenas reproduza (talvez involuntariamente) no plasma as manifestações de consciência dos seres humanos, muitas vezes reproduzindo manifestações recorrentes. Então, ao “agir” dessa forma, é necessário saber se o oceano revela intenções, estados de consciência, ou alguma consciência em geral.

A personagem Harey sofre com a estranheza que seu nome lhe traz. Isso porque, após ouvir conversas e gravações que a princípio não compreendia, veio a entender que não era humana de fato, apesar de ser extremamente semelhante a qualquer mulher, e que não era Harey, isto é, a verdadeira Harey, esposa de Kris, por causa da qual tinha ganho seu nome. Ela deu-se conta do que todos já sabiam: que a Harey original havia morrido anos atrás e que ela não passava de uma cópia com propósitos obscuros até para si mesma.

No entanto, apesar de ela designar a si como sendo um *eu*, como sendo si mesma, não consegue propriamente relacionar a si esse corpo e nome idênticos ao da primeira Harey, já morta. Pois o corpo aparenta ser o mesmo, apesar de ser microscopicamente constituído de partículas distintas, tais partículas constituem o mesmo corpo (qualitativamente). Parece-nos que, em um caso assim, o *eu* não está tão bem ancorado com o nome. Ela não se reconhece como inscrita com aquele nome, não entende como faz parte do mundo, diz “você bem sabe que eu não sou eu, não sou eu, não sou eu...”¹⁵². Isso diminui a estima de si e ela não se pensa como pessoa, apenas como instrumento. Porém, mesmo não se inscrevendo mais em seu nome, ela continua a se designar como *eu*. Embora expresse uma perspectiva do mundo (com *eu*), esteja inscrita no mundo como conteúdo, e até declare “suponho, porém, que penso igual a qualquer outro ser humano... e, eu não sei nada! Se essa coisa desconhecida pensasse dentro da minha cabeça, eu saberia tudo”, ela atesta que o corpo é *seu*, que esse nome de outra (Harey) não coincide com ela mesma e com o que ela expressa sobre o mundo.

Essa falta de coincidência não é apenas com o nome, mas com a própria pessoa Harey, a

¹⁵² DICK, Philip. *O Caçador de Andróides*. Tradução de Ryta Vinagre. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2007. p 136.

qual ela não identifica como sendo si mesma. Ela precisa afirmar que o corpo dela, parecido com o corpo da outra, é na verdade o seu próprio corpo. Assim, nos parece que o si mesmo se mostraria nessa capacidade de designar a si. No entanto, é mais que isso, pois a junção do *eu* refletido na expressão com a pessoa como conteúdo do mundo ultrapassa a inscrição no nome pela linguagem. Apesar de não se reconhecer como Harey (a outra mulher), a visitante ainda tem a noção de *si mesma*, pois depende de algo além da inscrição na linguagem. O *eu* como pessoa não se resume ao nome, e o *si mesmo* traz em si outros fatores além da linguagem. E para compreender tal noção de *si mesmo* é preciso avançar além da linguagem.

Será então que qualquer fantoche ou ilusão pode designar a si? Ou talvez uma designação de si não seja suficiente para aceitar o outro como um *si mesmo*. Pois Kris Kelvin a princípio também crê que sua nova visitante seja apenas um instrumento do oceano de *Solaris*, vindo para atormentá-lo e com o domínio da linguagem baseado apenas nas suas lembranças. Então, por que Kris não toma Harey como um *si mesmo* tão logo ela lhe aparece? Ele não poderia crer que essa visita fosse sua esposa morta, neste sentido a toma com um sonho ou imaginação de um louco. Porém, quando vê que não é este o caso, que não se trata de loucura ou sonho, ele não hesita em colocá-la em um foguete para lançá-la numa órbita eterna e sem rumo no espaço. Mesmo tendo sido bastante clara na sua designação de si na interlocução com ele, ela profere frases locucionárias como, “... eu... eu não me lembro de mais nada”¹⁵³, e mesmo assim Kris Kelvin não parece considerá-las uma expressão de uma perspectiva do mundo. Ele parece crer que, por mais que se assemelhe a um *si mesmo*, uma pessoa, ela não passaria de um fenômeno do planeta em que ele está. E Kris não se baseia na linguagem, designação ou aparência como particular; logo, interessa saber em que seu conhecimento se apóia.

No cenário de *Blade Runner*, os andróides designam a *si mesmos*, e parecem mesmo ser uma perspectiva do mundo; Rachel Rosen é uma andróide que não tem consciência disso até certo ponto da narrativa e, em vários momentos, designa a si como qualquer pessoa dizendo “eu gostaria de assistir”¹⁵⁴, ou “tudo bem, eu vou. Onde o encontro?”¹⁵⁵. No entanto, não parece que isso a torna um *si mesmo*. O caçador de andróides, Rick Deckard, declara numa de suas conversas com a mesma “um tema de importância mundial, no entanto, tratado com jocosidade; uma característica de andróide, possivelmente, pensou ele. Nenhuma consciência emocional, nenhuma sensação do *significado* real do que ela disse. Só as definições vazias, formais e intelectuais dos

¹⁵³ DICK, *O Caçador de Andróides* p. 58.

¹⁵⁴ DICK, *O Caçador de Andróides* p. 60.

¹⁵⁵ DICK, *O Caçador de Andróides* p. 193.

termos distintos”¹⁵⁶. Posto dessa forma, a andróide com sua unidade cerebral Nexus-6 parece conseguir escolher, dentre uma variedade de trilhões de opções, um proferimento que se encaixa perfeitamente na interlocução e, mesmo conhecendo o significado de cada palavra, não consegue compreender o que quer dizer a frase. No entanto, diferentemente de um papagaio, ela apenas não consegue compreender o impacto da frase, o que pode implicar que ela não expressa de fato uma perspectiva de mundo, e seja apenas uma máquina, como um computador capaz de processar e devolver novas informações.

O oceano de *Solaris*, se o consideramos um *si mesmo*, poderíamos dizer que está fechado em si por não se comunicar com outros seres. No entanto, talvez algumas de suas manifestações possam ser interpretadas como uma comunicação e, para Kris Kelvin, a chegada das visitas significa isso. Ele ao falar da aparição de Harey, comenta, “acho que o problema é na realidade muito simples. Um contato significa a troca de certos conhecimentos, de certas noções, ou, pelo menos, de certos resultados, de certas situações de fato. Mas se não houver troca possível? (...) Evidentemente podem ser feitas tentativas de parte a parte. E a conseqüência de uma dessas tentativas é que você está aqui, agora, comigo”¹⁵⁷. Assim, o aparecimento dos visitantes é uma tentativa de comunicação de um oceano que não podia falar como os humanos, e talvez por isso mesmo nunca fosse possível a comunicação entre eles, apenas tentativas soltas e sem interpretação certa para o outro. Os personagens tratam o oceano como um ser consciente, como um *si mesmo* em alguns momentos e, mesmo sem provas para tanto, atribuem-lhe consciência. Neste caso, parece que a falta de linguagem e, por isso, de designação de si, não torna impossível considerar o oceano de *Solaris* como um *si mesmo*, pelo menos, não para os tripulantes da estação.

Parece-nos que a linguagem limita o campo do *si mesmo* a essa capacidade, e torna-se necessário conduzir a análise para outros aspectos, dado que no mínimo a atual investigação limita o *si mesmo* à linguagem, embora outras instâncias sejam necessárias para englobar, por exemplo, o oceano de *Solaris*, caso este seja um *si mesmo*. Também é necessária uma investigação ampliada para mostrar a relação entre o *eu* que fala e a pessoa como particular de base, isto é, que vai além da designação do *eu* inscrito no nome próprio.

Quanto às ações, quando Kris Kelvin encontra Harey na história contada em *Solaris*, ele constata nela movimentos e gestos que interpreta como sendo ações, e considera “Harey foi para perto de mim. Sentou no chão, como costumava fazer, com as pernas dobradas sob o corpo e,

¹⁵⁶ DICK, *O Caçador de Andróides* p. 201.

¹⁵⁷ DICK, *O Caçador de Andróides* p. 139-140.

com outro movimento habitual, atirou os cabelos para trás”¹⁵⁸. Kris observa os movimentos de Harey e os interpreta como sendo ações análogas às ações da falecida Harey e às suas, ou seja, movimentos análogos aos seus movimentos de sentar e mexer nos cabelos.

Outro momento da narrativa descreve uma situação que traz à tona questões sobre a ação. Há um indício de que o oceano de Solaris pode ser responsável pelo aparecimento das “visitas” que os tripulantes recebem quando Kris lê o relatório de Berton, um explorador de Solaris. O piloto vagou com sua nave sobrevoando o oceano e viu uma série de fenômenos do planeta, entretanto, o que mais lhe chamou a atenção foi a visão de um corpo, uma forma humana que Berton declara ser um enorme bebê que o terrificou, pois além do seu tamanho apresentava movimentos terríveis. “Parecia um boneco de museu, mas vivo. Abria e fechava a boca, fazia vários gestos. Gestos horríveis, porque não eram os dele mesmo. (...) Fazia pensar que outra pessoa tentava executar os gestos usando a criança...”¹⁵⁹ Neste contexto, a questão sobre a ação é de importância fundamental, visto que é necessário saber o que é uma ação para saber se um particular empreendeu uma ação ou não, para saber se ao movimentar-se um particular está empreendendo uma ação, e como esta está ligada ao agente da ação, isto é, qual a relação entre a ação e o agente e como o agente origina a ação. No caso presenciado pelo piloto Berton, o bebê parece um fantoche ao invés de um agente, e mesmo que seus movimentos pareçam independentes o piloto não acredita que a iniciativa dos gestos é do bebê, e insinua que os gestos são promovidos pelo oceano de Solaris que os executa usando a criança.

Os andróides de *Blade Runner* também trazem dúvidas quanto a seu estatuto de pessoa, mas parecem empreender ações de vários tipos ao longo da narrativa sem apresentar nenhuma diferença em relação ao desempenho humano. Resta saber se eles empreendem ações, e se originam ações. Pode ser que andróides e todas as outras máquinas desse tipo sigam apenas padrões programados para cada tipo de situação estipulada em sua programação, na medida em que dados exteriores são inseridos, a máquina devolve novos dados ao mundo, dada sua indiscutível inteligência. Mesmo que as ações pareçam provir de intenções, podem ser apenas uma mímica de ações humanas programadas para parecer o máximo possível com as mesmas e dar aos andróides a impressão de serem *si mesmos*. O que parece uma ação voluntária e espontânea de um *si mesmo* pode não passar de uma execução de comandos programados. Assim, não parece que qualquer padrão de movimento possa claramente sugerir que andróides e seres de Solaris têm consciência, afinal este é justamente o problema.

¹⁵⁸ LEM, *Solaris* p. 61.

¹⁵⁹ LEM, *Solaris* p. 80.

E as atividades do plasma do oceano de Solaris? Elas parecem ser as mais difíceis de compreender, pois podem ser ações que o ser chamado oceano empreende. Talvez seja ele quem manipula aparições estranhas que se movimentam em seu plasma, e pode ser que ele manipule as visitas que aparecem na estação espacial. A superfície opaca do oceano não dá qualquer indício de resposta para essas questões, mas se a resposta fosse afirmativa haveria indícios nos movimentos mencionados de que o oceano é um *si mesmo*.

Os casos da literatura sugerem que ainda não fica claro, por meio da identificação ou da teoria da ação, qual é a diferença entre pessoas e coisas, isto é, entre *si mesmo* e outras coisas, ou se há uma diferença. Devemos buscar nos casos apresentados a ligação do agente com sua ação, e a noção de designação de si na ação para podermos fazer a diferença entre si mesmo e outro por meio do estudo sobre a ação e sua designação, e assim, descobrir se podemos considerar as visitas de Solaris e os andróides como sendo *si mesmos* distintos de outros particulares de base.

Uma ação de um andróide, como juntar as mãos em volta do pescoço de um policial e esganá-lo, teria que partir espontaneamente do mesmo. Pois, de acordo com a teoria da designação de uma ação ao agente, a ação deve partir de uma ação básica espontânea do andróide da qual ele é o começo e uma causa diferente das causas na natureza. O estudo da ação que analisa o *quê* ela é e o seu *porquê*, no caso do andróide o estrangulamento para tirar o obstáculo do caminho, não leva ao *si mesmo* que começa a ação, visto que não garante nem que o agente inicie a ação, nem que seja uma pessoa capaz de agir.

O andróide, ao se designar na ação, deve se apresentar como começo da ação por ser a causa espontânea que inicia a ação por meio da junção dessa causa com outros eventos que acontecem no mundo, e assim, permitir que ambos se misturem. A mistura da causa da ação com eventos no mundo faz aparecer a interferência do agente no mundo. Esta seria a iniciativa do andróide. No entanto, resta saber se o começo do movimento parte da iniciativa do andróide, isto é, se ele espontaneamente causa a ação.

A capacidade do agente de empreender uma ação básica por meio de seu poder de agir garante a espontaneidade da ação. O agente empreende uma ação básica em vista de sua capacidade de escolher a ação que ele vai empreender, talvez em vista de algum desejo do agente, assim, uma ação básica está baseada na deliberação do agente sobre sua escolha, e a partir da escolha o agente empreende uma ação básica em vista de empreender X, pois uma ação básica medeia ações mais complexas. Por ser básica, ela faz parte do repertório de ações conhecidas pelo agente e que ele sabe empreender com confiança em seu sucesso para empreendê-la. O

andróide precisaria escolher qual ação vai empreender e basear a escolha em uma deliberação sobre qual ação o aproxima do que ele almeja, e por meio da escolha ele poderia espontaneamente começar a ação com o próprio corpo mediante o seu poder de agir.

Contudo, o caçador de andróides, Rick Deckard, considera essas máquinas dotadas unidades cerebrais capazes de escolher entre uma gama de trilhões de componentes ou dez milhões de vias neurais distintas apenas capazes de escolher definições formais e vazias para montar uma frase de acordo com as regras com as quais estão programados. Então, ao imitar ações humanas, os andróides escolhem dentro de sua programação um meio para responder à situação a partir dos dados exteriores recebidos executando movimentos que se encaixam na situação, como um computador que recebe dados externos e devolve informações de acordo com eles. Assim, andróides apenas respondem a informações computadas por seu sistema sem estar inserido no mundo e sem apresentar uma perspectiva sobre ele. Seus movimentos “escolhidos” na programação de seu sistema Nexus-6, e de acordo com os dados extraídos do exterior, são desencadeados pela programação; neste sentido, não são ações espontâneas. Os movimentos de um andróide são eventos no mundo desencadeados pela programação de acordo com leis mecânicas, como qualquer outra máquina¹⁶⁰. Não podemos considerar os movimentos de um andróide como sendo ações a partir do poder de agir da iniciativa do agente, pois eles não provêm de uma deliberação que promova o começo de um movimento espontâneo.

A possibilidade dos misteriosos visitantes de Solaris serem fantoches manipulados pelo oceano de Solaris, como era o caso do bebê de plasma avistado pelo piloto durante uma expedição de reconhecimento do planeta, elimina qualquer chance deles serem agentes capazes de deliberar sobre sua ação e empreendê-la espontaneamente a partir de sua escolha. No entanto, o que a personagem Harey explicita sobre sua condição a libera desta suspeita: “suponho, porém, que penso igual a qualquer outro ser humano... e, eu não sei nada! Se essa coisa desconhecida pensasse dentro da minha cabeça, eu saberia tudo”¹⁶¹. Assim, esse ser constituído de neutrinos pode deliberar por si só qual ação ele vai empreender, e a partir da sua deliberação pode começar espontaneamente a ação escolhida sendo ele mesma sua causa. Por conseguinte, a visitante de Solaris possui o poder de agir.

Sob o aspecto da ação, os andróides ainda se mantêm iguais a outras coisas identificadas, enquanto que a visitante Harey parece se destacar delas ao designar-se em suas ações e mostrar

¹⁶⁰ Segundo Ricoeur, a simulação do comportamento humano pelas máquinas não pode ser considerado um comportamento baseado em intenção nem desejo. O seu comportamento resulta de um mecanismo sem que a máquina apresente tendências sobre ele. (*O Discurso sobre a Ação*, p 114)

¹⁶¹ LEM, *Solaris* p. 138.

por meio delas seu poder de agir. Mas o fator temporal também influi nas conclusões sobre a distinção entre andróides e visitantes de outras coisas.

Os exemplos das duas histórias expostas ilustram a análise, pois além de colocarem questões interessantes são também narrativas, e portanto, as ações aparecem contextualizadas na narrativa e desenvolvem uma trama na qual os personagens criam uma identidade. Logo, podemos reconhecer os elementos narrativos tanto na narrativa dos andróides como na da visitante de Solaris. É importante saber se andróides e visitantes de Solaris permanecem no tempo e de que forma. Cada andróide apresenta um caráter com o qual ele é consistente ao longo do tempo, tanto que Rick Deckard recebe uma descrição das características físicas e do caráter do andróide que ele precisa “matar”. Estas correspondem ao andróide na realidade de forma que ele é reconhecido por meio delas. O relatório sobre Roy Baty declara que ele é um andróide frio, agressivo e com ares de autoridade.

Talvez no caso dos andróides as disposições não possam ser adquiridas, pois elas provavelmente fazem parte da programação do andróide desde que ele é produzido, entretanto, sem dúvidas ele desenvolve alguns traços enquanto suprime outros, pois não faz sentido criar um andróide “escravo” agressivo e autoritário como Baty se tornou. Portanto, os traços de caráter têm uma história que marca a permanência do andróide no tempo e mostram sua igualdade consigo. No entanto, a relação com o corpo não deve ser de uma posse intransferível, pois a andróide Rachel Rosen diz: “Se eu morrer – murmurou ela -, talvez possa nascer de novo quando a Rosen Association produzir a sua próxima unidade do meu subtipo”¹⁶². Ela parece referir-se ao uso de sua memória implantada e de sua programação em um outra máquina replicante aperfeiçoada, ou seja, a programação pode ser transplantada de um “corpo” para outro, portanto, de uma máquina para outra de forma permutável. Por conseguinte, andróides não tem uma relação de posse com o próprio corpo.

A visita de Solaris, “Harey”, não apresenta as mesmas características que a Harey original, morta há anos. Quando ela aparece para Kris Kelvin, ela exibe um comportamento que difere da primeira, no momento em que insiste em sair com Kris, ele recorda que a primeira nunca insistia e não impunha sua presença. Então, apesar de seu surgimento possivelmente ter a ver com as lembranças que Kris tem da falecida esposa, ela não é uma cópia dessas lembranças e parece mostrar ou desenvolver ao longo da narrativa um caráter próprio construído por meio de suas próprias disposições adquiridas. Ao mesmo tempo em que desenvolve sua própria trama de

¹⁶² DICK, *Blade Runner* p. 200.

acordo com de suas ações e eventos que lhe ocorrem, ela também desenvolve seu caráter.

O Dr. Snaut explica para Kris que a visita é “vazia” quando aparece e tem apenas as lembranças compartilhadas com aquele que ela visita, mas com o passar do tempo e acúmulo de experiências ela desenvolve sua história e características além das lembranças dele. Ao que parece ela não tem um corpo permutável, pois por mais que essa forma de “Harey” apareça para Kris mais de uma vez – da primeira vez ele a lança no espaço – a cada reaparecimento surge uma nova criatura, todas semelhantes a sua esposa falecida, mas sem nenhuma lembrança ou relação com a visitante anterior. Cada visitante chega até Kris confusa e “vazia” de alguma forma, e desenvolve as suas próprias compreensões e disposições, sem que elas possam ser “refeitas” após serem lançada no espaço ou desintegrada, apesar da semelhança física e de estar baseada nas lembranças de Kris. Mesmo que Kris fique na estação esperando “Harey voltar” após ela ter sido desintegrada, a última visitante não pode voltar; se alguém aparecer para ele será apenas uma visitante que se parece com sua falecida esposa e partilha algumas memórias com ele, mas que construirá sua própria narrativa. Pois ele sabe e declara que a visitante não é a Harey com a qual ele se casou, quando ela lhe pergunta “olhe, quero perguntar ainda... Eu... eu pareço muito com ela?”, ele responde: “você parecia demais. Agora, já não sei”¹⁶³. A visitante não deixou de se assemelhar a Harey, mas suas disposições são diferentes e ela vem compondo a sua própria narrativa.

Por fim, é preciso avaliar a identidade narrativa dos personagens que eles constroem na trama em que as suas ações são atribuídas a eles. Resta saber se um andróide forma uma identidade narrativa própria na história composta por suas ações, que discordam a princípio da trama já formada, mas depois a integram e se tornam parte necessária dela. Os andróides fazem parte da narrativa de *Blade Runner* e poderíamos dizer que são personagens da história, porém, se levarmos em consideração que eles não têm poder de empreender ações, os eventos que eles desencadeiam na trama são apenas eventos causados por sua programação, que contribuem para a discordância da trama e se misturam às ações dos personagens, como Rick Deckard. Os andróides fazem parte das tramas narrativas de Deckard e Isidore, que dividem o foco da narrativa. Sem ações para poder por em movimento uma narrativa própria, eles não constroem uma identidade narrativa repleta de eventos discordantes da síntese narrativa. Eles apenas contribuem para a ocorrência de eventos físicos causados neles pela sua programação e que passam a fazer parte do mundo no qual os personagens interagem com esses eventos.

¹⁶³ LEM, *Solaris* p. 140.

Mesmo a promessa, que é considerada uma forma de permanência em que o *si mesmo* afirma estar “aqui” e ser alguém com quem podemos contar, não funciona no caso dos andróides. Pois, eles não apresentam responsabilidade pelo que prometem, nem se designam em ações para cumprir o prometido, e vêem com estranheza os humanos e o seu raciocínio. Se eles não têm poder de agir, então, não podem nem prometer, nem cumprir promessas. Por exemplo, a andróide Rachel Rosen oferece ajuda a Deckard para eliminar alguns andróides fugitivos, no entanto, nada disso acontece. Deckard pede que ela o ajude, mas ela vai ao seu encontro para servir de instrumento de coleta de informações para a Rosem Association, apenas para avaliar o comportamento dele e as falhas nos andróides construídos pela empresa, e não o ajuda na captura dos andróides fugitivos. Não há na máquina constância de si que indique uma permanência, visto que ela não é um *si mesmo*. Assim, sem as disposições duradouras que formam um caráter, o andróide não apresenta permanência de si no tempo nem mostra *quem* é, pois não é alguém capaz de se designar em uma ação que cumpre uma promessa ou em qualquer ação, porque não é capaz de se designar em uma ação pela qual ele se responsabilize.

A visitante de Solaris compõe uma trama narrativa própria em que ela empreende ações que ameaçam a concordância da trama por acrescentar um novo componente heterogêneo, mas que passa a fazer parte da trama e de sua concordância. A visitante Harey desenvolve uma história e uma identidade própria, como o Dr. Snaut antecipa. A própria narrativa da história atribui ações a ela ao narrá-las, a narrativa diz *quem* fez o *quê* quando conta que “Harey desamarrotou a saia”. O plano prático, em que os planos do personagem desenvolvem a trama e a direcionam por meio da deliberação sobre quais ações ele empreende, aproxima o desenvolvimento da trama da identidade do personagem, pois coloca a ação em um contexto. Harey explica que não compreendia a sua situação, e que ouvira uma conversa que a deixara mais confusa, então, para descobrir mais, ouviu uma fita no gravador de Kris, visto que ele se recusava a explicar-lhe as coisas. Depois de descobrir a verdade, e por esse motivo, ela toma nitrogênio líquido. A ação ganha um significado em seu contexto e aproxima a personagem de um desejo (deixar de existir porque é uma criatura não-humana) próprio que explica a ação, e assim, aproxima a narrativa da prática.

Harey também mantém uma constância de si. Quando ela promete a Kris ficar distante dele e deixá-lo conversar em particular com o Dr. Snaut ela cumpre a promessa, ou quando combina a sua própria destruição com o Dr. Sartorius ela mantém a palavra. Ela não tem somente o plano de facilitar a vida de Kris Kelvin, ao permitir que ele se livre dos tormentos de sua

aparição (por ser tão semelhante a um fantasma do passado). Quando ela percebe o que seria melhor para ele. Ela promete fazer o que é melhor para ele, e cumpre a sua promessa, o que revela constância de si. Mesmo retirando-lhe suas disposições duradouras, no caso de Harey, fica um *si mesmo* que se mantém constante e afirma-se em sua identidade narrativa como sendo alguém com quem Kris pode contar; por conseguinte, ela afirma a *si mesma*.

O caso do oceano de Solaris não parece permitir uma análise mais extensa, pois nem ele apresenta disposições que podemos conhecer ou considerar duradouras, nem ele deixa transparecer uma relação com seu “corpo”, se é que podemos dizer que ele possui um corpo. Ele propicia a ocorrência de eventos, entretanto, não podemos distinguir se as ações são suas ou fenômenos da natureza causados por leis físicas. O surgimento de visitantes ocorre depois de um lançamento de raios X no oceano efetuado pelos tripulantes da estação espacial de Solaris. Ainda assim, não se sabe se o surgimento dos visitantes aconteceu como um resposta deliberada a esses raios. Não puderam comprovar se foi um evento ou uma ação do oceano. Logo, não está claro se o oceano desenvolve uma trama narrativa por meio de suas ações que garanta uma identidade narrativa, ou se são eventos relacionados a ele que interagem com as ações de personagens na trama.

Apêndice:

Os exemplos retirados da literatura e apresentados como casos de estudo são os de *Blade Runner*, *O caçador de andróides* de Philip Dick e *Solaris* de Stanislaw Lem. Com a ajuda das teorias expostas nos capítulos, procuramos interpretar esses casos e decidir se os seres presentes nos dois romances, seriam ou não *si mesmos*.

O romance de Philip Dick trata de andróides e de sua relação com os seres humanos. A história trata de um caçador de andróides, isto é, de um homem que caça andróides fora da lei para removê-los (exterminá-los) em troca de dinheiro. Neste mundo fictício, os andróides são máquinas criadas pelos humanos para fazerem trabalhos pesados ou perigosos, geralmente em colônias fora da Terra, ou são dados pelo governo aos cidadãos para que lhes sirva de companhia quando aceitam migrar para uma dessas colônias, assim a incentivar a imigração.

Quando um andróide se rebela e se recusa a ser um escravo dos humanos, ele foge, muitas vezes para a Terra, mesmo que para isso tenha que matar seu dono. Com a fuga, o andróide passa a ser considerado ilegal e pode ser removido assim que for identificado por qualquer policial qualificado ou mesmo por qualquer pessoa. Nesta sociedade, os andróides não passam de máquinas criadas para servir os humanos, algo análogo uma máquina de lavar roupas, porém, são inteligentes, imprevisíveis e tem aparência humana.

No entanto, em alguns momentos da trama, o próprio caçador de andróides, Rick Deckard, tem dúvidas quanto à moralidade do seu trabalho, pois não o vê como a retirada de circulação de um brinquedo defeituoso que poderia machucar crianças que brincassem com ele. Ao contrário disso, Deckard desenvolve “empatia” por uma andróide por ele removida, ainda que sua sociedade acredite que o sentimento de empatia seja algo sentido apenas em relação a coisas “vivas”, como seres humanos e animais. O caçador de recompensas chega a ponto de não querer mais exercer a sua profissão, dada essa sua nova perspectiva sobre suas possíveis vítimas.

O outro cenário é o de *Solaris*. Este não se passa em um futuro próximo como *O caçador de andróides*, mas em um tempo muito distante do século presente em que as viagens espaciais não são incomuns. No desenrolar da trama, a descoberta do planeta *Solaris* já é um acontecimento antigo e vem sendo estudado há séculos. Apesar disso pouca coisa foi descoberta sobre a seu respeito. A estranheza e o interesse por ele só veio a aumentar, quando as primeiras expedições entraram em contato com o seu oceano. O oceano de *Solaris* cobre quase todo o planeta e é composto de um plasma que se movimenta, cria formas, e erupções.

Os personagens da trama são cientistas estudiosos da solarística que trabalham na estação espacial que orbita *Solaris*, Kris Kelvin, um psicólogo, é enviado para a estação para auxiliar e descobrir o que se passa com os tripulantes da estação. Desde o princípio, ele se dá conta de que há algo estranho no lugar e com os seus novos colegas, e que apesar suas advertências sobre coisas terríveis pelas quais estão passando, Kris não consegue entender o que está ocorrendo.

Os tripulantes chamam de “visitas” as aparições de pessoas na estação de *Solaris* que têm relação com algum dos tripulantes e que chegam certo dia e passam a conviver com aquele a quem vieram visitar. Porém, essas visitas são “pessoas” que nunca deveriam ter estado lá, pois ou nunca existiram e fazem parte da imaginação daquele a quem visitam ou já estão mortas há muitos anos. Assim, parece que esses seres de constituição distinta da humana e que aparentam ser humanos em todos os aspectos visitam alguém que tem suas referências na memória. Uma parte dos tripulantes crê que esses seres são malignos e devem que ser destruídos, enquanto que Kris desenvolve um outro ponto de vista.

Conclusão

Nesta investigação atravessamos alguns pontos fundamentais que nos levam à possíveis conclusões sobre a distinção do *si mesmo* de outros particulares de base. Vimos que é possível fazer essa distinção por meio das ações de agentes que chamamos de pessoas e de *si mesmos*, possibilidade assegurada desde a referência a particulares de base e pessoas, e desde a continuação do estudo da linguagem com os atos de fala que são ações. Com o estudo de Paul Ricoeur, desenvolvemos esta argumentação de modo a encontrar, na ação e na designação do próprio agente na ação, a possibilidade de distinguir pessoas de outros particulares.

Segundo Ricoeur, a teoria da ação tem um avanço limitado porque ela não se preocupa em responder à questão sobre sua ligação com o agente, isto é, com o *quem* da ação, entretanto, ela apresenta uma dependência especial do agente. Ações voluntárias são livres e dependem de uma escolha que o agente faz por meio de uma deliberação; assim, os conceitos de escolha e deliberação se relacionam na ação voluntária. Isto concede ao agente o papel de princípio da ação, por conseguinte, esta depende do agente (*si mesmo*), pois ele é o princípio do movimento. A *designação* de uma ação ao seu agente torna-se cada vez mais palpável ao se aproximar de sua escolha pela ação voluntária. A deliberação prévia é expressa na preferência do agente por uma ação. Nesta há uma referência direta ao agente, pois ele pode deliberar apenas sobre o que está sob seu poder. A deliberação prévia promove uma escolha preferencial que atribuímos ao agente, de modo que, a deliberação depende dele e do desejo sobre o qual ele delibera antes de agir.

Segundo Sokolowski, ao deliberar dentre os caminhos alternativos que o agente pode escolher, e assim, sobre quais ações empreender, o agente busca realizar um desejo. Para isso, ele deve deliberar sobre as possíveis escolhas que o aproximarão dessa realização, o que faz da escolha *sua* ação. A teoria sobre o desejo e sua realização os relaciona à deliberação do agente no desenvolvimento de uma intenção visando a realização do desejo, e reforça o papel da deliberação no desenvolvimento de uma intenção para agir, pois quando um agente se compromete com um desejo, e o desejo começa a direcionar suas ações, o desejo torna-se uma intenção.

Esta reflexão traz à tona o poder de agir do agente, pois ele tem a capacidade de empreender uma ação, e ao empreendê-la é responsabilizado por ela. Esta responsabilidade requer uma relação causal entre o agente e sua ação por meio do seu poder de agir de modo a mostrar a dependência da ação em relação ele. Assim, o agente deve ser capaz de designar-se na

ação e ter poder sobre ela ao mesmo tempo em que está ciente do seu poder. Ele empreende movimentos com o seu corpo graças ao poder de agir, isto é, ele é capaz de empreender ações básicas que ele tem confiança que sabe empreender e conhece sem precisar de aprendizado. Portanto, o agente é o começo de sua ação e lhe confere completude, pois ele começa espontaneamente algo no mundo e encerra a busca pelo começo da ação.

A iniciativa de uma ação no mundo parte desse começo, e por seu intermédio são designadas ao agente as descrições da ação que lhe cabem responsabilidade. Pois, ela se mistura com outros acontecimentos do mundo originados por causas físicas e outros agentes. Assim, é possível perceber que a série causal faz parte do mundo e, que além de interagir com os outros acontecimentos e ser influenciada por eles, ela mostra a capacidade do agente de interferir no mundo por meio de sua ação espontânea.

O poder de agir manifesta-se no corpo do agente que junta o aspecto causal da iniciativa do *si mesmo* com o particular de base, de modo que, o agente designa a si em sua ação. O corpo é o particular que está no mundo, e a experiência do corpo está junto da ação e do poder de agir do agente, pois é com o próprio corpo que o agente empreende ações. Essa experiência é o centro de qualquer experiência do sujeito e o ponto de partida de qualquer ação que ele empreenda.

A contextualização das ações acontece na narrativa, e permite tratar ações numa série ou como uma prática que agrupadas ao longo da vida geram a história do agente. O contexto de cada ação aparece na narrativa da unidade de vida do *si mesmo*, e permite perceber que é possível que o agente permaneça ao longo do tempo. Entretanto, não se trata da permanência de uma coisa. Trata-se de saber se haveria um aspecto do *si mesmo* que garanta sua permanência ao longo do tempo.

A narrativa coloca ações no tempo sem as isolar umas das outras e desenvolve uma identidade para o agente de acordo com a história criada por suas ações. A identidade da trama desenvolve-se ao admitir as discordâncias dos fatos que ocorrem ao longo da história, enquanto que ela requer também uma concordância entre os eventos que os organize de acordo com a ordem que a unidade temporal confere à história, gerando uma síntese do heterogêneo. O personagem empreende as ações da narrativa e contribui para o aparecimento de novos eventos que compõem a história. Neste sentido, ele adiciona à discordância por meio de suas ações e passa a ser o foco da narrativa, visto que ele constrói a trama e aproxima-se da identidade narrativa. Ricoeur acredita que a trama da história surja do desenvolvimento do personagem e da história composta por ele. A narrativa dá-se de acordo com suas escolhas, de modo que ela

pressupõe a sua deliberação sobre elas.

A narrativa resolve o problema da designação e mostra o poder do personagem de começar uma ação, isto é, sua iniciativa. Uma ação tem começo, meio, e fim em uma narrativa, e nesta o começo da ação coincide com a iniciativa do personagem. No contexto da história, a trama do personagem envolve-se com tramas de outros personagens gerando uma interação com outras ações e revelando que o personagem pode interferir no mundo. Por fim, seu poder de agir manifesta-se na propriedade que o *si mesmo* tem de seu próprio corpo, e por meio do qual está inserido no mundo. O próprio corpo intransferível confere ao *si mesmo* sua condição terrestre que lhe permite interferir no mundo. Por meio do próprio corpo, ele empreende ações que tem o poder para empreender e interfere no mundo revelando sua racionalidade e iniciativa ao escolher suas ações por deliberação em vista do que deseja para compor seu plano de vida.

A vida do personagem é composta por escolhas de ações direcionadas por seus desejos. Ricoeur chama esses desejos de planos de vida que apontam para os ideais que o personagem busca alcançar e direcionam suas ações. A unidade da vida do personagem gera a concordância que suas ações ameaçam. A vida é unificada pelos desejos e planos de vida para os quais elas contribuem. Assim, a deliberação que escolhe ações e direciona a trama em um sentido participa previamente das ações do personagem, e as ações escolhidas por meio da deliberação do personagem compõem a narrativa da sua vida. Os planos de vida da pessoa juntam o plano prático da vida com a narrativa, pois, por meio da deliberação, o agente empreende as ações de uma prática vantajosa para o seu plano de vida.

O desejo faz parte do plano de vida que o personagem busca alcançar. Assim, os desejos do personagem que o lançam no sentido de cumprir o plano que ele traçou para sua vida direcionam suas ações no sentido de escolhas por caminhos que o aproximam do que ele almeja. A ação efetua as escolhas para a realização dos planos de vida do personagem e aproxima a narrativa da prática, assim, a ação é o elemento fundamental, pois compõe a narrativa e promove a realização dos desejos do agente. Sabemos que uma deliberação prévia sobre a escolha de uma ação em função do desejo do agente gera uma intenção, e esta favorece que seu poder de agir desencadeie uma ação por meio do seu próprio corpo. Com efeito, aparece aqui a posse que o *si mesmo* tem do próprio corpo.

Essas ações compõem a história do personagem, esta é a sua identidade, pois a ação é designada a ele por meio da dependência que apresenta dele. E por meio de suas ações surge a resposta para a pergunta sobre quem é o *si mesmo*, visto que este mantém sua constância na

responsabilidade por sua ação. Ele se mostra constante ao designar-se em suas ações, pois na sua escolha pela ação e no seu poder para empreendê-la, ele se designa como seu agente, isto é, ele designa a si na ação de forma reflexiva. Neste sentido, ao prometer algo o agente cumpre a promessa com uma ação. A ação diz quem é ele, pois mostra que ele designa a si nela e cumpre o prometido ao assumir sua responsabilidade por ela. Assim, aparece a dimensão ética do agente com o qual podemos contar.

Com efeito, ficou clara a necessidade da reflexibilidade do *si mesmo* nesta discussão, e a impossibilidade de explorar propriamente a distinção entre o *si mesmo* e outros particulares por meio apenas da identificação e da descrição de ações. Entretanto, isso não significa que a filosofia analítica não possa tentar uma abordagem do *si mesmo* neste sentido que Paul Ricoeur desenvolve. Por exemplo Lynn Ruder Baker em seu artigo *The Ontological Status of Persons*¹⁶⁴ defende que pessoas seriam ontologicamente significativas porque a sua permanência é definida pela permanência da sua consciência reflexiva (perspectiva em primeira pessoa, ou consciência de si). Neste artigo, ela desenvolve a teoria da Constituição e defende que a pessoa seja constituída por um corpo humano, no entanto, é por ser uma pessoa que ela se definiria e permaneceria no tempo. Para Baker, “um ser consciente torna-se consciente ao adquirir uma perspectiva em primeira pessoa de onde ele pensa em si mesmo como sendo um indivíduo frente ao mundo, como um sujeito distinto de todas as outras coisas”¹⁶⁵.

Baker também expõe uma preocupação com a distinção de pessoas para compreender esta noção, “para o fenômeno forte de primeira pessoa não é suficiente *distinguir* entre primeira pessoa e terceira pessoa; também se deve ser capaz de *conceptualizar* a distinção, conceber a si mesmo como sendo si mesmo [...] É ser capaz de conceptualizar a possibilidade da distinção entre si mesmo e todas as outras coisas que há”¹⁶⁶.

Neste contexto, estudamos que apesar de serem necessárias as explicações do *si mesmo* apresentadas pela identificação por referência e descrição de ações para compreendermos esta noção por meio da análise, esta não foi suficiente. Entretanto, nada impede que teorias analíticas abordem o aspecto da reflexibilidade, como Baker apresenta em sua concepção. Com isso, seria possível surgir uma investigação que articule a reflexibilidade em sua explicação do *si mesmo* por meio da análise. Resta investigar qual seria uma resposta para a mesma.

¹⁶⁴ BAKER, Lynn Rudder. *The Ontologica Status of Persons*. Philosophy and Phenomenological Research, vol. LXV, No 2, September 2002.

¹⁶⁵ BAKER, Lynn Rudder. *The First-Person Perspective: A Test for Naturalism*. American Philosophical Quarterly, volume 35, number 4, October 1998. p 328.

¹⁶⁶ BAKER, Lynn Rudder. *The First-Person Perspective: A Test for Naturalism*. p 330.

Referências bibliográficas:

ANSCOMBE, G. E. M. *Intention*. Oxford: Basil Blackwell, 1957.

BAKER, Lynn Rudder. *The First-Person Perspective: A Test for Naturalism*. American Philosophical Quarterly, volume 35, number 4, October 1998.

BAKER, Lynn Rudder. *The Ontologica Status of Persons*. Philosophy and Phenomenological Research, vol. LXV, No 2, September 2002.

BLAMEY, Kathleen. *From the Ego to the Self: A Philosophical Itinerary*. Em *The Philosophy of Paul Ricoeur*. Editado por Edwin Hahn. Chicago: The Library of Living Philosopher, Volume XXII, 1995.

DAIGLER, Matthew A. *Being as Act and Potency in The Philosophy of Paul Ricoeur*. Philosophy Today, Vol. 42, No. 04, winter 1998.

DANTO, Arthur. *Analytical Philosophy of Action*. New York: Cambridge University Press, 1973.

DAVIDSON, Donald. *Essays on Actions and Events*. New York: Oxford University Press, 1980.

DICK, Philip. *O Caçador de Andróides*. Tradução de Rytá Vinagre. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2007. Título original: *Do Androids Dream of Electric Sheep?*

GAYNESFORD, Maximilian de. *I: The Meaning of the First Person Term*. Oxford: Clarendon Press, 2006.

HENGEL, John van den. *Can There Be a Science of Action? Paul Ricoeur*. Hilosophy Today, Vol. 40, No. 02, summer 1996.

KAPLAN, David M. *Ricoeur's Critical Theory*. Albany: State University of New York Press, 2003.

LATONA, Max J. *The Selfhood and Agency in Ricoeur and Aristotle*. Philosophy Today, Vol. 45, No. 02, summer 2001.

LEM, Stanislaw. *Solaris*. Tradução de José Sanz. Rio de Janeiro: Editora Sabiá, 1971.

LIBET, Benjamin. “*Unconscious Cerebral Initiative and The Role of Conscious Will in Voluntary Action*”. Behavioral and Brain Sciences, n. 8, pp 529-566, 1985.

LIBET, Benjamin. “*Do We Have free Will?*”. Journal of Consciousness Studies, n. 8-9, pp 47-57, 1999.

NAISHTAT, Francisco. *Identidad y Reconocimiento en el Legado de Giro Lingüístico. Las Miradas de Paul Ricour y de P. F. Strawson*. Rev. Natureza Humana, vol. 10, número especial, out. 2008.

PARFIT, Derek. *Reasons and Persons*. New York: Oxford University Press, 1986.

REAGAN, Charles E. *Paul Ricoeur: His Life and His Work*. Chicago: University of Chicago Press, 1996.

REAGAN, Charles. E. *The Self as Another*. Philosophy Today, Vol. 37, No. 01, spring 1993.

RICOEUR, Paul. *Soi-même Comme un Autre*. Coleção Points Essais, n. 330. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

RICOEUR, Paul. *O Discurso da Ação*. Tradução de Arthur Mourão. Lisboa: Edições 70, 1988. Título original: Le Discours de L'Action.

RICOEUR, Paul. *Approaching the Human Person*. Tradução: Dale Kidd. Ethical Perspectives, vol 1, 1999.

RICOEUR, Paul. *Narrative Identity*. Tradução: Mark S. Muldoon. Philosophy Today, vol. 35, No.

01, spring 1991. Título original: L'Identité Narrative.

STRAWSON, P. F. *Individuals: An Essay in Descriptive Metaphysics*. London: London: Methuen, 1959.

STRAWSON, P. F. *Analysis and Metaphysics: An Introduction to Philosophy*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

STRAWSON, P. F. *The Bounds of Sense: An essay on Kant's Critique of Pure Reason*. London: Methuen & Co. Ltd, 1966.

SOKOLOWSKI, Robert. *Phenomenology of the Human Person*. New York: Cambridge University Press, 2008.